



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Glaucia Almeida Marinho

**À margem do cais - As lembranças de casa e da luta dos moradores
da Ocupação Quilombo das Guerreiras**

Duque de Caxias
2017

Glauca Almeida Marinho

**À margem do cais - As lembranças de casa e da luta dos moradores
da Ocupação Quilombo das Guerreiras**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção ao título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado de Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação, Movimentos Sociais e Direito à Cidade

Orientador: Prof. Dr. Mauro Henrique de Barros Amoroso

Duque de Caxias

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

M338 Tese	<p>Marinho, Glaucia Almeida À margem do cais - As lembranças de casa e da luta dos moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras / Glaucia Almeida Marinho - 2017. 119f.</p> <p>Orientador: Mauro Henrique de Barros Amoroso</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>1. Movimentos sociais - Teses. 2. Ocupações urbanas - Teses. I. Amoroso, Mauro Henrique Barros. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 304</p>
--------------	--

Bibliotecária: Lucia Andrade – CRB7/5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Glaucia Almeida Marinho

**À margem do cais - As lembranças de casa e da luta dos moradores da
Ocupação Quilombo das Guerreiras**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Movimentos Sociais e Direito à Cidade.

Aprovada em 19 de setembro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Mauro Henrique de Barros Amoroso (Orientador)
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof. Dr. Adair Rocha
Faculdade de Comunicação Social - UERJ

Prof.^a Dra. Maíra Machado-Martins
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Duque de Caxias

2017

DEDICATÓRIA

Aos moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

AGRADECIMENTOS

A minha história e a dos outros

Angela Davis, em *Mulher, Raça e Classe*, diz:

O enorme espaço que o trabalho ocupa na vida das mulheres negras da atualidade reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, o trabalho compulsório ofuscava todos os outros aspectos da existência dessas mulheres. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma valorização de seu papel como trabalhadoras. (DAVIS, 2013, p.10)

Conciliar a vida de estudante, trabalhadora e militante foi um desafio no contexto atual de retrocessos e ataques intensos contra a vida e os modos de vida dos negros e empobrecidos. Tudo isso afetou de alguma forma este trabalho. Bell Hooks (1995) aponta que o trabalho intelectual é tradicionalmente reservado aos homens brancos e torna-se ainda mais inacessível às mulheres negras, à medida que não encontramos estímulos durante o processo. Além do tempo – isto é, da falta dele – outra dificuldade no nosso caminho é romper com os efeitos produzidos pelo racismo. Eu, como tantas jovens negras e negros da minha geração, fui a primeira pessoa da família a concluir uma graduação e, conseqüentemente, fazer uma pós-graduação. Durante o desenvolvimento desse trabalho, eu tive insegurança quanto ao método, à escrita, à gramática e que meu trabalho não fosse levado a sério. Esses temores, segundo Bell Hooks (1995), inibem a produção intelectual das mulheres negras. Vivi isso na pele. Mas, apesar dos obstáculos, foi uma grande alegria a cada momento que sentei para escrever e refletir sobre a Ocupação Quilombo das Guerreiras, um processo que, de certa forma, colaborei na construção e, agora, na documentação e análise sobre as suas práticas.

Esse trabalho é sobre a Ocupação Quilombo das Guerreiras e sobre mim também, ele sistematiza a minha experiência de militância. A partir da leitura de Bell Hooks (1995) e outras intelectuais negras, percebi que o trabalho intelectual não está divorciado da política do cotidiano, muito pelo contrário, ele nos possibilita entender a realidade. Fornece insumos para a militância. Ele é fração da nossa luta por libertação. Espero que eu tenha conseguido transmitir minimamente nesse trabalho os vínculos, reflexões e histórias confidenciais a mim nesse processo de partilha da memória da Ocupação. Abdias do Nascimento (1980) diz que temos de recapturar os fios rompidos de nossa própria história. Essa é a minha pequena contribuição.

Durante o caminho, eu perdi a minha amiga e companheira Elaine Freitas. Foi Elaine quem me levou para a Frente Luta Popular (FLP), organização onde iniciei a minha militância no movimento sem-teto e na luta contra a violência policial. Foi a partir do encontro com ela que me formei enquanto militante antirracista e feminista. Foi Elaine que me trouxe até aqui, e dedico a ela este trabalho. Agradeço também a tantas outras pessoas que me ajudaram nessa jornada, principalmente à Ângela Moraes e Deborah Freire, nossos sonhos e inquietações estão no texto; ao Paulo Victor Leite Lopes, meu porto seguro; ao Bruno F. Duarte e Rodrigo Reduzino, pelo carinho e irmandade; ao Pedro Freire e à Gizele Martins, pela dedicação à luta; à Daniela Fichino e ao Mário Campagnani, por todos os dias e por todas as trocas; à Juliana Neves Barros e Anelise Gutterres, por incentivarem o meu retorno à academia; à Luane Santos, minha comadre, que resiste todos os dias, nossos passos vem de longe; ao Henrique Fornazin, pela cumplicidade. Agradeço aos moradores da Quilombo das Guerreiras pela confiança depositada e a todas as companheiras e companheiros dos movimentos de luta por moradia, a cada prédio ocupado, a esperança se renova. Ao Mauro Amoroso, meu orientador, pela disponibilidade. Foram tempos difíceis para todos nós, e você sempre esteve presente, firme e ao meu lado. Obrigada! À banca pelos caminhos apresentados, em especial, ao professor Adair Rocha, que me acompanha desde a graduação. Muitos dos debates em sala de aula estão aqui. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos. Por fim, agradeço à minha mãe, dona Maria do Carmo, mulher-afro-indígena-imigrante-pobre, que me ensinou a ouvir, crer e respeitar esse e outros mundos.

Menina, o mundo, a vida, tudo está aí! Nossa gente não tem conseguido quase nada. Todos aqueles que morreram sem se realizar, todos os negros escravizados de ontem, os supostamente livres de hoje, se libertam na vida de cada um de nós, que consegue viver, que consegue se realizar. A sua vida, menina, não pode ser só sua. Muitos vão se libertar, vão se realizar por meio de você (. . .) É preciso ter os ouvidos, os olhos e o coração abertos.

Conceição Evaristo

RESUMO

MARINHO, Glaucia A. **À margem do cais** - As lembranças de casa e da luta dos moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras. 2017. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2021

Em outubro de 2006, cerca de 60 famílias sem-teto ocuparam um imóvel abandonado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro na Zona Portuária da cidade, assim nasceu a Ocupação Quilombo das Guerreiras, uma habitação coletiva e autogestionária, herdeira de outros processos de luta por moradia em curso no Centro do Rio de Janeiro nos anos 2000. O presente trabalho busca construir uma narrativa sobre a história dessa ocupação sem-teto, a partir das memórias dos seus moradores e da perspectiva da diáspora negra, discutir sua organização política e social para a garantia da moradia, e, por fim, analisar os conflitos socioespaciais gerados com a implementação do projeto de renovação urbana Porto Maravilha, no contexto dos megaeventos esportivos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016), que levou o despejo da ocupação. Para isso, foram realizadas entrevistas aos moradores da Quilombo das Guerreiras, onde eles refaziam a sua trajetória no movimento social, analisavam a construção do espaço coletivo de moradia e seus aspectos formativo, emancipatório e contra hegemônico, bem como, a produção estatal de uma intervenção urbana e construção de espaços de memória que não levaram em consideração a história negra da região.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Direito à cidade. Ocupações urbanas. Educação. Megaeventos.

ABSTRACT

MARINHO, Glaucia A. **On the bank of the pier** - The memories of home and struggle of the residents of the Ocupação Quilombo das Guerreiras. 2017. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2021.

In October 2006, nearly 60 homeless families occupied a building abandoned by Rio de Janeiro's Port Authority (Companhia Docas do Rio de Janeiro) in the city's Port Zone. Thus was born Ocupação Quilombo das Guerreiras, a self-managed housing collective. This paper seeks to construct a narrative of the history of the Quilombo das Guerreiras occupation, based on residents' memories and on perspectives of the Black diaspora. The text will discuss the occupation's political and social organization and analyze the socio-spatial conflicts generated through the implementation of the Marvelous Port (Porto Maravilha) urban renewal project, which led to the eviction of Quilombo das Guerreiras in 2014, in the context of sporting mega-events (2014 World Cup and 2016 Olympics). To this end, interviews were conducted with the residents of Quilombo das Guerreiras, where they retraced their trajectory in the social movement, analyzed the construction of the collective living space and its formative, emancipatory, and counter-hegemonic aspects. As well as, the state production of an urban intervention and construction of memory spaces that did not take into account the black history of the region.

Keywords: Social movements. Right to the city. Urban occupations. Education. Mega- events.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa das ocupações urbanas que foram organizadas por movimentos sociais ou estavam articuladas contra os despejos na região central e portuária.....	16
Figura 2	Ocupação 17 de Maio	28
Figura 3	Ocupação 17 de Maio. Faixas: 1) “Com paz e união conquistaremos nossa terra” 2) “Queremos nosso chão para construir nosso teto”. Cartaz: “Queremos paz e também queremos terra”	28
Figura 4	Fachada da Ocupação Chiquinha Gonzaga	40
Figura 5	Mural da Ocupação Chiquinha Gonzaga, ao lado matéria de jornal com o título “Fábrica ontem, condomínio hoje”	40
Figura 6	Avisos na Ocupação Chiquinha Gonzaga: “Não existe verdade eterna, a única verdade eterna que existe, é que tudo está eternamente mudando”, “Reunião de 2º a 6º, de 20h às 22h e das 07h às 8h. Aos sábados e domingos de 08h às 09h e das 20h às 22h“, ”Café da manhã de 06h às 07h, almoço das 12h às 13h30 e jantar das 19h às 20h”	41
Figura 7	Porta da sala das crianças da Ocupação Chiquinha Gonzaga.....	41
Figura 8	Simulação das Trump Towers Rio	46
Figura 9	Ocupação Zumbi dos Palmares.....	54
Figura 10	“Ocupação de um dia só” - Matéria sobre a ocupação do prédio na Rua Alcindo Guanabara.....	56
Figura 11	Acampamento em frente à Ocupação Quilombo das Guerreiras, em uma das faixas “Lula, cumpra sua palavra. Prédio abandonado deve ser ocupado. O povo precisa de moradia”.....	67
Figura 12	Entrada da Ocupação Quilombo das Guerreiras.....	70
Figura 13	Atividade realizada contra o despejo forçado.....	100
Figura 14	Trator da Porto Novo na Ocupação Quilombo das Guerreiras.....	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto
CMP	Central de Movimentos Populares
FARJ	Federação Anarquista do Rio de Janeiro
FIST	Frente Internacionalista dos Sem Teto
FLP	Frente de Luta Popular
FNHIS	Fundo Nacional para Habitação de Interesse Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ITERJ	Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
MAR	Museu de Arte do Rio
MCL	Movimento de Comissões de Luta
MCL	Movimento de Comissões de Luta
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
PCB	Partido Comunista Brasileiro
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
UNMP	União Nacional Por Moradia

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	A LUTA QUILOMBOLA	44
2	O COLETIVO	68
2.1	O espaço coletivo	70
2.2	O regimento interno	73
2.3	Os mecanismos internos	82
2.4	Autoformação	85
3	O CASO DO BAIRRO 13	89
3.1	O porto novo	101
	CONCLUSÃO	105
	REFERENCIAS	108
	ANEXO A – Apoio à Ocupação Urbana Quilombo das Guerreiras	115
	ANEXO B – Regimento da Ocupação Quilombo Dos Palmares	117
	ANEXO C - Tributo ao Companheiro Carlinhos	119

INTRODUÇÃO

"Minha vida se encontra profundamente escondida
 no limbo da história
 de outras vidas
 abafadas no rumo da história em curso
 das entranhas do mundo
 A história de nossas vidas são profundas
 se encontram abafadas e escondidas
 (...)
 História e vida que se confundem, misturam
 e combinam sob a égide do querer bem
 onde poucos saberão julgar
 a nossa vida, a nossa história
 vida que por assim ser
 não será descrita por qualquer história"

Francisco Mesquita

Este trabalho pretende desenvolver uma narrativa sobre a organização da luta e de casa – forma de habitar – dos moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras, segundo suas memórias e a partir da perspectiva da diáspora negra. Michael Pollak (1989, p. 9) define a memória como uma: “Operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”. A minha intenção é discutir essa dimensão coletiva da memória, dialogando com a obra *Quilombismo*, de Abdias do Nascimento (1980), investindo na ideia de trazer experiências negras na luta pela liberdade e dignidade, de modo que possam assumir o protagonismo de sua própria história. Pretendo, portanto, usar a narrativa como instrumento contra o esquecimento, como uma forma de intercambiar e documentar saberes e práticas, e, para isso, eu busquei trabalhar com os depoimentos narrados pelos próprios moradores da Ocupação sobre a mobilização política e o cotidiano. Em 2006, cerca de 60 famílias sem-teto ocuparam um imóvel abandonado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro na Avenida Francisco Bicalho, número 49, assim nasceu a Ocupação Quilombo das Guerreiras, que resistiu até fevereiro de 2014, quando as últimas famílias do seu coletivo foram obrigadas a abandonar o imóvel ocupado.

Durante o mestrado, a memória despontou para mim como uma possibilidade analítica, que ganhou força pelo compromisso teórico-político da história oral que, segundo o sociólogo Michael Pollak, ao privilegiar a narrativa dos “excluídos”, a história oral evidencia a importância de memórias subterrâneas – memórias clandestinas e inaudíveis – ademais:

“Ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional” (POLLAK, 1989, p.4). E foi a partir desse chamado que eu entendi a importância de registrar a experiência da Ocupação Quilombo das Guerreiras, um grupo de luta por moradia autônomo, e refletir sobre os porquês do processo de apagamento e marginalização da história da presença negra na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Abdias do Nascimento alerta que: “Nós, os negros temos sido forçados a esquecer nossa história e a nossa condição por um tempo demasiadamente longo” (NASCIMENTO, 1980, p. 21).

Já faz 12 anos que eu pisei em uma ocupação sem-teto pela primeira vez. No dia anterior, seguia com dois companheiros, Elaine Freitas e Rodrigo do Ó, para uma atividade do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), na ABI, quando fomos parados na Praça da Cinelândia pela Matilde Guilhermina, moradora da Ocupação da Regente Feijó¹, que nos convocou para uma “festa”, “festa” é o nome dado usualmente pelos movimentos de moradia à ação de ocupar². E assim fui parar na Ocupação Chiquinha Gonzaga, horas depois do imóvel ser ocupado. Era um sábado, 24 de julho de 2004. Várias histórias sobre a entrada no prédio, a chegada da polícia e a sujeira e o abandono do imóvel que pertencia ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) eram contadas e recontadas, inclusive que o prédio já havia sido ocupado anteriormente³.

A cozinha coletiva já tinha sido organizada e as pessoas se dividiam entre as tarefas das comissões de limpeza, hidráulica, elétrica, cozinha e portaria, que funcionava 24 horas, com mudança de escala a cada duas horas. Dormi naquela noite com os papelões e lençóis deixados pela Matilde. Sinto que, de alguma forma, depois daquele dia, eu nunca mais voltei para casa, pois anos depois a Chiquinha também se tornou a minha moradia⁴. O ambiente das ocupações era cotidiano para mim, já que estive em várias delas como militante da Frente de Luta Popular (FLP), uma organização formada em 2000, composta inicialmente por ex-

1 Quando eu iniciei a minha militância no movimento sem teto, Matilde já era um quadro. Foi moradora da Ocupação Regente Feijó, formada em setembro de 2001, quando as famílias que tinham sido despejadas da Ocupação Revolta dos Malês (1997 – 2001), localizada na Rua do Riachuelo, número 48, em um prédio abandonado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), ocuparam outro imóvel abandonado na Rua Regente Feijó, número 25, próximo à Praça Tiradentes. Hoje, vivem no prédio de dois andares nove famílias, que conseguiram a reforma do imóvel, após anos de luta, via recursos do Orçamento Geral da União e do Crédito Solidário.

2 O termo também foi bastante difundido através do documentário Dia de Festa (Brasil, 2005), sobre quatro mulheres líderes do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)/ Frente de Luta por Moradia (FLM) de São Paulo.

3 Em 2001, esse mesmo imóvel abandonado pelo INCRA foi ocupado por famílias organizadas pelo Movimento de Comissões de Luta (MCL), formando a Ocupação Tiradentes.

4 Morei na Ocupação Chiquinha Gonzaga de 2007 a 2010.

militantes do Coletivo Gregório Bezerra, uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e que depois passou agregar outros indivíduos e movimentos autônomos. Permaneci na organização até 2008, ano da sua dissolução, por divergências internas⁵. Meu primeiro contato com a FLP foi em 2003, durante um ato pelo passe livre estudantil. Na ocasião fui convidada pela companheira Elaine Freitas para participar de uma reunião no Morro da Lagartixa, em Costa Barros, para construção do 1º de Maio. Naquele ano, a FLP junto com outros coletivos, ocuparam simbolicamente uma fábrica abandonada da Rheem Aquecedores localizada na Avenida Brasil, em Benfica, para realizar uma atividade no Dia Internacional do Trabalhador⁶. A partir da militância na FLP, vi muitas ocupações serem construídas: Ocupação Chiquinha Gonzaga, Ocupação Zumbi dos Palmares, Ocupação Quilombo das Guerreiras, Ocupação Flor do Asfalto, Ocupação Machado de Assis, Ocupação Guerreiros do 234⁷.

Da Praça Mauá à Rodoviária, eu descobri uma nova cidade, que estava sendo transformada a partir da intervenção dos movimentos sociais e, mais do que isso, traziam à tona uma história silenciada sobre a ocupação da população negra na Zona Portuária. Também testemunhei muitos despejos, uns com o uso desmedido da força policial e outros meticulosamente arquitetados pelo poder público, sem o uso da polícia, mas com a mesma intensidade de violência, principalmente, a partir de 2009, quando o Rio de Janeiro foi escolhido para sediar as Olimpíadas de 2016, e, então, assistimos à aceleração das políticas de mercantilização da cidade. Nesse período foi evidente o carácter racista dos projetos de intervenção urbana que, sob a insígnia dos megaeventos, removeu favelas; ocupações sem-teto foram despejadas e áreas empobrecidas militarizadas, a fim de eliminar os negros, não exclusivamente, mas principalmente, das áreas de interesse da capital, promovendo uma política de gentrificação que leva ao embranquecimento urbano⁸.

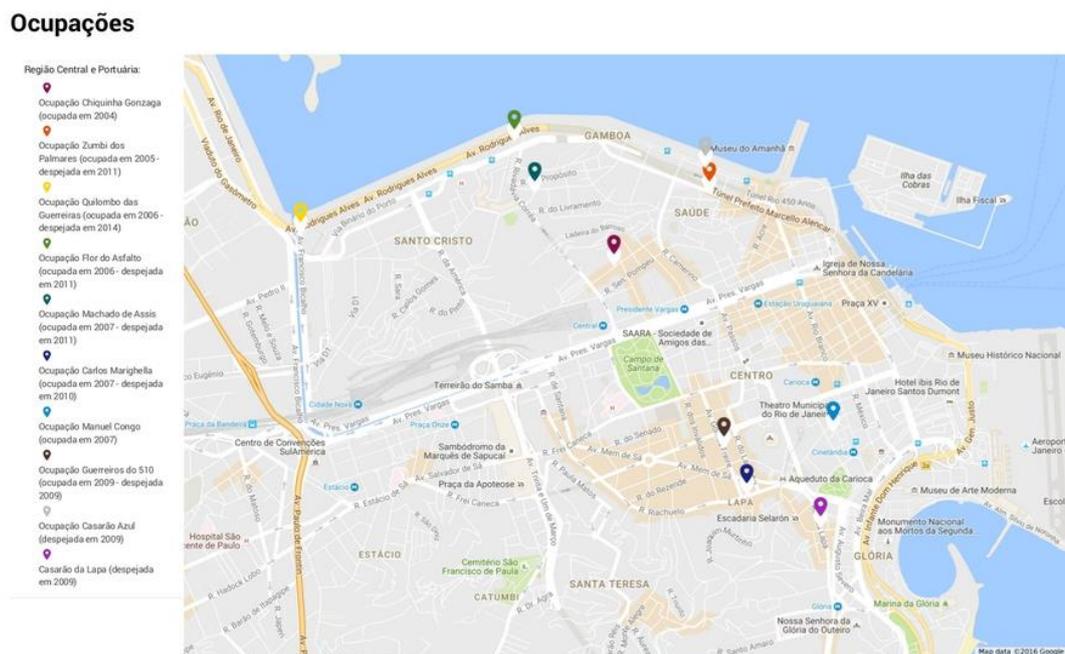
5 A FLP atuava na construção do poder popular. Participou da organização do ato no Shopping Rio Sul (2000); do ato “Posso me identificar?”, contra a violência policial (2004); da formação da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, movimento de familiares de vítimas da violência do Estado; das ocupações Chiquinha Gonzaga (2004) e Zumbi dos Palmares (2005). Seus militantes ainda colaboram na construção das ocupações Quilombo das Guerreiras (2006), Machado de Assis (2008), Guerreiros do 234 (2009) e Guerreiros Urbanos (2010).

6 Entre os movimentos, estavam o MCL (Movimento de Comissões de Luta), CCP (Centro de Cultura Proletária), MUP (Movimento Universidade Popular), MEP (Movimento Educação Popular), GBCR (Grupo de Break Consciente da Rocinha) e o CSPL (Comitê de Solidariedade aos Povos em Luta).

7 Quando participei da Ocupação Guerreiros do 234, a FLP, enquanto grupo político, já tinha acabado, mas eu e outros companheiros continuávamos atuando nas ocupações.

8 Considero o processo de embranquecimento urbano a eliminação (ou a tentativa de eliminação) de pessoas, histórias e marcas não brancas de uma determinada localidade. Uma matéria publicada no Jornal do Brasil com o título “Porto Maravilha: o fracasso de um projeto bilionário que excluiu os menos favorecidos” apontou que se tivesse dado certo o projeto de requalificação urbana da Zona Portuária, “seria incorporado ali o modelo

Figura 1 - Mapa das ocupações urbanas que foram organizadas por movimentos sociais ou estavam articuladas contra os despejos na região central e portuária



Fonte: MARINHO, 2017

Nesse contexto, a memória se torna instrumento de disputa, os discursos passam a ser organizados a partir da definição do que será lembrado e esquecido. Michael Pollak (1992) aponta que Maurice Halbwachs, em seus estudos, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Ela também é influenciada pela conjuntura, e isso pode ocorrer conscientemente (AMOROSO, 2012, p. 17) como aconteceu na região. O poder público endossou discursos estigmatizantes de áreas inteiras para justificar ações que não tinham relação direta com os Jogos Olímpicos. E mesmo sob protestos, a

elitista, e aquela população tradicional ia acabar sendo expulsa indiretamente por um aumento no preço do terreno”, do custo de vida. “O fenômeno chamado gentrificação afeta uma região pela alteração das dinâmicas da composição do local”. PORTO Maravilha: o fracasso de um projeto bilionário que excluiu os menos favorecidos. **Jornal do Brasil**, [s. l.], 4 jul. 2017. Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2017/06/04/porto-maravilha-o-fracasso-de-um-projeto-bilionario-que-excluiu-os-menos-favorecidos/>. Acesso em 25/07/2017.

As obras do Porto despejaram ocupações, removeram pessoas pobres de áreas do interesse do capital, descaracterizou diversos locais com a ideia de atrair negócios para a região a fim de levar uma classe média (branca) e turistas para frequentá-la. Quem já vivia não servia mais, então, até escolas públicas foram fechadas, ônibus desviados das rotas e uma grande publicidade foi feita em cima da região para atrair os novos frequentadores. Nesse processo, vi até “pé sujos” e camelódromos desaparecerem para dar lugar a restaurantes e feiras para um outro público.

narrativa construída em cima do legado ganhou força. O “trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história” e não pode ser construído arbitrariamente, afirma Pollak (POLLAK, 1989, p. 9). Ele oferece releituras do passado conforme demandas do presente e do futuro. Se aproveitam do racismo e usam a memória e a história conforme interesses de poder e também como forma de manutenção do status quo. Esse pressuposto do autor me remeteu a Abdias do Nascimento quando denuncia o racismo na historiografia brasileira. E, então, nos leva a crer que as ações de apagamento e silenciamento da memória dos sem-tetos são calculados:

A história do Brasil é uma versão concebida por brancos, para os brancos e pelos brancos, exatamente como toda sua estrutura econômica, sócio-cultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para o benefício exclusivo de uma elite branca/brancóide, supostamente de origem ário-européia. (NASCIMENTO, 1980, p.15)

Abdias aponta ainda nesse processo, de apagamento e silenciamento, mecanismos de agressão e distorção da memória, que são ferramentas da elite para impedir que o povo negro assuma as suas raízes étnicas, históricas e culturais, para impedir que se liberte. As palavras de Abdias me provocam ao andar pela cidade, ao percorrer ruas e bairros centrais. Próximo à casa em que hoje resido, por exemplo, existem dois imóveis abandonados pelo INSS que já foram ocupações sem-teto – um na Rua Riachuelo, número 48, e outro na Rua Mem de Sá, número 234. Nos dois endereços, logo depois dos despejos, o Estado cimentou as portas de entradas para evitar que se tornassem moradia novamente. Os prédios estão abandonados e ruindo com o tempo, a deterioração não condena ao esquecimento a luta travada por moradia naquele local, silencia, mas não apaga a memória da experiência vivida. Segundo o professor Boubacar Barry (2009, apud Macêdo, 2013, p.4), "não se pode retirar de um povo a história que ele viveu na sua própria carne. Enquanto o homem vive, ele vive com sua história, ele vive com sua memória". E mais, as memórias subterrâneas podem emergir e disputar a narrativa com a memória dita oficial – produzida por grupos sociais majoritários ou imposta pelo Estado – se conseguem visibilidade, veem repleta de reivindicações (POLLAK, 1989).

Nessa perspectiva, a escritora Chimamanda Adichie aponta que: "Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida"⁹. Comumente, os movimentos de luta por moradia e os sem-tetos são deslegitimados, desqualificados e até criminalizados pela luta política a partir de histórias concebidas e

9 ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma única história. Julho, 2009, **TEDGlobal 2009**. Disponível em https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br Acesso em: 16 Jul 2017.

disseminadas de acordo com interesses políticos. Neste trabalho, eu escolhi seguir pelo caminho da reparação. Ou como afirma Abdias, a memória como instrumento de libertação: "Ter um passado é ter uma consequência responsabilidade nos destinos e no futuro da nação negro-africana" afirma Abdias do Nascimento (NASCIMENTO, 1980, p. 248).

a) A formação do quilombo

A Ocupação Quilombo das Guerreiras iniciou-se em 09 de outubro de 2006, mas desde os meados de 2005 aconteciam reuniões para a organização do coletivo. Antes das famílias se estabelecerem no imóvel abandonado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro na Rua Francisco Bicalho, número 49, seus moradores sofreram dois despejos violentos em outras tentativas de ocupações frustradas: em um prédio abandonado pelo INSS, na Rua Alcindo Guanabara, número 20, hoje, Ocupação Manuel Congo, e depois quando ocuparam um prédio privado abandonado na Rua Estrela, número 64, no bairro do Rio Comprido.

Em 2013, já estabelecida, com água e luz instalados, através de mutirão, horta agroecológica e biblioteca, a Ocupação sofreu um processo de esvaziamento, uma modalidade de despejo usada pelo Estado sem o uso da força policial, retiraram as famílias do imóvel com táticas de coação, contrainformação, infiltração e terror¹⁰. A área onde ficava a Quilombo das Guerreiras é de grande interesse do capital, chegou até ser anunciado a construção de Trump Towers no mesmo terreno onde ficava a Ocupação. Hoje, o prédio onde viviam os moradores está vazio. Abandonado. Sem cumprir a sua função social.

Para a elaboração deste trabalho foram entrevistados sete ex-moradores, a ideia é construir uma narrativa sobre a forma de organização a partir dos seus relatos, reflexões e experiências. Foram entrevistados moradores que:

- a) organizaram a entrada no imóvel;
- b) foram integrados ao coletivo depois do imóvel ocupado;
- c) tinham participado de movimentos políticos antes da Quilombo;
- d) desconheciam a existência de movimentos sociais antes de participar da ocupação;
- e) moraram em outras ocupações sem-teto.

¹⁰ Essas estratégias de terror, coação e rumores foram muito utilizadas na região (e em toda a cidade do Rio de Janeiro) nesse período para remover ou desalojar famílias de suas casas. No caso da Quilombo das Guerreiras, a CDURP (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto) levou para os armazéns abandonados da Companhia Docas, que ficavam atrás da Ocupação Quilombo das Guerreiras, dezenas de moradores despejados de outras ocupações da região. No decorrer do tempo, essa vizinhança começou a ameaçar a Ocupação Quilombo das Guerreiras. Para os moradores, como veremos adiante, essa foi uma estratégia pensada para desarticular a Ocupação.

As entrevistas foram semiestruturadas e seguiram o seguinte roteiro: apresentação, experiências de moradia antes da Ocupação, chegada à Quilombo das Guerreiras, organização interna – o coletivo, despejo e as mudanças e os impactos provocados pelo projeto de reforma urbana Porto Maravilha. Sem dúvidas, a minha maior contribuição neste trabalho é a sistematização dos relatos dos moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras, tenho em mãos um material riquíssimo, uma proposta de organização social e política, que dialoga em princípio com a proposta de Quilombismo desenvolvida por Abdias do Nascimento (1980), um projeto baseado na autodeterminação, associativismo, solidariedade e protagonismo histórico negro. Além das entrevistas, cruzo as minhas memórias, com matérias de jornais e estudos sobre a região para uma maior compreensão dos acontecimentos. Para preservar a privacidade dos entrevistados, os nomes foram trocados.

No primeiro capítulo deste trabalho, busquei fazer um panorama da ocupação negra da Zona Portuária, suas marcas e as estratégias de apagamento da história através de projetos de reforma urbana. Também apresento os elementos que levaram a organização da Ocupação Quilombo das Guerreiras e seus desdobramentos no processo de recuperação da ocupação negra.

No segundo capítulo, trabalho a memória da organização da Ocupação, como foi construída a Quilombo Guerreiras, os primeiros despejos, a chegada no prédio abandonado pela Companhia Docas, os dilemas entre o direito à moradia e a legalidade da ação, a partir dos relatos de moradores.

O terceiro capítulo, “O Coletivo”, trata da permanência. A organização do regimento interno, definição do que é o coletivo e a gestão do espaço. Espaço pensado e moldado por uma orientação coletiva, que possibilita a construção de uma história diferente da dos atores hegemônicos. Debate também como essas experiências, do “ocupar para morar”, afetam os moradores.

O último capítulo, “O caso do Bairro 13”, trata da memória do despejo e a tática da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) para minar e levar a desocupação da Quilombo das Guerreiras. Nesse capítulo, trabalho também a disputa e usurpação da memória negra na Região Portuária, e após seguirão as conclusões da dissertação.

O primeiro entrevistado foi o Iberê. Ele chegou à Quilombo das Guerreiras com três meses de ocupação, os quartos já haviam sido divididos entre os moradores. Antes, Carlos

morava em São Gonçalo e gastava quase 4 horas por dia apenas em deslocamento¹¹. Ele é natural de Campos dos Goytacazes, interior do Rio de Janeiro, foi criado em uma casa de dois quartos, da Rede Ferroviária Federal, onde viviam ele, seus pais e seus irmãos, 13 pessoas no total. Com o desmonte da Rede Ferroviária, promovido pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sua mãe conseguiu adquirir o imóvel, mas a estrutura era muito precária. "A casa era de telhado, quando chovia, chovia tudo em casa, e era panela, era bacia (...)" (Depoimento de Iberê, 31/07/2016). Lá no interior teve seu primeiro contato com os movimentos sociais: "Eu fui numa fazenda, em Campos, do Movimento Sem-Terra (...) Eu tinha entendido o que é se organizar politicamente. Eu entendi o que era aquilo ali, na cidade, era o movimento social sem-teto, eu sabia que São Paulo era muito forte" (Depoimento de Iberê, 31/07/2016). Ele relata que não ficou surpreso com a organização adotada pela Ocupação Quilombo das Guerreiras, muito pelo contrário, "quando eu me deparei com a proposta da Quilombo, que era coletivo, pensar no próximo e não pensar em si, tinha uma ideia ao encontro do que eu pensava, tanto que a minha casa era aberta" (Depoimento de Iberê, 31/07/2016). Hoje, Iberê vive em uma outra ocupação, a Novo Equador, onde paga 200 reais pelo aluguel, ela fica próximo à Rodoviária, a menos de 500 metros de onde era a Quilombo das Guerreiras. Após a entrevista, fui com ele conhecer o espaço. Foi a primeira vez que andei de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos)¹². Eu sempre tive muita resistência, e até uma certa implicância, com os "monumentos símbolos" que marcam o processo de requalificação urbana da região portuária. Achei peculiar pegar o VLT com ele, um afetado direto do Porto Maravilha. Já na Novo Equador, me surpreendi com o tamanho da ocupação, enorme, no meio do pátio estava localizada a associação de moradores. O imóvel era uma antiga fábrica, a ocupação com mais de 17 anos segue com uma ação judicial de usucapião¹³. O quarto do Carlos era um grande salão, com banheiro e cozinha¹⁴. Eu perguntei a ele qual era a diferença entre a Novo Equador e a Quilombo das Guerreiras: "A Quilombo não aceitava alugar ou vender [quartos], na Equador é diferente", me disse. E completou, "não só a Quilombo, as do movimento [social

11 O Rio de Janeiro é a cidade brasileira onde os moradores gastam mais tempo no trajeto casa-trabalho- casa, segundo estudo: O custo dos deslocamentos nas principais áreas urbanas do Brasil. Publicado pela FIRJAN , em 2015.

12 O VLT Carioca está em operação desde 5 de junho de 2016 e é considerado um dos "legados" dos Jogos Olímpicos, mas o seu projeto é anterior.

13 Usucapião é o direito que uma pessoa adquire em relação à posse de um bem móvel ou imóvel privado em decorrência do uso deste por um determinado tempo.

14 Usualmente, entre os moradores de ocupação, a palavra quarto é usada para denominar a casa.

não aceitam isso. Você não podia vender. Lá é diferente, é cada um por si." (Depoimento de Iberê, 31/07/2016).

A segunda entrevistada foi a Tuane, ela chegou à Ocupação em 2007, tinha apenas 13 anos. "A reunião era feita à luz de velas", se recorda (Depoimento de Tuane, 31/07/2016). Todas as suas outras experiências de moradia também foram em ocupações sem-teto, exceto durante um breve tempo que morou com a sua avó, em Minas Gerais. A primeira, foi em uma ocupação no Catete, onde sua família pagava aluguel pelo quarto, depois, na Lapa, sem pagar aluguel, ambas sem o apoio de movimentos sociais. "A primeira ocupação tinha tráfico, não tinha CMP [Central de Movimentos Populares] nem União [Nacional Por Moradia Popular]" (Depoimento de Tuane, 31/07/2016). Tuane se refere aos movimentos sociais que organizam sua atual moradia. Após o despejo da Quilombo das Guerreiras, a sua família chegou a alugar uma casa no bairro do Santo Cristo, mas era muito caro, 500 reais. "A gente sofreu para pagar aluguel (...) um quarto, sala, cozinha e banheiro, quase caindo, esgoto a céu aberto" (Depoimento de Tuane, 31/07/2016). Ela conta que saíram de lá porque uma parede e o reboco do teto caíram, e foram morar no terreno onde futuramente serão reassentados os ex-moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras, no bairro da Gamboa¹⁵. Lá sua família construiu um "barraco de madeira" (sic). "Foi o meu sofrimento. Era muita barata, era rato. Passamos muito sufoco, caiu o reboco do hospital [da Gamboa] para baixo" (Depoimento de Tuane, 31/07/2016). Hoje, ela vive na Ocupação Vito Giannotti, mas sua família continua no terreno¹⁶.

Rudá foi o terceiro entrevistado. Ele tem 48 anos e é filho de migrantes. Sua mãe, natural de Mimoso do Sul no Espírito Santo, se instalou Morro do Sereno, na Praça do Carmo, Zona Norte, assim que chegou no Rio. Aqui conheceu seu marido, o pai do Rudá, também migrante capixaba, mas da pequena Bom Jesus do Norte. Os dois vieram atrás de

15 Desde 2008, os moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras estão inscritos no projeto habitacional Quilombo Gamboa, que será construído através de recursos do projeto Minha Casa Minha Vida-Entidades, organizado pela Central de Movimentos Populares (CMP) e pela União Nacional Por Moradia (UNMP) com assessoria da Fundação Bento Rubião.

16 No dia 15 de janeiro de 2016, cerca de 30 famílias organizadas pela Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) ocuparam um imóvel abandonado há mais 20 anos na Rua Sara, número 85, no Santo Cristo, dando início a Ocupação Vito Giannotti. O imóvel, um antigo hotel que hoje pertence ao INSS, é alvo da reivindicação dos movimentos de luta por moradia popular desde 2006 e já conta com um estudo feito por técnicos da Secretaria Municipal de Habitação, que avaliaram a viabilidade da destinação do prédio para moradia popular. O mesmo imóvel já havia sido ocupado anteriormente, em 2010, por 50 famílias sem-teto formando a Ocupação Guerreiros Urbanos, mas foram despejados horas depois da entrada no prédio pela Polícia Federal.

melhores condições de vida. Rudá foi criado na Vila Cruzeiro, numa localidade chamada Quatro Bicas, o nome é literal, tinham 4 biquinhas onde as pessoas pegavam água, relata.

A primeira [casa], que eu me lembro, enquanto criança (...) sei que era muito precária porque meus pais diziam (...) A segunda era boa, podemos chamar de boa. Eu acho que já entendia mais ou menos o que era uma coisa boa. A terceira, melhor ainda. E a última, tipo top de linha, porque os filhos já estavam trabalhando e já fizeram tudo direitinho. Dividiram. Um colocou ar-condicionado. O outro, a televisão. Sabe? Botou uma casa digna. Mesmo estando dentro de uma comunidade, era uma casa com todo conforto possível, imaginável (Depoimento de Rudá, 07/08/2016).

Para Rudá, moradia digna é uma associação da construção com a mobília. Durante o Governo Lula (2003-2011) houve valorização do salário-mínimo, aumento do emprego formal e expansão do crédito, que possibilitou aos pobres adquirirem com mais facilidade eletrodomésticos e outros bens, mas as políticas públicas de habitação e urbanização de favelas e periferias não seguiram o mesmo ritmo. Rudá conta que depois da casa pronta eles tiveram que mudar, porque sua mãe já não tinha condições de subir as escadas para chegar em casa. “E tem tiroteio, de vez em quando. Como é que corre num lugar de escadas uma pessoa com quase 80 anos?”, me questiona (Depoimento de Rudá, 07/08/2016).

Ele foi convocado para participar do processo de construção da Ocupação Quilombo das Guerreiras dentro do ônibus 497. "Uma situação inesperada":

Peguei o ônibus 497, estava sentado no banco, normal. Sentou um rapaz do meu lado, nunca vi mais gordo, mais magro, enfim. Ele sentou ao meu lado e abriu um livro, por acaso, esse livro era de Marx, que eu nem sabia quem era Marx, estava lá Karl Marx (...) Eu fiquei curioso em saber que tipo de leitura era aquela, embora eu não estivesse entendendo bulhufas, porque notei que era uma leitura bastante pesada. (...) E eu fiquei meio de olho aberto, assim olhando, e ele rapidamente fechou o livro.

Aí, ele olhou pra mim e falou assim: (...) “Meu nome é Celso e eu faço parte de uma organização”. Agora, eu não me lembro se era FLP (...) Enfim, ele tinha algumas atuações com questões de moradia em Nova Iguaçu. E ele falou assim: “Olha, eu conheço uma rapaziada”, e começou a puxar assunto, mas do nada mesmo, não tinha nada a ver.

Aí, surgiu a seguinte história: “Você já ouviu falar em ocupação?”

Eu: “Como assim ocupação?”

Ele: “Você não sabe o que é ocupação?”

Eu: “Não, eu não sei o quê que é ocupação. O quê que é ocupação? Nunca ouvi. É ocupar um espaço que está vazio?”. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Rudá conta que ficou interessado com o convite, mas também ofendido, já que se tratava de uma suposta “ilegalidade”, como se o tivessem chamado para cometer um crime. Ele tinha medo de ser criminalizado por participar do movimento, mesmo assim começou a participar das reuniões. Me conta que foi atraído pela possibilidade de morar no Centro. Rudá “esteve” nas duas primeiras tentativas frustradas de ocupação da Quilombo das Guerreiras,

antes da entrada no imóvel da Francisco Bicalho. Desde o despejo da Quilombo, ele vive em uma outra ocupação feita por uma escola de samba no Santo Cristo, onde paga aluguel. No andar dele tem mais dois quartos, em um deles mora a Yara, outra ex-moradora da Quilombo das Guerreiras, que também entrevistei.

Yara é de Curitiba, tem 44 anos e veio para o Rio de Janeiro há mais de 10 anos trabalhar com um tio de marinheira, em Mangaratiba. Antes da Quilombo, ela já morava na Região Portuária, onde era a antiga estação de trem, próximo à Vila Olímpica da Gamboa. Yara foi convidada para participar da Quilombo das Guerreiras por um rapaz que morava lá, mas já não se recorda do nome dele, apenas que trabalhava no Projac (Estúdios Globo de Televisão). Porém, acabou não indo. Nessa época ela era funcionária de uma barraca de camelô no terminal de ônibus municipal, que ficava do lado da Rodoviária Novo Rio, e que foi destruído para realização de obras de infraestrutura do Porto. Foi quando passou a trabalhar de camelô no Maracanã e lá conheceu a Léa, outra moradora da Quilombo das Guerreiras e também camelô. Foi Léa que apresentou Yara ao coletivo. "Eu nunca tinha ouvido falar em ocupação [antes da Quilombo], não sabia como é que era viver dentro de uma, conta (Depoimento de Yara, 19/03/2017); No entanto, ela foi e se sentiu acolhida.

Eu não senti medo lá dentro, eu senti de certa maneira um aconchego, porque as pessoas não me conheciam, mas permitiram que eu assistisse à reunião, eu falei um pouco de mim, sobre o que eu pensava das coisas, me analisaram e aí a Aruana falou: "Você vai ficar sob observação três meses". Três ou seis meses, eu acho. Aí passaram esses três, seis meses, eu tornei moradora (Depoimento de Yara, 19/03/2017).

No dia seguinte da entrevista com a Yara, encontrei o Seu Peri, conhecido pelo apelido de Mais Velho, na rua. Já tinha passado por ele várias vezes no Centro, mas sempre ficava em dúvidas se deveria ou não contar sobre o meu trabalho e entrevistá-lo. Mais Velho foi expulso da Quilombo das Guerreiras por acusação de roubo, eu não sabia que memórias a nossa conversa poderia despertar nem como tratar disso depois. Sabia que ele estava em situação de rua, o encontrei por acaso numa segunda-feira, na Rua da Constituição, ele me disse que estava participando de um coral da prefeitura e por isso tinha conseguido um lugar onde morar. Falei para ele da dissertação, e prontamente topou dar uma entrevista. Seguimos para o Campo de Santana, por proposta dele, lugar que me despertava muitas memórias desse processo de luta por moradia, as reuniões da minha comissão para organizar a Ocupação aconteciam lá.

Seu Peri tem 61 anos, antes da Quilombo, morava em Santa Lúcia, de favor, foi quando soube da Ocupação. "Eu tive um contato com o pessoal mesmo que tava invadindo lá o prédio. Aí, eles me chamaram pra eu vir de manhã (...) quando chegou a noite tinha um

buraco lá, um buraco pequeno, que não dava nem pra entrar um cachorro. Nós conseguimos entrar” (Depoimento de Peri, 20/03/2017). Seu Peri também participou da tentativa de ocupação do imóvel da Rua Estrela, no Rio Comprido. Depois que saiu da Quilombo, ele se envolveu em outro processo de ocupação por moradia, mas que foi duramente reprimida e despejada:

A Cruz Vermelha foi aquela que nossa colega ficou amarrada lá, a Débora. (...) Nós fomos lá na delegacia, depois soltaram ela. Chegaram lá com a maior ignorância mesmo, jogando jato de pimenta em nós, quem tava ali fazendo barreira, jogaram com a maior ignorância mesmo, jogando a gente no chão. Aí foi horrível, cara. Nesse dia eu até parei no médico por causa de problema de jato de pimenta no meu olho e dali nós saímos porque não teve condições de ficar. Tá entendendo? E a nossa colega também foi jogada no chão. Essa vida de ocupação é um negócio muito complicado (...) Então eu fiquei nesse mesmo até conseguir meu cantinho com muita luta e tô aí. (Depoimento de Peri, 20/03/2017)

Seu Ubiratã, o sexto entrevistado, nasceu em Fortaleza, em 5 de dezembro de 1951, chegou ao Rio de Janeiro com um ano de idade e morou no Catete durante 13 anos. Ele conta que lia muito na infância, textos do catecismo, jornais e Seleções do Reader's Digest, esta última a quem ele credita a visão política que tem. Do Catete, Seu Ubiratã foi morar em Rocha Miranda com seus tios, foi uma época muito dura, lembra. “Com muita dificuldade, eu consegui continuar os estudos e trabalhar. Trabalhava no Centro da cidade. A distância me incomodava muito. Eu chegava em casa de madrugada, então foi um período muito difícil da minha vida” (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017). Ele conta que se envolveu com a política e a luta por moradia por acaso:

Bem, foi por um descuido, e, sem querer, eu me envolvi em uma situação que eu não sabia na época nem o quê que era direito, eu tinha apenas conhecimento político de Brizola e do Partido dos Trabalhadores, onde eu tinha alguns amigos e, por terem a mesma fala, eu me identificava com eles, mas sem envolvimento nenhum. Porque eu realmente não gostava de política. Mas a situação apareceu curiosamente por um acidente, de repente, por uma necessidade, eu fui morar em um lugar onde estava iniciando a ocupação. (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017)

A história que Seu Ubiratã me conta é de quando chegou na Ocupação 17 de Maio, em Nova Iguaçu. "Cheguei com a necessidade realmente de morar, uma pessoa me ajudou a fazer o barraco, que era uma obrigação na época, tinha que fazer o barraco e morar". "Aos poucos eu comecei a conhecer os moradores mais antigos (...) fui descobrindo a necessidade muito grande de se fazer uma organização. A que já tinha, era um pouco, assim, confusa, atabalhoada, era coisa muito na palavra, vamos fazer, ninguém anotava nada", lembra (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017). A experiência do Seu Ubiratã é similar à de outros entrevistados que passaram a militar - “se envolver com política” - após a passagem por

processos de ocupações organizadas ou apoiadas por movimentos sociais (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017).

E quando dei por mim, eu já estava frequentando reuniões de alguns moradores antigos, mas com um cunho político. Eu estava com meus 40 e poucos anos de idade. Entrei para a associação e desempenhei diversas atividades, muitos trabalhos de toda espécie. Ajudei muitas pessoas que estavam realmente na rua, sem lugar certo para dormir, ficar. (...) Dentro das minhas condições e de outros companheiros, todos muitos solidários, sempre prontos a ajudar. Principalmente atrair moradores, nós tínhamos um espaço para ser ocupado por mais ou menos 400 famílias, pouco menos. E nossa preocupação era com os espaços vazios, maior preocupação, porque a maioria das pessoas queriam, assim, fazer um ponto de renda, ‘ah, isso aqui é meu’, e não era permitido. E uma das nossas maiores lutas era ocupar o terreno (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017).

A história das ocupações 17 de Maio e Quilombo das Guerreiras se cruzam. O MCL (Movimento de Comissões de Luta), grupo que organizou a 17 de Maio, foi também quem planejou a ação em 2001 para ocupar o prédio abandonado do Incra, que hoje é a Ocupação Chiquinha Gonzaga, e que desembocou na Quilombo das Guerreiras. Em 17 de maio de 2003, por isso o nome, dezenas de famílias ocuparam um terreno na área conhecida como Vila Olimpo II, em Jardim Paraíso, Nova Iguaçu. O terreno, que fica ao lado de uma faixa de terra não edificável por onde passam linhas de alta-tensão, estava abandonado há pelo menos 30 anos, segundo os vizinhos. Porém, após a ocupação, a imobiliária Brasil Central, suposta dona do terreno, apareceu reivindicando a posse. Um dos sócios da imobiliária era sargento da Polícia Militar, lotado na época no DPO (Destacamento de Policiamento Ostensivo) de Campo Belo, um conjunto residencial próximo à ocupação, e começou a ameaçar os moradores. Sob seu comando, policiais militares derrubaram e puseram fogo nos barracos da 17 de Maio. Os moradores sofreram ameaças de seguranças armados, e até disparos contra a ocupação foram feitos, mas os ocupantes não recuaram. A Ocupação 17 de Maio seguiu resistindo. Em 2009, o companheiro Oséias José de Carvalho, presidente da Associação de Moradores de Campo Belo, militante do MCL e da FLP e apoio da 17 de Maio, foi assassinado na região. O artigo “Choque de desordem: desemprego, despejo e assassinato de militantes dos movimentos sociais do Rio de Janeiro” do site Passa Palavra aponta que Oséias foi morto por milicianos locais¹⁷. Esses mesmos milicianos, segundo o artigo, teriam matado também, na mesma época, José Carlos de Moraes (Pépe), um dos coordenadores do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) no Rio de Janeiro e presidente da Associação de

17 R.D.P. Choque de desordem: desemprego, despejo e assassinato de militantes dos movimentos sociais do Rio de Janeiro. **Passa Palavra**, [s. l.], 30 mar. 2009. Disponível em: <https://passapalavra.info/2009/03/2191/>. Acesso em: 8 jan. 2017.

Moradores da Comunidade Serra do Sol¹⁸. Cinco dias após o assassinato de Oséas, o juiz João Batista Damasceno, na época titular da 7ª Vara Cível de Nova Iguaçu, proferiu sentença favorável aos ocupantes. Na sentença, ele aponta que é necessário a efetivação do direito à moradia para uma “vida verdadeiramente humana”:

O direito ao uso de parcela do solo urbano que garanta a moradia adequada é uma das primeiras condições para realização de uma vida autenticamente humana. Portanto, no caso de muitas ocupações lentas e até 'invasões', o título legítimo de propriedade, derivado e secundário, deve ser julgado diante do direito fundamental e primário de morar, decorrente das necessidades vitais das pessoas humanas. “O direito à moradia, incluído entre os direitos universais, e invioláveis, necessários para levar uma vida verdadeiramente humana, é requisito indispensável à sobrevivência da família”. (Solo Urbano e Ação Pastoral. In: 20ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Itaiçara, SP, 09 a 18 de fev. de 1982, p. 27). (...) ‘18) A posse com função social prevalece sobre a propriedade sem função social porque possibilita a proteção efetiva e imediata do ser.’¹⁹

Seu Ubiratã faz uma analogia do caso da Ocupação 17 de Maio com a situação da terra no Brasil:

Não tinha nada escrito como em quase todas as situações desses latifundiários. O local realmente era usado como desova, cemitério clandestino e outras atividades (...) E foi assim que nós nos apoderamos desse terreno, porque ele estava lá realmente, bem-dizer, jogado. (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017)

Ele analisa a situação do terreno a partir do marco da função social propriedade, previsto na Constituição Federal e no Estatuto das Cidades, uma bandeira histórica dos movimentos de luta por moradia e de reforma urbana. “Garantir a função social da cidade e da propriedade é entender que a cidade e a moradia são direitos coletivos e, por isso, devem garantir a qualidade de vida para todos e todas”²⁰.

Para morar na Ocupação 17 de Maio bastava ser indicado por alguma família que já fazia parte do coletivo, como Yara relatou sobre a Quilombo das Guerreiras:

Fazíamos o cadastro quase que automaticamente, levava o documento das pessoas, fazia a ficha e a pessoa tinha o prazo para vir ocupar. (...) [Em] cinco anos nós vimos praticamente todos os lotes ocupados. Os lotes [eram] iguais, todos eles, e as ruas também escolhidas por nós mesmos. (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017)

Os nomes dos logradouros da 17 de Maio foram escolhidos no início da ocupação. As propostas eram apresentadas nas reuniões do coletivo e debatidas, em alguns casos ocorriam até votação, como na história da rua da associação, batizada de “Engenheiro Carlos”. “Eu fui

18 A Ocupação Serra do Sol nasceu em 22 de junho de 2008 e ficava localizada na Av. Brasil, na altura de Santa Cruz.

19 A sentença está disponível em: <http://redecontraviolencia.org/Noticias/443.html>. Acesso em 16/ jul. 2017.

20 Trecho extraído da campanha Função Social da Propriedade Urbana: a cidade não é um negócio, a cidade é de todos nós, promovida pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana.

um que votei nele, embora não o conhecesse”, conta Seu Ubiratã (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017). O nome foi uma homenagem à pessoa responsável pela parte de engenharia do acampamento, quem dividiu os lotes e as ruas. Ele me disse que essa pessoa chegou a falecer próximo à ocupação, por desgastes emocionais. "Deve ser sempre lembrada", afirma (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017). Perguntei a ele o nome das outras ruas e localidades da Ocupação, mas Seu Ubiratã não tem muitas lembranças, além da Rua Engenheiro Carlos, se recordou apenas da Rua Anita Garibaldi. "Praticamente todas as ruas ligadas aos nomes da história" (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017). O que notamos com o relato do Seu Ubiratã é que os espaços públicos também são lugares de disputa e preservação da memória. Ao combinar personagens históricos da luta de resistência do povo com aqueles que construíram a Ocupação a 17 de Maio desenvolvem uma contra narrativa e um trabalho de enquadramento da memória de “baixo para cima”, organizado em torno dos acontecimentos e personagens que fazem sentido para aquela comunidade (POLLAK, 1989, p.12).

O filósofo Maurice Halbwachs (1968) aponta que:

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum. (apud POLLAK, 1989, p.4)

Eu conheci o engenheiro Carlos na Ocupação Chiquinha Gonzaga, ele colaborou na comissão de hidráulica no início da ocupação. Carlinhos, como era chamado, era muito querido, veio a falecer em fevereiro desse ano, eu sabia que a história contada sobre a morte dele por Seu Ubiratã não correspondia a realidade, mas não interessa, ela organiza a história da Ocupação²¹. Quando Seu Ubiratã saiu da 17 de Maio para morar na Quilombo das Guerreiras, a maioria das casas já estavam na alvenaria, havia poucos barracos, a prefeitura já tinha iniciado o processo de colocação de postes de luz com promessa de outros trabalhos, inclusive saneamento. Na 17 de Maio, Seu Ubiratã começou a militar no extinto MCL:

Era Movimento de Comissões de Luta, no qual aprendi muita coisa, devo muita coisa, o que é a casa popular, casas populares, comunidade popular. Onde nós tivemos diversos tipos de informações, até mesmo pra nossa sobrevivência, e nos orientaram em muitas questões. Foi onde eu vim a conhecer o Oséias, já um pouco mais antigo do que eu e outros companheiros que nos auxiliaram muito. (...) O senhor Bezerra, um homem de uma fibra, de uma luta, de uma garra, não tinha hora pra nada, qualquer coisa ele fazia por aquela ocupação, nos ajudou muito, e, pela dele também, no Campo Belo. (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017)

21 No Anexo C, reproduzo uma mensagem de despedida ao companheiro Carlos.

Figura 2 - Ocupação 17 de Maio, em Nova Iguaçu (RJ)



Fonte: FRENTE DE LUTA POPULAR, 2003

Figura 3 - Ocupação 17 de Maio - Faixas: 1) “Com paz e união conquistaremos nossa terra” 2) “Queremos nosso chão para construir nosso teto”. Cartaz: “Queremos paz e também queremos terra”



Fonte: FRENTE DE LUTA POPULAR, 2003

Seu Ubiratã chegou à Ocupação Quilombo das Guerreiras após um ano de formação do coletivo. Ele me contou também a história de Campo Belo, onde foram reassentados alguns moradores da Ocupação Tiradentes. “A primeira ocupação que houve na Chiquinha Gonzaga, quando cerca de 12 pessoas que saíram e ganharam suas casas lá em Campo Belo (...) não sei precisar aí a data” (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017).

Aruana, minha última entrevistada, conta que soube da construção de um processo de ocupação no Centro do Rio através de companheiros da igreja, Seu Josiel, que também era militante da CMP (Central de Movimentos Populares) e estava na organização da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Ela chegou a morar lá. “Eu representava meu primo, o Sandro, que

trabalhava e não podia ir às assembleias. Eu representava ele nas assembleias, porque as decisões eram tomadas pelo coletivo”. Aruana se integrou a Quilombo das Guerreiras após o racha entre os movimentos que estavam organizando a ocupação do imóvel da Alcindo Guanabara. Ela também acompanhou as ocupações Zumbi dos Palmares, Guerreiros do 234, Machado de Assis e esteve na luta contra o despejo das ocupações Casarão Azul, Anastácia, Guerreiros Urbanos, entre outras da Região Central e Portuária.

Eu sou uma militante diferenciada dos militantes dos quais venho militando durante esses anos todos. Eu sou uma militante que veio da igreja. E isso já me gerou bastante desconforto (...) Hoje, a visão que a gente tem sobre a Igreja é uma coisa, mas a primeira barricada que eu fiz foi com grupo jovem. Tacando fogo e fechando a rua para reivindicar um melhor transporte na região. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

b) O porto negro

... Os homens e mulheres das mulheres da África,
e de descendência africana, têm tido uma
coisa em comum - uma experiência de
discriminação e humilhação imposta sobre eles
por causa de sua origem africana.
Sua cor foi transformada tanto em marca
como na causa de sua pobreza,
sua humilhação e sua opressão.
Julius Nyerere

O Porto do Rio foi fundado no início do século XVI. O cais principal ficava localizado na atual Praça XV. Com a chegada da família Real e da Corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808), foram realizadas várias intervenções na cidade com o objetivo de ampliar o perímetro urbano. Dom João adotou uma série de medidas para desobstruir o Porto e facilitar o controle das embarcações e mercadorias, impulsionando a atividade nas enseadas da Gamboa, Saúde, Santo Cristo e Caju (HONORATO, 2011). No Cais do Valongo, localizado entre o Morro da Conceição e da Saúde, passaram a desembarcar as pessoas negras capturadas à força pelo continente africano e feitas de escravas. Logo, se tornou o maior porto das Américas com essa finalidade, estima-se que em 20 anos de funcionamento (1811-1831)²² por ali chegaram cerca

22 1831 - Ano da proibição do tráfico de escravos.

de um milhão de africanos para serem escravizados²³. O tráfico de africanos escravizados no Rio de Janeiro foi o mais importante fluxo de cativos em todo o planeta, entre 1790 e 1830.

O Brasil foi o destino de pelo menos 40% de todos os africanos que chegaram como cativos nas Américas entre os séculos XVI e XIX. Destes, cerca de 60% entraram pelo Rio de Janeiro, ou seja, quase um quarto de todos os africanos escravizados nas Américas. A cidade do Rio de Janeiro pode ser considerada o maior porto escravagista da história da humanidade, sendo que somente pelo Cais do Valongo estima-se em um milhão o número de africanos cativos ali aportados.

O Cais do Valongo se enquadra como um marco das relações entre a cidade do Rio de Janeiro e o mundo atlântico na época do tráfico transoceânico de africanos escravizados, mas a história da presença negra na região se estende ao longo do tempo após a abolição do cativo e segue até o desvelamento do sítio arqueológico em tempos recentes. Sua descoberta e escavação, assim como de seu ocultamento, fazem parte dessa história. (IPHAN, 2016, p.12-13)

O emprego na estiva e nos trapiches levou trabalhadores a se instalarem na região. Essa contingência de pessoas colaborou para a formação de uma comunidade portuária negra, mas que se estendia do Cais do Porto até a Cidade Nova, e de tão pulsante o sambista Heitor dos Prazeres cunhou o nome de “pequena África”, onde se enraizou práticas culturais, religiosas e políticas negras que ainda se perpetuam (MOURA, 1995).

Para se ter uma ideia, ali próximo do Valongo, na Rua Barão de São Félix, número 174, pelo idos de 1886, foi fundado o terreiro de Bangboshê Obitikô, bábáláwo (sacerdote) nigeriano, oriundo do reino iorubá de Òyó e vindo da Bahia. Rodolpho Martins de Andrade, nome adotado no Brasil, ajudou a estabelecer a liturgia do culto aos Orixás e do primeiro terreiro Ketu no Brasil, o Iyá Omi Asé Airá Intilé²⁴. A casa de Bangboshê Obitikô é considerada um dos primeiros terreiros da cidade. Hoje, na mesma rua, no número 110, fica localizada a Ocupação Chiquinha Gonzaga, onde morei, passava diariamente na frente do antigo Ilê, casa em yorubá, mas nada naquela faixa me remetia ou me dava elementos para pesquisar a história daquele local, um trabalho de apagamento da memória, com cunho racista e intencional, promovido pelo Estado, já que por todo Centro diversas igrejas católicas foram tombadas pelo Patrimônio Histórico e preservadas. Na mesma região, consta também a existência do candomblé fundando Obá Sanyá, outro sacerdote africano, conhecido pelo nome de Joaquim Vicente. Quando Bangboshê Obitikô e Obá Sanyá voltam para a Bahia, o babalorixá (sacerdote) João Alabá se tornou zelador da casa de Bangboshê, que tinha como mãe pequena Hilária Batista de Almeida, a Tia Ciata, baiana de tabuleiro, quituteira de

23 O Cais do Valongo, porto escravagista do período colonial e do Primeiro Império, foi encoberto, por ocasião do Segundo Império, pelo Cais da Imperatriz, o qual passou a se chamar Cais da Saúde a partir de 1889 e ocultado de vez em 1904.

24 Casa Branca do Engenho Velho (BA).

tradição africana. A casa de Obá Sanyá ficou abandonada até que Mãe Aninha assumiu o candomblé. Ela funda em 1886 na Pedra do Sal o Ilê Axé Opô Afonjá do Rio de Janeiro. O Ilê Axé Opô Afonjá de Salvador só foi fundado em 1910, quando Yá (mãe em iorubá) Aninha volta para a Bahia. A partir desse pequeno recorte dos percursos e presenças da religião de matriz africana na região portuária, é possível perceber um fluxo entre África, Salvador e o Rio de Janeiro nas bases dessa comunidade negra portuária. Outro pilar de sustentação foi construído a partir de práticas de apoio mútuo e solidariedade, adotadas pelas “tias baianas”, como Tia Ciata, entre outras. Essas mulheres negras apoiavam outros negros recém-chegados e, assim, fortaleciam a comunidade e preservavam suas tradições. Segundo a historiadora Marcela Melo de Carvalho (2010, p.85), no final do século XIX, a região se tornou “um núcleo aglutinador da população negra” para quem chegava ao Rio de Janeiro e se deparava com um tipo de “colônia negra”. Foi na casa de Tia Ciata que o músico Hilário Jovino Ferreira, ogã do terreiro de João Alabá, criou, em 1893, o rancho Rei de Ouros. Ela também esteve envolvida na organização do Rancho Rosa Branca e do bloco “O macaco é outro”, que o nome já faz uma dura crítica ao racismo.

Ali do lado, vizinho ao terreiro de Bangboshê Obitikô no número 154, da Rua Barão de São Félix, ficava o cortiço Cabeça de Porco, que chegou a abrigar 4 mil pessoas em seus áureos tempos. Os cortiços, habitações coletivas, eram moradias acessíveis para negros e brancos pobres, e, por isso, também, eram vistos como espaços insalubres, propícios para o aparecimento de doenças. Uma chaga que precisava ser combatida e destruída. E esse foi o destino do Cabeça de Porco. Uma longa empreitada foi realizada pelo prefeito Barata Ribeiro, até que em 1893, segundo o historiador Carlos Eugênio Líbano Soares, foi armada uma operação mista de demolição e guerra para efetuar o despejo dos moradores e destruir o imóvel (SOARES, 2011). Nessa época, ainda viviam no Cabeça de Porco cerca de 2 mil pessoas, segundo o historiador Sidney Chalhoub (1996) que aponta que diante do tamanho aparato repressivo não houve grande resistência à desocupação:

Os trabalhadores começavam a destelhar as casas quando saíram de algumas delas crianças e mulheres carregando móveis e colchões e tudo o mais que conseguiam retirar a tempo. Terminada a demolição da ala esquerda, os trabalhadores passaram a se ocupar da ala direita, cujas casinhas ainda havia sabidamente moradores. Várias famílias se recusavam a sair, se retirando quando os escombros começavam a chover sobre suas cabeças. Mulheres e homens que saíam dos quartos ‘estreitos e infectos’ iam às autoridades implorar que ‘os deixassem permanecer ali por mais 24 horas’. Os apelos foram inúteis, e os moradores se empenharam então em salvar suas camas, cadeiras e outros objetos de uso. De acordo com a Gazeta, porém, ‘muitos móveis não foram a tempo retirados e ficaram sob o entulho’. Os trabalhos de demolição prosseguiram pela madrugada, sempre acompanhados pelo prefeito Barata. Na manhã seguinte, já não mais existia a célebre estalagem Cabeça de Porco (CHALHOUB, 1996, p.16).

Depois do despejo, os “sem-tetos” do Cabeça de Porco²⁵ construíram com as sobras das tábuas do cortiço novas moradias na Travessa Felicidade, região que teve início a ocupação do “Morro da Favella”, atual Morro da Providência. Pelas ruas do Centro, a presença negra não passava despercebida, Jaime Larry Benchimol (1992) comenta que as ruas eram espaço de livre circulação de pessoas negras, que dominavam a paisagem como vendedores ambulantes, e que como os cortiços, local de moradia dos negros, passaram a ser perseguidos a posteriori. É possível identificar permanências nas práticas do Estado, operações semelhantes a realizada no Cabeça de Porco para despejar negros pobres ainda são realizadas na Região Central e Portuária e fora dela, como nos casos da Favela da Oi Telerj (RJ, 2014) ou em Pinheirinho (SP, 2012). Na Oi Telerj, um contingente de 1.600 policias foram destacados para cumprir uma ordem de reintegração de posse contra cinco mil pessoas, após a entrada da polícia, a Prefeitura iniciou imediatamente a derrubada dos barracos, como no Cabeça de Porco, não foram apresentadas às famílias nenhuma outra opção habitacional, e elas passaram a promover outras ocupações pela cidade. A truculência é uma marca dos despejos²⁶.

No final do século XIX, o Rio de Janeiro tinha assumido o comando das atividades portuárias brasileira. A importância era tanta que uma das principais bandeiras políticas do presidente Rodrigues Alves (1902-1906) era a reforma e modernização do Porto do Rio, mas o crescimento das atividades portuárias não garantiu melhores condições para os negros que já viviam e trabalhavam ali, muito pelo contrário. Carlos Eugênio Líbano Soares (2011) aponta que para a construção do Cais do Porto (1904-1911) trapiches foram destruídos, catraieiros desempregados e a empresa que o administrava era francesa e privilegiava a contratação de imigrantes europeus e brancos. Mas é importante destacar que os trabalhadores não ficaram inertes, algumas categorias já estavam organizadas. Em 13 de setembro de 1903, foi criado o que é considerado uns dos primeiros sindicatos do Brasil, a Companhia dos Homens Pretos, conhecido como Resistência, e em 1905 é fundado o sindicato Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café, essencialmente formado por negros.

“O auge da campanha pelo branqueamento do Brasil surge exatamente no momento em que o trabalho escravo (negro) é descartado e substituído pelo assalariado. Aí coloca-se o dilema do passado com o futuro, do atraso com o progresso e do negro com o branco como trabalhadores. O primeiro representaria a animalidade, o atraso, o passado, enquanto o branco (europeu) era símbolo do trabalho ordenado, pacífico e progressista. Desta forma, para modernizar e desenvolver, o Brasil só havia um

25 O Cabeça de Porco ficava onde, hoje, é o Túnel João Ricardo, o Túnel da Central.

26 REINTEGRAÇÃO de posse provoca confronto no Rio de Janeiro. **Revista Época**, [s. 1.], 11 abr. 2014. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2014/04/reintegracao-de-posse-pr-ovoca-bconfrontob-no-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 8 set. 2017.

caminho: colocar no lugar do negro o trabalhador imigrante, descartar o país dessa carga passiva, exótica, fetichista e perigosa, por uma população cristã, europeia e morigerada. (...) Precisávamos melhorar o sangue, a raça”. (MOURA, 1988, p.79)

Diversas intervenções urbanas foram realizadas no Rio com a finalidade de modernizar a cidade, inspirada nas reformas empreendidas em Paris. O prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906) introduziria a cidade nas novas demandas do capital, abrindo vias a circulação de mercadorias. A ideia era “civilizar” o Rio de Janeiro e deixar no passado o atraso e os traços coloniais, resquício do passado escravista e a marca da presença negra, seus costumes, musicalidade e religiosidade. “Modernizar o Rio implicava, pois, em sanear e construir – e, claro, transformar as relações dos grupos sociais com o espaço habitacional, tornando menos notória a presença do negro e dos contingentes de ‘vadios’ (subempregados, desempregados)” (SODRÉ, 1988, p. 44 apud OLIVEIRA, 2009, p. 105).

Pereira Passos dá início ao “bota-abaxio”, com a demolição de várias habitações coletivas que serviam de moradia aos negros, onde era mais barato morar (BARROS, 2009). “Síntese da barbárie” acirram as perseguições aos cortiços, que são varridos da cidade e responsabilizados pelas epidemias de febre amarela, varíola entre outras doenças. Destruiu também terreiros de candomblé. Reformar significava apagar a presença negra da região.

Quando o prefeito inicia seu tão famoso bota-abaxio, remodelando a área central do Rio de Janeiro não apenas na fisionomia, mas sobretudo nas práticas sociais (expulsando os deselegantes, arcaicos e promíscuos usos populares), os espaços públicos do centro da cidade estão majoritariamente animados em seu cotidiano pelas formas mais rudimentares de mercadejar (Carvalho, 1994). Entende-se facilmente a razão pela qual não são poucos os autores de época que comparam o Rio de Janeiro a uma cidade árabe (Barbosa, 1990). Um contingente humano que Pereira Passos definia como formado por “toda a sorte de malandros e desocupados” (Menezes, 2003) (...) os ideais de civilidade contidos no projeto modernizante de Pereira Passos eram incondizentes com a permanência de feiras africanas e outras práticas de comercialização pelas ruas da cidade. Não obstante a importância destas práticas no abastecimento urbano e na provisão de oportunidades de trabalho, bem como na manutenção de territórios de sociabilidade informal, a Reforma Passos banuiu tais usos, desterritorializando formas de sobrevivência e de sociabilidade tidas como impróprias (MASCARENHAS, 2005, on-line).

A socióloga Elaine Freitas de Oliveira (2009) aponta que o racismo está presente nos planos urbanísticos oficiais, com o objetivo de desterritorializar, principalmente, mas não exclusivamente, a população negra. As ocupações surgem e se insurgem contra essa medida, elas rompem com a lógica de afastamento dos centros e das áreas de interesse do capital, áreas fartas de bens e serviço. O Código de Postura de Pereira Passos eliminou das áreas “revitalizadas”, tudo que remetesse à paisagem colonial e negra, empurrando-a para a periferia. Esse desmonte levou a uma maior ocupação dos morros do entorno do Centro e consolida a ocupação do Morro da Providência e da região portuária, que já estava isolada e estigmatizada, região de circulação dos negros, as “classes perigosas”, o cronista João do

Rio (2009) no conto "As crianças que matam" chega a declarar que os crimes eram comuns na localidade:

O bairro onde o assassinato é natural abraça a Rua da Saúde, com todos os becos, vielas e pequenos cais que dela partem, a Rua da Harmonia, a do Propósito, a do Conselheiro Zacarias, que são paralelas à da Gamboa, a do Santo Cristo, a do Livramento e a atual Rua do Acre. Naturalmente as ruas que as limitam ou que nelas terminam – São Jorge, Conceição, Costa, Senador Pompeu, América, Vidal de Negreiros e a Praia do Saco – participam do estado de alma dominante.

Toda essa parte da cidade, uma das mais antigas, ainda cheia de recordações coloniais, tem, a cada passo, um traço de história lúgubre. A Rua da Gamboa é escura, cheia de pó, com um cemitério entre a casaria; a da Harmonia já se chamou do Cemitério, por ter aí existido a necrópole dos escravos vindos da costa da África; a da Saúde, cheia de trapiches, irradiando ruelas e becos, trepando morro acima os seus tentáculos, é o caminho do desespero; a da Prainha, mesmo hoje aberta, com prédios novos, causa, à noite, uma impressão de susto.

(...)

A Rua da Imperatriz, às oito e meia, com uma porção de casas comerciais velhas e tão juntas, tão trepadas na calçada, que parecem despejadas na rua, estava em plena febre. Os botequins reles, as barbearias sujas, as tascas imundas gargulejavam gente, e essa gente era curiosa – trabalhadores em mangas de camisa, carroceiros, carregadores, fumando mata-ratos infectos, cuspinhando cachaça em altos berros, num calão de imprevisto, e rapazes mulatos, brancos, de grandes calças a balão, chapéu ao alto, a se arrastarem bamboleando o passo, ou em tabernas barulhentas. A nossa passagem era acompanhada com um olhar de ironia, e bastava parar dois segundos defronte de uma taberna, para que dentro todos os olhos se cravassem em nós. (DO RIO, 2009, p. 30-31)

E até hoje esse estigma continua. Comumente, a área da Central, Gamboa e Santo Cristo são descritas como perigosas. Eu mesma cresci ouvindo essas afirmações. Frantz Fanon (1961) escreveu sobre os mecanismos de dominação colonial, a violência física e psíquica produzida pela colonização e a luta anticolonial. No livro *Os Condenados da Terra*, Fanon (1961) descreve como era a cidade onde habitavam os colonizados, que é semelhante a descrição de João do Rio sobre a região portuária, ambas cidades existem áreas negras. Nos dois casos o passado histórico dos subalternizados é o mesmo.

A cidade do colonizado, a cidade indígena, a cidade negra, o bairro árabe, é um lugar de má fama, povoado por homens também de má fama. Ali, nasce-se em qualquer lado, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer parte e não se sabe nunca de quê. É um mundo sem intervalos, os homens estão uns sobre os outros, as cabanas dispõem-se do mesmo modo. A cidade do colonizado é uma cidade esfomeada, por falta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade agachada, de joelhos, a chafurdar. É uma cidade de negros, uma cidade de ruminantes. (FANON, 1961, p.34)

c) Passado presente

Nos anos 1970, a atividade portuária entra em decadência na cidade, motivada, desde, pela transferência da capital do país para Brasília, passando pelo envelhecimento das instalações do Cais do Porto, que se tonaram obsoletas e passaram a não atender mais as

novas demandas do mercado internacional. Logo, várias empresas saíram do local, deixando diversos imóveis vazios. Desde então, surgiram propostas de ações e projetos de revitalização da área. Entretanto, nesse período, os investimentos imobiliários da cidade começaram a se voltar para a Zona Oeste, em direção à Barra da Tijuca e ao Recreio dos Bandeirantes. No início dos anos 2000, com a ideia de impulsionar a revitalização da área, a Prefeitura do Rio começou uma empreitada para trazer para a região uma filial do museu americano Guggenheim, que funcionaria como um catalisador de investimentos públicos e privados para deslançar o projeto. A aposta era na valorização da região através do entretenimento, turismo e consumo. Inaugurando no Rio um processo urbano moldado pela lógica da circulação e acumulação do capital, onde o entretenimento e o consumo são facetas das estratégias para regeneração urbana e a parceria público-privada é um elemento principal (HARVEY, 2005). Não deu certo com o Guggenheim. A justiça vetou a construção do museu e condenou o ex-prefeito do Rio Cesar Maia e a Fundação Solomon R. Guggenheim, determinando o ressarcimento aos cofres públicos do município o valor de US\$ 2 milhões, referente ao pagamento de um estudo de viabilidade para a construção da filial do museu no Rio, feito sem licitação pública²⁷. Mas, essa iniciativa não era uma ação isolada. Logo depois do impedimento judicial, Cesar Maia anunciou que o centro cultural francês Georges Pompidou manifestou interesse em se instalar no Rio²⁸.

Por que de repente a cidade se transformou em um lugar desejado para a instalação de bens culturais e de entretenimento internacional? O que isso significava? O geógrafo David Harvey (2008) nos lembra que o neoliberalismo criou um sistema de governança que integra o Estado e os interesses corporativos. O aparato estatal favorece o capital corporativo e as classes superiores na moldagem dos processos urbanos. É possível perceber isso pela agenda adotada pela cidade. Em 2001, o Comitê Olímpico do Brasil (COB) contratou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para fazer um estudo de viabilidade, que seria a base da candidatura do Rio para sediar os Jogos Pan-Americanos. A cidade apresentou oficialmente sua candidatura na XXXIX Assembleia Geral da ODEPA, com a proposta de realizar os Jogos Pan-americanos junto com o Parapan, iniciativa, até então, inédita. O sucesso dos Jogos Sul-Americanos de 2002, realizado em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Belém, após a desistência da

27 JUSTIÇA do RJ mantém condenação a Cesar Maia e Fundação Guggenheim. G1, [s. l.], 11 nov. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/justica-do-rj-mantem-condenacao-cesar-maia-e-fundacao-guggenheim.html>. Acesso em: 25 set. 2016.

28 LEAL, Luciana Nunes. Depois do Guggenheim, Maia quer o Pompidou no Rio. Fórum Permanente., [s. l.], 25 fev. 2005. Disponível em: http://www.forumpermanente.org/administ/arquivo_hibernante/guggenheim/pompidou. Acesso em: 25 set. 2016.

Colômbia, também contaram favoravelmente a escolha²⁹. Em 2002, o Rio é eleito cidade-sede do Pan 2007. Esse movimento inseriu a cidade na rota do capital imobiliário especulativo, que define como elas serão produzidas, transformando-as numa mercadoria (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2000). A cidade se torna o lugar de reprodução do capital e também o principal objeto de acumulação dele, tal sistema prioriza a sua dimensão de valor de troca, como espaço do lucro. Essa política foi consolidada com a escolha do Brasil como sede do Mundial de 2014, em 2007, e o Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, em 2009. Na contramão desse projeto está o direito à cidade e à proteção dos direitos fundamentais do povo. O resultado da aplicação desse modelo é um Rio de Janeiro mais global e mais segregado³⁰. Desde então, se intensificaram as políticas de valorização urbana e promoção turística na Zona Portuária do Rio, que recebeu R\$ 8 bilhões para investimentos em infraestrutura, e a população negra, mais uma vez foi afetada.

d) Prelúdio

Em 2003, durante o acampamento contra a Guerra do Iraque, em frente ao Consulado dos Estados Unidos, integrantes da Frente de Luta Popular (FLP) e da Central de Movimentos Populares (CMP)³¹ convocaram camelôs, pessoas em situação de rua, moradores de favelas e periferias e outros militantes de movimentos sociais para construir uma ocupação por moradia no Centro da cidade. Esse movimento teve a ver com as possibilidades vislumbradas no início do Governo Lula (2003-2006), tido, a princípio, como um governo de caráter popular,

29 Os Jogos Sul-Americanos estavam previstos para serem realizados em Córdoba, na Argentina, mas devido à crise econômica que o país atravessou, eles desistiram de organizá-los. Então, Bogotá, na Colômbia, se prontificou em recebê-los, mas por causa dos “problemas de segurança” os Jogos correram o risco de cancelamento, novamente. Em abril de 2002, o Brasil propôs uma edição com quatro sedes São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Belém e passou.

30 Na mesma época do impasse sobre a instalação de uma filial do Museu Guggenheim no Rio, foi anunciado que o Guggenheim de Las Vegas estava fechando as portas, com apenas 15 meses de funcionamento, devido a cortes de despesas, que também adiou os planos para um novo museu em Nova York.

31 A Central de Movimentos Populares (CMP) surge das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Em janeiro de 1980 foi fundado o Partido dos Trabalhadores (PT), em junho do mesmo ano, em uma homenagem ao presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG), lideranças sindicais, movimentos sociais e pastorais se reuniram e debateram a fundação do PT, que, naquele momento, não era consenso, mas concordavam da necessidade de construir uma articulação suprapartidária para desenvolver um instrumento de luta sindical e popular. A partir desse acúmulo, foi fundada a ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais) que teve um papel fundamental no processo de construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983. De 1989 a 1993, a ANAMPOS buscou ganhar maior organicidade, desse processo nasce a Central de Movimentos Populares, em 1993. Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições / Luciana Corrêa do Lago, organizadora. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2012. 256p.

expectativas alimentadas, ainda mais, pela criação do Ministério das Cidades, que tinha entre as suas competências o desenvolvimento de políticas setoriais de habitação, políticas de subsídio à habitação popular e, posteriormente, a implantação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do [extinto] Fundo Nacional para Habitação de Interesse Social (FNHIS)³². Outro motivador, foi a própria falta de moradia. Habitação é tida como bem no Brasil e não um direito, previsto e garantido pela Constituição Federal de 1988 (art. 6, CF, 1988). Estima-se um déficit habitacional de 6,068 milhões de unidades domiciliares em todo país, sendo 460.273, apenas no estado do Rio de Janeiro. A grande contradição está no número de imóveis vagos, em 2014, eram 7,241 milhões³³. São 33 milhões de brasileiros sem moradia adequada, segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos³⁴. E os negros são os mais atingidos com essa política de concentração de riqueza e veem nas ocupações uma forma de morar na cidade. Segundo a pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), negros são a maioria nas favelas. Considerando a distribuição de acordo com o chefe da família, em 2011, tínhamos 40,1% dessas casas chefiadas por homens negros, 26% por mulheres negras, 21,3% por homens brancos e 11,7% por mulheres brancas³⁵. A mesma pesquisa realizada em 2015 constatou que o número de mulheres chefes de família chegou a 40%. Maíra Machado-Martins (2012) aponta que o inchamento das

32 O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) foram sancionados em 2005, após 13 anos de mobilização dos movimentos sociais de moradia. A proposta do projeto de Lei, subscrito com mais de 1 milhão de assinaturas, foi apresentada ao Congresso Nacional em 1991 e aprovada por unanimidade em todas as Comissões da Câmara dos Deputados entre os anos de 1997 e 2001. O projeto tinha como objetivo viabilizar o acesso da população de baixa renda à moradia adequada e à cidade sustentável. Importante destacar também que em 2003, teve início um processo de conferências públicas, nas três esferas de governo para a discussão de diferentes políticas. A 1ª Conferência das Cidades inaugurou a discussão participativa das políticas urbanas e resultou na criação do Conselho Nacional das Cidades, a partir daí ampliaram-se os canais institucionais para a participação social na gestão das políticas. O FNHIS era gerido por um Conselho Gestor composto pela sociedade civil e pela administração pública vinculado ao Conselho das Cidades e presidido pelo Ministério das Cidades. SAULE JÚNIOR, Nelson; UZZO, Karina. A trajetória da reforma urbana no Brasil. Diálogos, propostas, histórias para uma cidadania mundial, [s. l.], 9 set. 2012. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>. Acesso em: 9 jan. 2017.

33 Os dados são da pesquisa “Déficit Habitacional no Brasil 2013 – 2014”, da Fundação João Pinheiro, páginas 29, 31 e 39.

34 AUGUSTO, Otavio. 33 milhões de brasileiros não têm onde morar, aponta levantamento da ONU. **Correio Braziliense**, [s. l.], 3 maio 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/05/03/interna-brasil,678056/deficit-de-moradias-no-brasil-chega-a-6-3-milhoes-sp-tem-a-maior-defa.html>. Acesso em: 17 ago. 2017.

35 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estudo mostra desigualdades de gênero e raça no Brasil em 20 anos**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_acymailing&ctrl=archive&task=view&listid=10-. Acesso em: 09 jan. 2017.

favelas e o aumento do preço do solo urbano também contribuem para a formação de ocupações por moradia. A proposta de ocupar um imóvel, além de resolver um problema prático da falta de habitação, politiza o uso da cidade. São, portanto, projetos contra hegemônico³⁶.

Engajados nesse projeto contra hegemônico, depois de alguns meses de reunião para organização da ocupação, na noite de 23 de julho de 2004, cerca de 40 famílias ocuparam um prédio abandonado pelo Incra, na Rua Barão de São Félix, próximo à Central e deram o nome de Ocupação Chiquinha Gonzaga. Me lembro de um cartaz de cartolina com um recorte de jornal colado na entrada da Ocupação que dizia que o presidente Lula transformaria todos os imóveis abandonados em habitação popular.

Uma característica da Ocupação Chiquinha Gonzaga era a organização coletiva. As decisões eram tomadas em assembleias gerais, com a participação de, pelo menos, um representante por quarto (apartamento). Funcionava assim, nos primeiros dias: eram realizadas reuniões nos turnos da manhã e noite, a participação era obrigatória, tendo até chamada e apresentação de justificativa para as faltas, aqueles que não podiam participar constantemente por causa de trabalho ou outras agendas poderiam ter um representante nas reuniões, como a Aruana, que, na época, representava seu primo Sandro no coletivo. Todos podiam propor pautas, o que levava a uma variedade enorme de temas que iam desde a conjuntura nacional, convites para atividades políticas, informe das comissões de organização do prédio, informes sobre a situação jurídica do imóvel e até reclamações decorrentes da vida coletiva. Os limites entre os assuntos públicos e privados sempre foram conflituosos nas ocupações, dada as múltiplas interpretações do que é a vida coletiva. Além das assembleias previstas, caso surgisse uma urgência, algum caso que deveria ser resolvido de forma imediata, podia convocar uma reunião extraordinária, então, era só gritar “reunião” pelos corredores do prédio. Todos os moradores entendiam o chamado e se reuniam no salão do primeiro andar. A historiadora Mariana Penna destaca que essa noção de coletivo experimentada na Ocupação Chiquinha Gonzaga tem como princípio “a negação do personalismo e da autoridade” (PENNA, 2010, p.83), através do estabelecimento de regras coletivamente. Abaixo temos o regimento da Chiquinha Gonzaga discutido e aprovado antes da ocupação:

³⁶ Ademais, temos no Rio de Janeiro um grande contingente de imóveis abandonados, herdados da época que a cidade era a capital federal. Segundo a Frente Internacionalista dos Sem-Teto (Fist), só no Centro são 300 imóveis fechados. O Rio contava com imóveis fechados e pessoas sem casa. LOBIANCO, Bianca. Cinco mil imóveis estão abandonados no Rio: 300 deles somente no Centro. O Dia, [s. l.], 6 set. 2014. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-09-07/cinco-mil-imoveis-estao-abandonados-no-rio-300-deles-somente-no-centro.html>. Acesso em: 27 ago. 2017.

Regimento interno da Ocupação Chiquinha Gonzaga

- 1) Um membro de cada família (maior de idade) deverá estar diariamente presente na ocupação;
- 2) Em caso de falta justificada, um voluntário maior de idade apresentado ao coletivo deverá substituir o ocupante que faltou, durante sua ausência;
- 3) Em caso de doença, deverá ser apresentado ao coletivo um atestado médico;
- 4) Caso a família tenha 5 (cinco) faltas consecutivas justificadas, a mesma deverá encontrar junto ao coletivo uma forma de reparar as faltas dentro do mês;
- 5) Em caso da família faltar cinco vezes a ocupação sem justificativa, será expulsa do coletivo; essa decisão deve ser tomada na assembleia semanal;
- 6) O movimento de ocupação organizará assembleias, reuniões e discussões para planejar com o conjunto dos ocupantes todos os passos da ocupação;
- 7) As famílias deverão se comprometer a trabalhar, contribuir com o coletivo e participar das assembleias sobre os assuntos relativos ao bom andamento do coletivo e do movimento;
- 8) Cada família se comprometerá a cumprir um determinado número de tarefas (variando de situação para situação) por dia para o coletivo;
- 9) As famílias deverão acatar a marcação da jornada de trabalho, quando o prazo determinado estiver comprometido ou haja material com risco de se estragar na ocupação;
- 10) O ocupante deverá seguir a orientação de um encarregado pelo grupo de trabalho (tirado entre coletivo em assembleia) e da assessoria técnica sendo que as discordâncias deverão ser discutidas e extintas pelo coletivo, em reunião;
- 11) As famílias não podem vender ou alugar as casas ou apartamentos; aquelas que fizerem isso perderão o direito de permanecer na ocupação;
- 12) A casa é para moradia e não para estabelecimento comercial, “industrial” ou igreja; exceto em caso aprovado pelo coletivo;
- 13) É proibido o uso de bebidas alcoólicas e demais drogas na ocupação;
- 14) O ocupante que se apresentar embriagado, com atitudes inconvenientes ou alterado na ocupação, ficará impedido de trabalhar e permanecer na ocupação naquele dia, ficando em débito com as horas; para 3 (três) casos consecutivos, e no caso de dependência se não houver tratamento, o ocupante não poderá permanecer no coletivo;
- 15) As questões afetivas não devem interferir no andamento da ocupação;
- 16) Não será permitida a entrada de pessoas estranhas ao coletivo na ocupação;
- 17) As visitas deverão ser feitas em horário marcado até a solução das tensões relativas à ocupação;
- 18) Não é permitido a relação de qualquer ocupante com parlamentares, governos e representantes de partidos políticos, forças repressoras e/ou patronais, dentro da ocupação, para tratar de assuntos relativos à mesma;
- 19) Não é permitida a presença de animais na ocupação;
- 20) O não cumprimento desse regulamento será passível de punição pelo coletivo.³⁷

37 OCUPAÇÃO CHIQUINHA GONZAGA. Acordos de funcionamento. **Centro de Mídia Independente**, [s. l.], 28 jul. 2004. Disponível em: <https://midiaindependente.org/pt/blue/2004/07/287347.shtml>. Acesso em: 29 jun. 2017.

Figura 4 - Fachada da Ocupação Chiquinha Gonzaga



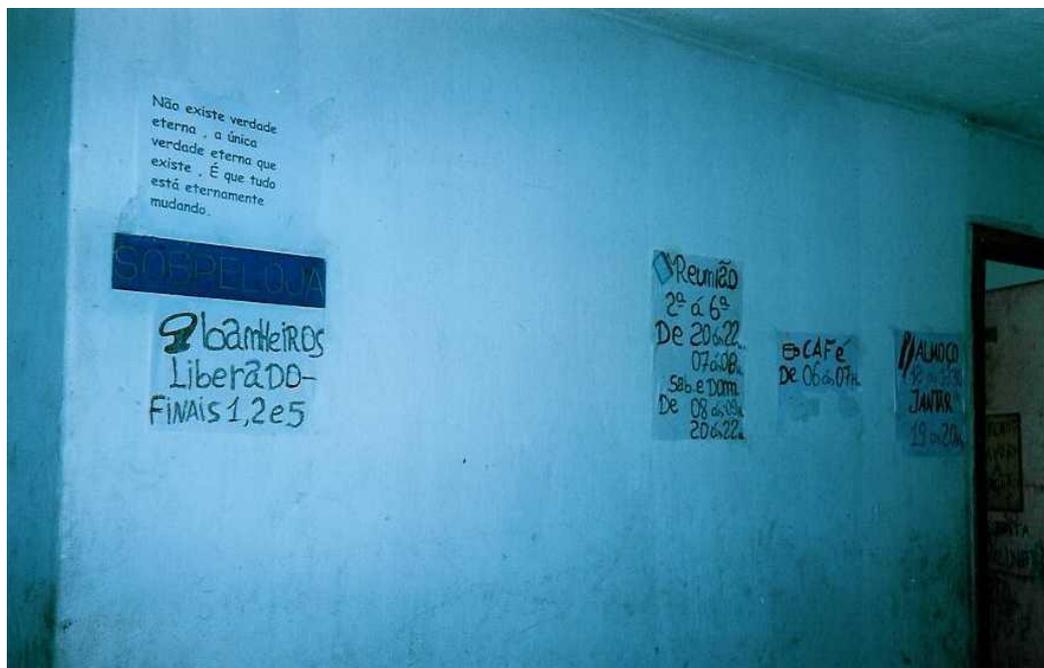
Fonte: FRENTE DE LUTA POPULAR, 2004.

Figura 5- Mural da Ocupação Chiquinha Gonzaga, ao lado matéria de jornal com o título “Fábrica ontem, condomínio hoje”



Fonte: FRENTE DE LUTA POPULAR, 2004.

Figura 6 - Avisos na Ocupação Chiquinha Gonzaga: “Não existe verdade eterna, a única verdade eterna que existe, é que tudo está eternamente mudando”, “Reunião de 2º a 6º, de 20h às 22h e das 07h às 8h. Aos sábados e domingos de 08h às 09h e das 20h às 22h”, “Café da manhã de 06h às 07h, almoço das 12h às 13h30 e jantar das 19h às 20h”



Fonte: FRENTE DE LUTA POPULAR, 2004

Figura 7- Porta da sala das crianças da Ocupação Chiquinha Gonzaga



Fonte: FRENTE DE LUTA POPULAR, 2004

O regimento é marcado por dois vieses: a proteção do coletivo de forma integral, soberano e harmônico e da casa como habitação e não instrumento de acúmulo. Durante o tempo, o regimento foi revisto. A Ocupação Chiquinha Gonzaga, através de sua forma de organização, promoveu processos emancipatórios, que se difere de outros espaços de moradia popular informal, a partir dessa característica fundamental do espaço gerido coletivamente. E resgatando princípios de solidariedade e apoio mútuo, como os praticados pelas tias baianas, de apoio a outros negros. Logo após a ocupação, diariamente apareciam pessoas sem-teto atrás de moradia na Chiquinha Gonzaga, mas o prédio, um antigo hotel, só tinha a possibilidade de 68 unidades habitacionais. A demanda e a conjuntura levaram a organização de um novo processo de ocupação, daí nasce Zumbi dos Palmares, em 2005.

A primeira tentativa de ocupação desse novo coletivo - Zumbi dos Palmares - foi frustrada. No dia marcado, seguranças do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), edifício vizinho do prédio que seria ocupado, viram a movimentação e saíram armados, levando ao cancelamento da ação. As reuniões foram retomadas e no dia 26 de abril de 2005, 124 famílias regressaram ao imóvel abandonado pelo INSS na Avenida Venezuela, número 43, e o ocuparam, baseado na experiência da Ocupação Chiquinha Gonzaga, dando início à Ocupação Zumbi dos Palmares³⁸. O imóvel serviu de moradia até 2011, quando sofreu um processo de esvaziamento, devido a sua localização. Estava situado no coração da “revitalização” da Zona Portuária, ficava bem próximo à Praça Mauá, onde foram construídos os museus MAR (Museu de Arte do Rio) e do Amanhã e também o Boulevard Olímpico. O temor do despejo sempre rondava os moradores devido à insegurança jurídica do imóvel, o coletivo já não funcionava mais plenamente, já não se reuniam constantemente, o que também favoreceu uma estratégia da Prefeitura do Rio de assédio dos moradores, com propostas de indenização de 20 mil reais ou reassentamento em Cosmos, a 60 quilômetros de distância da ocupação, para as famílias que deixassem o imóvel. Os rumores sobre um possível despejo e um oportunismo em cima da pobreza levou os moradores a aceitarem ser reassentados ou indenizados. O

38 O regimento da Ocupação Zumbi dos Palmares é similar ao da Ocupação Chiquinha Gonzaga, porém, nele foram suprimidos dois itens e um teve a redação modificada. Os suprimidos foram os: “As famílias deverão se comprometer a trabalhar, contribuir com o coletivo e participar das assembleias sobre os assuntos relativos ao bom andamento do coletivo e do movimento” e “As famílias deverão acatar a marcação da jornada de trabalho, quando o prazo determinado estiver comprometido ou haja material com risco de se estragar na ocupação”. Existem outros pontos que dão conta da dedicação à ocupação e organização do trabalho. O item “Cada família se comprometerá a cumprir um determinado número de tarefas (variando de situação para situação) por dia para o coletivo”, incorporou a aptidão, saúde, idade e outras variáveis, o que representa um avanço no debate sobre as individualidades dentro do coletivo. Essas alterações na redação original mostram que o regimento era um guia, que poderia ser modificado no caso a caso, mantendo seus princípios fundamentais de proteção do coletivo e da casa para moradia.

prédio da Zumbi dos Palmares estava numa lista de imóveis que virariam habitações populares, mas devido ao projeto de "regeneração" da área³⁹, centrada em atividades de entretenimento e consumo, onde os negros não estavam inseridos, foi retirado o direito dos moradores da Ocupação Zumbi dos Palmares de permanecerem naquele local.

A luta da Zumbi dos Palmares se alinhava a um movimento de resgate da história negra em curso na região portuária, com formação de bloco de carnaval e solidariedade aos vizinhos da Pedra do Sal, que lutavam, na mesma época, para o reconhecimento da área como território quilombola. Segundo Lefebvre (2001, p. 113), “apenas grupos, classes e frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra”. De acordo com essa fala, consideramos que as ocupações promoveram um aprofundamento da disputa pelo direito à cidade, a partir da história do resgate da sua identidade e formas associativas. Um processo anticolonial promovido pelos sem-tetos organizados, já que, elaboram formas de construção de sua moradia e sociabilidade ancorados em valores próprios, partilhados e elaborados coletivamente, rompendo, com lógicas vigentes. E anticapitalista na sua essência, pois para a construção dessa experiência é necessário confrontar com um dos pilares do capitalismo, a propriedade privada e o individualismo. A moradia na ocupação não visava a especulação:

A descolonização não passa nunca despercebida, dado que afecta o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma os espectadores esmagados pela falta do essencial em actores privilegiados, amarrados de maneira quase grandiosa pelo correr da História. Introduce no ser um ritmo próprio, provocado pelos novos homens, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é realmente a criação de homens novos. Mas esta criação não recebe a sua legitimidade de nenhuma força sobrenatural: a «coisa» colonizada converte-se, no homem, no próprio processo pelo qual ele se liberta. (FANON, 1961, p.31)

Esse novo homem, descolonizado, tem condições de recriar uma nova cidade, a partir de novos parâmetros, e isso é a definição do direito à cidade, ele não se encerra na satisfação dos direitos fundamentais, ele propõe a transformação da realidade urbana em algo diferente dos princípios em que se alicerça o capitalismo. A Ocupação Chiquinha Gonzaga teve um papel fundamental na solidariedade e articulação das lutas urbanas, naquele momento, sendo espaço de gestação de diversos movimentos, como o Fórum contra o Choque de Ordem⁴⁰, o

39 Além dos Museus, no projeto, estava previsto até a construção de um teleférico ligando o Porto ao Morro da Conceição, destinado aos turistas de cruzeiros.

40 O Choque de Ordem é um conjunto de ações da Secretaria Especial de Ordem Pública, criada no início de 2009, onde a Guarda Municipal, em conjunto com outros órgãos de fiscalização e limpeza, percorreu alguns

Grupo de Educação Popular do Morro da Providência (GEP), o Comitê de Solidariedade as Ocupações Sem-Teto⁴¹ e as ocupações Zumbi dos Palmares (2005), Quilombo das Guerreiras (2006), Machado de Assis (2008), Guerreiros do 234 (2009), Guerreiros Urbanos (2010). Essas iniciativas reinventaram as formas de organização espacial e política da cidade. Por meio da autogestão, “esses grupos sociais são capazes de influenciar a sua própria realidade” (LEFEBVRE, 2003, p.252 apud TONUCCI FILHO, 2015)⁴².

Esse movimento foi interrompido a partir da adoção de políticas de mercantilização da cidade, através dos megaeventos esportivos, em sinergia com os projetos de requalificação urbana, em 2009, foi criada também a Operação Urbana Consorciada do Porto⁴³. A aliança política entre os Governos Federal, Estadual e a Prefeitura para execução do projeto de

bairros da cidade, recolhendo mercadorias de trabalhadores ambulantes/camelôs e também objetos e pertences de pessoas em situação de rua.

41 O Comitê de Solidariedade às Ocupações Sem-Teto foi formado em 2010, em apoio às ocupações do Centro e Região Portuária, reunia ativistas e moradores das ocupações.

42 No mesmo período, outras ocupações na região portuária e central se organizavam. Em 2006, punks e grupos anarquistas ocuparam um imóvel privado vazio na Avenida Rodrigues Alves. A ocupação foi batizada de Flor do Asfalto. Em 2007, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) organizou o processo da Ocupação Carlos Marighella, em um prédio abandonado pelo INSS na Rua do Riachuelo número 48 na Lapa. Também em 2007, o MNLM organizou a Ocupação Manuel Congo, que depois de duas tentativas frustradas, as famílias conseguiram se estabelecer na Rua Alcindo Guanabara, no mesmo prédio de onde a Ocupação Quilombo das Guerreiras foi despejada do primeiro processo.

43 A Operação Urbana Consorciada (OUC) da região do Porto do Rio de Janeiro foi criada a partir da Lei Municipal nº 101/2009. Ela estabelece novas regras para a ocupação do solo e padrões urbanísticos na região. Estabeleceu também a venda dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs). O CEPAC é um título mobiliário emitido pelo município com o objetivo de captar recursos para serem aplicados em investimentos públicos, nesse caso financiar a OUC. É uma compensação que as empreiteiras pagam para construir edifícios maiores do que o permitido pela lei de zoneamento. O projeto Porto Maravilha prevê imóveis de até 50 andares. Assim, garante o aumento do lucro das construtoras, maximizando a utilização dos terrenos e, consequentemente, levando a descaracterizando do local. No caso do Porto do Rio, apesar da grande publicidade em torno da venda dos títulos, houve apenas um interessado. Em 2011, o Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha criado pela Caixa Econômica Federal, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), arrematou em um só lote todos os CEPACs emitidos pela prefeitura, pelo valor de R\$ 3,5 bilhões. Cada um dos 6,4 milhões de certificados foi vendido por R\$ 545. Os CEPACs adquiridos podem ser renegociados pela Caixa, que, segundo as regras do edital, tornou-se também responsável por todo investimento do projeto de requalificação urbana, calculado em R\$ 8 bilhões ao longo de 15 anos, ao sagrar-se vencedora do leilão. Na Zona Portuária, diferente do que ocorre no resto da cidade, a execução das obras de requalificação urbana e os serviços públicos de conservação da infraestrutura, como limpeza urbana, coleta de lixo e operação de trânsito, são de responsabilidade da Concessionária Porto Novo, formada pelas empreiteiras Odebrecht, OAS e Carioca. O consórcio foi contratado por meio de uma Concessão Administrativa, modalidade de Parceria Público Privada (PPP) em que a remuneração se dá por contraprestações públicas (aportes regulares de recursos do Poder Público). Neste caso, o dinheiro veio da venda dos CEPACs. Dos R\$ 8 bilhões previstos para o projeto, R\$ 7,6 bilhões são o montante devido para a contratação das concessionárias em regime de PPP e R\$ 400 milhões são para a administração da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), empresa da prefeitura (de economia mista) criada para coordenar o processo de implantação do Porto Maravilha. A população não teve a oportunidade de discutir nem o escopo do Projeto nem os motivos que levaram a Prefeitura ceder à iniciativa privada a administração dos serviços municipais na região. Fonte sobre os recursos: De onde vem o dinheiro do Porto Maravilha? Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/3663>. Acesso em: 18 jul 2017.

“revitalização” da Zona Portuária também dificultou qualquer tipo de interlocução para efetivação de habitação social ou a permanência das ocupações na região. Minhas memórias da região também são provocadas quando percorro a cidade em meu cotidiano. Passo todos os dias quando volto do trabalho em frente ao antigo Grande Hotel Bragança, no Largo da Lapa, e lembro dos tempos da ocupação e do despejo, em 2010. Na época, era habitação de 68 famílias, alguns moradores contavam que estavam lá há mais de 40 anos. O que era bem possível, já que o Hotel Bragança foi fechado nos anos 1940. A Prefeitura despejou as famílias alegando risco, a Defesa Civil interditou o imóvel, que reabriu semanas antes das Olimpíadas como Hotel 55/RIO. A exemplo do que ocorreu no Hotel Bragança e tantas outras ocupações que pela falta de registro formal tem a sua história silenciada, a Ocupação Quilombo das Guerreiras, como veremos mais adiante, também teve seu caminho atravessado pela especulação imobiliária, isso que motivou o anúncio de construção de Trump Towers no terreno da Ocupação (quando ainda era moradia!). Segue a descrição de uma notícia extraída do site oficial do projeto: “O terreno do empreendimento se beneficia da melhor conectividade através da Av. Francisco Bicalho e outras artérias da cidade com os dois aeroportos, o atual centro empresarial, os túneis para a Zona Sul, a ponte Rio-Niterói, etc. A futura estação do TAV (trem-bala), as estações do novo VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e do metrô, bem como a rodoviária Novo Rio estão ao lado do complexo”⁴⁴.

David Harvey aponta o caráter elitista e excludente das intervenções urbanas no capitalismo, “a urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos” (HARVEY, 2014, p. 30), se apropria de áreas inteiras, uma forma de tentativa de aniquilar pela força. Para viabilizar a construção das torres, a concessionária Porto Novo, formada pelas empreiteiras OAS, Carioca e Odebrecht, promoveu uma série de ações para desmobilizar e enfraquecer o coletivo de moradores da Quilombo das Guerreiras, levando a saída dos moradores do prédio, e destruindo uma forma própria de organização política, o coletivo, e de moradia. O desenvolvimento do capitalismo coloniza e arruína a vida cotidiana (TONUCCI FILHO, 2015). Entrevistando ex-moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras para fazer esse trabalho, ouvi de um deles “a Rodoviária Novo Rio pode ser contada antes e depois da Quilombo”, talvez o que ele queria dizer é que a Quilombo das Guerreiras é um marco da efetivação do direito à cidade, mesmo com o despejo, ela está presente na memória e na

44 O PROJETO - TRUMP TOWERS RIO. 2013. Disponível em: <http://www.trumptowersrio.com/pt-br/o-projeto>. Acesso em: 25 set 2016.

história daquela região e no imaginário do movimento de luta por moradia carioca. E mais, seus ex-moradores não perderam o sentido da cidade como obra criativa, coletiva e autogestionada e não sucumbiram ao processo de aniquilamento que estão condenados os negros no Brasil.

Figura 8- Simulação das Trump Towers Rio



Fonte: TRUMP TOWER RIO, 2017

1 A Luta Quilombola

“Foi através do Quilombo, e não do movimento
abolicionista, que se desenvolveu a luta
dos negros contra a escravatura”

Candeia

A escritora Beatriz Sarlo (2007), no livro *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*, conta que a narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é o do seu acontecer, mas a de sua lembrança. E que é atualizada a cada repetição (SARLO, 2007). Nesse mesmo sentido, a professora Myriam Moraes Lins de Barros afirma “a cada narração de uma experiência, uma nova versão da trajetória” (LINS DE BARROS, 2011, p. 5). Neste capítulo, vou trabalhar as lembranças do processo de organização e ocupação da Quilombo das Guerreiras. O objetivo não é buscar a verdade dos fatos, mas construir uma narrativa a partir da memória coletiva. Conforme aponta Maurice Halbwachs a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que muda conforme o lugar que a pessoa ocupa. Ele também afirma que: “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se tratem de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós” e completa: “Sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem” (HALBWACHS, 1990, p.26).

A história da Ocupação Quilombo das Guerreiras começa em 2005, paralelo à organização da Ocupação Zumbi dos Palmares, quando integrantes da Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST)⁴⁵, da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ)⁴⁶ e uma fração da Frente de Luta Popular (FLP) se debruçam na construção de um novo processo de luta por moradia. No seio da FLP, não havia consenso sobre a participação na construção de uma nova ocupação, uma parte da militância defendia a posição que deveríamos nos concentrar na consolidação dos processos em curso, as ocupações Chiquinha Gonzaga e Zumbi dos Palmares, atuando para o fortalecimento desses coletivos e outro grupo intervia no sentido da

45 A FIST foi articulada a partir do trabalho nas ocupações Olga Benário, localizada na Rua Soldado Joaquim Lobo, número 2, Boa Esperança, Campo Grande; Vila da Conquista, na Rua Comandante Guarani, 630, Curicica – Jacarepaguá; Poeta Xynayba, na Praça Hilda, 11 – Tijuca; e Nelson Faria Marinho, localizada ao lado da Vila da Conquista.

46 Em 2003, foi criada a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) que agregou militantes do Centro de Estudos Libertários Ideal Peres (CELIP), da Resistência Popular (RP) e do Coletivo de Estudos Anarquistas Domingos Passos.

importância de apoiar as novas ações. Foi encaminhado que a FLP, enquanto organização, não participaria da construção da Quilombo das Guerreiras, no entanto, isso não foi um impeditivo para a participação dos militantes de forma independente⁴⁷.

Inicialmente, as reuniões de organização aconteciam no Centro de Cultura Social (CCS), em Vila Isabel, um espaço anarquista, ocupado pela FARJ. Foi lá que o nome "Quilombo das Guerreiras" foi escolhido, mas nenhum dos meus entrevistados estavam na ocasião. Dissertar sobre o episódio é importante porque ele influi na identidade da ocupação. Eu estava lá. Sem sombra de dúvidas, o dia da escolha do nome é o mais alegre das reuniões de construção de um nova moradia. Funciona assim, todos aqueles que tem propostas se inscrevem para apresentar com uma justificativa. No final, as sugestões são submetidas a votação. Me recordo de algumas nomes levantados, como "Senhora do Destino", uma novela que passava na TV Globo na época, "Maria Bonita", proposto por mim e por um outro companheiro da FLP, Pedro Guilherme, "Quilombo das Guerreiras", sugestão da poetisa Cilene Regina Vieira da Cruz, moradora da Cidade de Deus, ela também foi inspetora do colégio onde estudei o segundo grau, a Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch. Cilene defendeu o nome em homenagem à luta das mulheres negras. Foi aclamado. Oliveira (2009) aponta que a "nomeação que confere um referencial simbólico tanto ao lugar ocupado como ao grupo ocupante" e chama atenção para o "caráter étnico-racial predominante na demarcação destes territórios coletivos". Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares, Quilombo das Guerreiras, Manoel Congo, Machado de Assis, Guerreiros do 510, Guerreiros do 342, Guerreiros Urbanos, Mariana Criola, Revolta dos Malês, Anastácia, Carlos Marighella, esses são alguns nomes das ocupações que tomaram a região central e portuária e, além de recuperar o significado da resistência negra, são "referenciais de mudança e de justiça social" (OLIVEIRA, 2009, p.90).

Rudá, que foi apresentado no capítulo 1, chegou ao coletivo da Quilombo das Guerreiras bem no início da organização. Ele foi convocado para participar durante uma conversa num ônibus, a princípio, para ele, aquilo se tratava de um crime, uma invasão.

Eu falei: “Mas, como assim? Você está dizendo que a gente tem o direito de ocupar, é isso? Entrar no prédio alheio, no prédio que não nos pertence?” Ele: “É por aí mesmo”. Aí, eu fiquei completamente fora de si, de mim, dentro do ônibus, e comecei a falar um pouco mais alto. Ele: “Não, calma.” Eu: “Isso é um absurdo. Você está roubando. Isso é como se fosse, sei lá, entrando na casa das pessoas ou num prédio público ou não público, ou privado, enfim, eu acho que isso não é justo, de qualquer forma, isso é crime. Está invadindo a casa. Isso não é ocupação. Isso

47 Desde o início, fui favorável à construção da “nova ocupação”. Para mim, enquanto militante, era um momento de muitas expectativas. Isso foi em meados de 2005, na época, estava fora do Rio, voltei para a cidade nos primeiros meses de 2006, quando me inseri de forma orgânica na construção da Quilombo das Guerreiras, após o despejo do prédio da Alcindo Guanabara.

não é o que você está falando, você está invadindo a casa dos outros.”. Ele: “Não, não é assim, vai lá.”. E me deu o endereço, me deu em um papel escrito o endereço que era na Zumbi do Palmares, que era em Zumbi. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

A moradia é um direito social⁴⁸, a Constituição Federal normatiza que toda propriedade precisa necessariamente atender a uma função social, isto é, os imóveis e terrenos urbanos e rurais não estão submetidos exclusivamente aos interesses de seus proprietários. A lei prevê o bem coletivo em detrimento do privado. Contudo, infelizmente, não é isso o que acontece no Brasil. Mesmo com um déficit habitacional de 6 milhões de unidades domiciliares e tendo por aí mais de 7 milhões de imóveis vagos, eles não são destinados a quem precisa. Habitação se tornou mercadoria, a casa virou fonte de riqueza, bem intocável, de uso individual, e, a partir dessa lógica, ocupar é crime, podendo até ser enquadrado no crime de esbulho possessório, previsto no Código Penal (Art. 161 § 1º, II). Outro fator que, a meu ver, gerou nas mentalidades essa compreensão foi a impossibilidade da população negra em acessar à justiça e à terra como um direito. Segundo Raymundo Faoro, em *Os donos do poder* (2012), a justiça era o que o senhor de terras definia como justo. Além do mais, em 1850, Dom Pedro II sancionou a Lei de Terras, que determina normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras e estabeleceu a compra como única forma de obtenção de terras públicas no país. Desta forma, inviabilizou os sistemas de posse ou doação⁴⁹. As consequências foram a concentração de terras no Brasil e a regulamentação da propriedade privada (e da grilagem), principalmente na área rural, mas que afeta diretamente a área urbana. Essa política afastou os negros da posse da terra concedida e, posteriormente, da compra e marcou a condição social da população negra até agora. No mesmo ano que foi instituída a Lei de Terras, foi promulgada também a Lei Eusébio de Queiroz que proibiu a chegada de embarcações com africanos escravizados no país. No ano de 1871, foi promulgada a Lei do Ventre Livre, que estipulou que todos os filhos de escravos que nascessem após o ano de publicação daquela lei fossem considerados libertos. Em 1885, a Lei dos Sexagenários determinou que os escravos maiores de sessenta anos fossem imediatamente libertados. Em 1888, fim da escravidão no Brasil, com a “Lei Áurea”. Então, a Lei de Terras se antecipa a

48 Os Direitos Sociais são tratados no Capítulo II, artigo 6º, da Constituição da República de 1988, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. O objetivo é garantir aos indivíduos condições básicas para o pleno gozo dos seus direitos, por isso o Estado precisa assegurar aplicabilidade imediata.

49 O artigo 1º determina que “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”.

qualquer reivindicação de acesso à terra, inclusive aos negros livres. A título de curiosidade, apenas em 1946 a constituição considerou que a terra deveria cumprir uma função social.

Retomando, o debate sobre o direito à moradia é o ponto de partida para a organização dos moradores da Ocupação. Dele se estabelece a diferença entre ocupar e invadir. Ocupar pressupõe que o espaço esteja vago, sem cumprir a função social, a invasão é a marca da violência, não, por acaso, comumente, os sem-tetos são chamados de invasores pela mídia e o poder público a fim de desqualificar a luta. Maíra Machado Martins (2012) em sua pesquisa constatou que movimentos “não organizados” costumam chamar a ocupação de invasão. A disputa do sentido das palavras e do uso político delas é uma importante fronteira de batalha dos movimentos sociais. Rememorando a escritora Chimamanda Adichie “histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida”, histórias são (d)escritas e contadas através de palavras.

Rudá conta que as dúvidas persistiram, mas a possibilidade de morar no Centro o fez continuar participando das reuniões. Na época, ele morava na Penha, mas todas as suas atividades eram na "cidade". Os planos urbanísticos empurraram os negros, economicamente os mais pobres, para as áreas periféricas com pouca ou nenhuma infraestrutura. No Rio de Janeiro, em que cerca de 50% da população é negra, existem bairros com 80% e 90% de brancos⁵⁰, em áreas nobres, com acesso a bens e serviços, o que aponta uma segregação espacial, que não é oficial, mas existe na prática, e analisar apenas a partir do referencial econômico é insuficiente para compreender o processo de marginalização da população negra na cidade.

E não foi só no caso de Rudá. A possibilidade de morar no Centro é o que leva Iberê à Quilombo das Guerreiras. Foi a distância do trabalho que transformou a vida de Seu Ubiratã para “pior” quando, na infância, sai do Catete para Rocha Miranda. Nem na cidade colonial nem na cidade do capital nem cidade dos megaeventos cabem quem a constrói, acessá-la só é possível através de esforços próprios - quase sobrehumanos, mas, nem por isso seus "fazedores" recuam. No entanto, a todo momento, são criadas novas estratégias para despejá-los/removê-los da cidade formal, esses mecanismos de exclusão são estruturados numa lógica racial favorecendo os brancos em detrimento das comunidades não brancas, não que os brancos pobres tenham espaço cidade formal, não tem, mas é necessário destacar o caráter racial da política, como aponta a socióloga Maria Nilza da Silva (2000) basear toda a

50 COSTA, Camilla. 5 mapas e 4 gráficos que ilustram segregação racial no Rio de Janeiro. BBC Brasil, [s.l.], 10 nov. 2005. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151109_mapa_desigualdade_rio_cc. Acesso em: 8 set. 2017

análise na classe retardou a devida discussão e a luta pela superação do racismo na sociedade brasileira. Então, é importante evidenciar e não secundarizar o racismo. A segregação racial não é oficializada no país, mas as distinções de lugares que ocupam brancos e negros são naturalizados, numa estratégia política de manutenção do status quo. É necessário que todos tenham a possibilidade de gozar plenamente dos mesmos direitos. Segundo João Vargas (2013), é justamente dentro do universo simbólico e prático do “apartheid brasileiro” que os negros experienciam as interpelações espaciais, sociais e raciais que definem a sua cidadania parcial, isto é, a impossibilidade de acesso igual aos brancos⁵¹. Essas reflexões me fazem retornar a Fanon:

Esse mundo em compartimentos, esse mundo dividido em dois, está habitado por espécies diferentes. A originalidade do contexto colonial é que as realidades económicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida, não chegam nunca a esconder as realidades humanas. Quando se compreende no seu aspecto imediato o contexto colonial, é evidente que o que divide o mundo é sobretudo o facto de se pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colónias, a infraestrutura é igualmente uma superestrutura. A causa é efeito: se é rico porque é branco, se é branco porque é rico. (FANON, 1961, p.35)

Essa impossibilidade da população negra de acessar de forma igual aos brancos a cidade e a cidadania de alguma forma me leva a compreender quando Fanon diz que “É verdade, não há um colonizado que não sonhe, pelo menos uma vez por dia, em instalar-se no lugar do colono” (FANON, 1961, p.35).

Reitero que não estamos falando de uma segregação oficial, mas que é adotada e incorporada pelo Estado e é estruturante das nossas relações sociais. Essas reflexões teóricas me remetem a minha própria trajetória pessoal dentro de espaços elitizados, como o da universidade, por exemplo. Fiz a minha graduação na PUC-Rio, estudava no prédio da Ala Kennedy (uma construção mais recente no campi), e tinha colegas que só passavam pelo Pilotis para transitar de um lado para outro em momentos excepcionais. Normalmente, usavam passagens e rotas menos “badaladas” - longe de olhares (julgamentos) - para seguir para outras alas e até para sala de aula. Elas descreviam a opressão que sentiam só por caminhar em um determinado lugar para o outro. Já o bandeirão era um espaço nosso. O poema Negro Forro, do poeta negro Adão Ventura, também nos ajuda visualizar a condição do negro no pós-abolição, que, no entanto, como tentei demonstrar acima, persiste até hoje.

51 Não estou comparando os apartheid sul-africano ou norte-americano com o contexto brasileiro, mas são exercícios interpretativos de casos de segregação que se aproximam, principalmente se analisarmos os acessos aos direitos sociais, à terra, à educação. É importante ressaltar que lá após o fim das políticas de segregação foram criadas políticas para a superação do racismo. Aqui o Estado já reconheceu o racismo (Juventude Viva, dados oficiais, CPIs), mas não tem um compromisso para a superação deste.

Minha carta de alforria
 não me deu fazendas,
 nem dinheiro no banco,
 nem bigodes retorcidos.

Minha carta de alforria
 costurou meus passos
 aos corredores da noite
 de minha pele.

Contudo, mesmo receoso, Rudá decidiu ir à reunião na Ocupação Zumbi dos Palmares, incentivado pela possibilidade de morar no Centro da cidade, onde “tudo acontece (...) é trabalho, biscates” (Depoimento de Rudá, 07/08/2016).

Tinha muita, muita, muita gente. E chegou um momento em que todos tinham que se apresentar. Conforme ia chegando a minha vez, eu ia me esquivando, eu ia saindo. Eu não me lembro quem foi, alguma pessoa que estava na minha direção falou: “Fulano, e você? Você é da onde?”. Levei um susto, fiquei todo sem graça. Eu conhecia 3 pessoas que já estavam frequentando lá, mas o resto eu não conhecia ninguém. E então aí ele me perguntou: “Seu nome?”. Aí eu falei meu nome, de onde eu estava vindo. Ele: “Ah, qual é a sua expectativa?”. Eu: “Eu apenas vim aqui entender o que significa esse negócio de ocupação”. Aí eu falei mesmo: “Porque, pelo meu entendimento, vocês querem invadir um espaço alheio, um espaço que não pertence a vocês”. Ele: “Ah, então, tudo bem, você fica mais um tempinho aqui, que a gente vai começar a explicar”. Eles já tinham feito, já frequentavam outras reuniões, e foi assim. O rapaz começou a falar, e aquilo foi me conquistando, mas, ainda com algumas dúvidas. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Ele conta que foi para casa, mas as dúvidas persistiam. Mesmo assim, começou a pensar na ideia de morar no Centro, local onde ele já “vivia” mais que a Penha. O debate sobre o direito à moradia, na área urbana, está para além do número de casas construídas ou conquistadas, ele está imbricado com o direito à cidade, que se coloca igualmente importante, como uma exigência, e se confundem. Não é só morar, é ter acesso. “Habitar o Centro, para as populações sem-teto, assume o próprio sentido de habitar a cidade, de ser e estar nela” (Freire, 2011, p.44). Tanto que ainda hoje é comum dizer vou à Cidade. Quando criança morava em Brás de Pina e, dez vez em quando, vinha à Cidade com a minha mãe. Adulta, morei na Barão de São Félix - na Ocupação Chiquinha Gonzaga - e no Morro da Providência, ambos na área Central, e meus vizinhos falavam constantemente que iam à Cidade quando iam ao banco, ao cartório ou fazer compras nas lojas da Rua da Alfândega. Ir à Cidade, viver na Cidade, é ter acesso a melhores condições de trabalho, moradia, transporte, saúde, educação e lazer. Acesso a teatros, cinemas, centros culturais, mercados e outros equipamentos.

Rudá lembra que levava sempre para as reuniões uma mochila com garrafa d’água, pacotes de biscoito, pasta de dente, caixa de fósforo e vela, por orientação do operativo, grupo

responsável pela escolha do imóvel a ser ocupado e a estratégia utilizada para entrar no imóvel. Somente o operativo e os envolvidos na elaboração da ação sabem a data da ocupação, para a maioria do grupo é uma surpresa, dita apenas no dia para não haver vazamentos e colocar em risco a ocupação. Por isso, os moradores eram orientados a levar esse material, um kit de sobrevivência para os sem-tetos, havia um receio, baseado até em outras experiências, de que a polícia poderia impedir a entrada ou a saída do imóvel recém ocupado, e também os imóveis abandonados não costumam ter água e luz instalados. Por isso, do kit sobrevivência - resistência.

Rudá relatou que conforme o tempo passava, logo a data da ocupação se aproximava, ele foi ficando mais amedrontado. Seu maior temor era ser preso. Mesmo sendo trabalhado a ideia da ocupação por moradia como um direito a ser conquistado, o temor da punição ronda o coletivo. Medo decorrente da política racista instituída de criminalização da pobreza, para a elaboração desse texto cheguei a procurar notícias sobre especuladores e latifundiários que foram penalizados por possuírem propriedades que não cumprem a função social, mas não encontrei. Além disso, as imagens das ocupações veiculadas na imprensa reforçam estereótipos dos sem-teto como contraventores - imagens de controle para desmobilizar o movimento social, como podemos observar na legenda da foto abaixo, do Jornal O Globo, do dia 27 de abril de 2005, sobre a Ocupação Zumbi dos Palmares. A legenda diz: “Com os rostos cobertos, um deles com uma máscara, homens picham a inscrição Ocupação Zumbi dos Palmares (...)”. O rosto coberto na tentativa de preservar a identidade, acaba por compor o quadro pintado de sem-tetos fora da lei. E essa narrativa nos influencia também. “Quantas vezes exprimimos então, com uma convicção que parece toda pessoal, reflexões tomadas de um jornal, de um livro, ou de uma conversa. Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver que nos espantaríamos descobrindo qual é o autor, e que não somos nós.” (HALBWACHS, 1990, p.47). Essa estratégia de controle não acontece apenas com os sem-tetos, sem-terras, a juventude negra, entre outros grupos políticos, são estereotipados no intuito de estigmatiza-los e assim enfraquecer a luta política através da criminalização jurídica.

Figura 9 - Ocupação Zumbi dos Palmares



Fonte: JORNAL O GLOBO, 27 de abril de 2005

Porém, com a participação nas reuniões, Rudá foi se formando:

Nas idas a essas reuniões, a coisa começou a ficar mais clara para mim, dessa ideia, dessa ideologia, enfim, desse processo de existir inúmeros prédios vazios, que eu já entendia um pouco que não cumpriam nenhum tipo de função social. E depois, fui ler, embora bastante leigo, fui ler a questão da lei que aprova essas questões sobre os imóveis que deveriam ser destinados pra moradia. Comecei a entender um pouco do déficit de moradia. Muitas pessoas morando na rua. Então, essas coisas foram como que uma avalanche, veio uma atrás da outra. Um falava de cá, outro falava de lá. Eu fui começando a assimilar essas coisas todas. Então, participei nisso, um ano, mais ou menos, um ano, nesse processo de reuniões (Depoimento de Rudá, 07/08/2016).

A possibilidade de ser detido e preso afastou Rudá da primeira tentativa de ocupação do coletivo da Quilombo das Guerreiras, quando aconteceu a ocupação do imóvel da Alcindo Guanabara, em 2005, em um prédio abandonado pelo INSS, ao lado da Câmara dos Vereadores, na Cinelândia. Aruana também não participou desse processo, embora soubesse que ele estava em curso. A ocupação foi duramente reprimida e despejada antes de completar

24 horas, em uma ação conjunta da Polícia Federal, da Polícia Civil (Core - Coordenadoria de Recursos Especiais) e Militar. Um espetáculo foi montado pelo Estado para promover o despejo e intimidar as famílias. Rudá soube da ocupação pela imprensa e depois que viu nas notícias o número do efetivo policial mobilizado pensou em desistir. O relato de Rudá nos remete a outra história já contada aqui: o despejo do cortiço Cabeça de Porco. Em ambos os casos foram armadas operações de guerra para despejar os negros para impedir que novas ações insurgentes aconteçam - que habitem a cidade. Tendo a imprensa como sua aliada, já que produz imagens e narrativas de manutenção do poder, de dominação social⁵². Logo pela manhã, um forte aparato policial já havia sido mobilizado em frente ao edifício ocupado, impedindo a entrada e saída de qualquer pessoa, mantimentos e até mesmo água. No mesmo dia o INSS entrou com um pedido de reintegração de posse, que foi julgado e a ordem de despejo executada ao final da tarde, causando grandes comoções nos moradores e apoiadores externos. Até o advogado dos ocupantes chegou a ser detido.

Em cima da marquise do prédio, lembro-me dos seus pulsos algemados, tomando nuvens, e uma larga aflição presente dentro e do lado de fora da ocupação. Empurrados por quase cinquenta policiais da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e da Core; vendo nosso advogado ser preso; as pessoas que estavam apoiando a ocupação apanharem; corria em nós um sentimento de "não deu": uma ocupação sem-teto, em plena Cinelândia, bem ao lado da Câmara dos Vereadores da cidade, era demais, pelo menos nesse momento. Perto das 20 horas, quando alguns moradores passavam mal, tomados pelo medo de um massacre em pleno Centro da Cidade, deixamos o prédio que depois de quase dois anos, no dia 28 de Outubro de 2007, seria 59 ocupado por outras famílias sem-teto, que lá permanecem com o nome Ocupação Sem-Teto Manoel Congo. (FREIRE, 2011, p.58)

A prisão do advogado, considerada por muitos uma irresponsabilidade, pois ele teria favorecido sua prisão ao discutir com os policiais, foi um dos motivos, inclusive, mais importantes para o racha que se deu no processo desta ocupação. A partir desse momento, a ocupação se dividiu em duas: um grupo de moradores continuou a se reunir com os militantes da FLP e MEL [Movimento Educação Libertária], buscando ocupar um prédio no centro da cidade, enquanto outro, em menor número, seguiu com os militantes da FIST e FARJ, visando ocupar um terreno abandonado em Jacarepaguá. O primeiro grupo manteve o nome de Quilombo das Guerreiras, tendo organizado, depois de outro despejo, a ocupação de um prédio na Avenida Francisco Bicalho 49, com assessoria jurídica dada pela RENAP. (FREIRE, 2011, p.59)

O antropólogo Pedro Freire participou da ocupação. Ele fazia parte de um coletivo anarquista que se organizava também na FLP. Após o despejo, portanto, os conflitos políticos de método e de organização levaram a fragmentação do grupo, um racha entre os integrantes da FLP, FARJ e FIST. As famílias seguiram organizadas com o apoio dos moradores de

52 Mas depois desse relato o que mais me chamou atenção foi quando Rudá disse: "Eu não lembro se já era [Ocupação] Manuel Congo!". A memória de Rudá sobre a antiga ocupação se entrelaça ao presente do prédio, que virou ocupação também, mas em 2007, dois anos depois, Ocupação Manuel Congo. Em um momento os dois coletivos distintos coexistem na cabeça dele no mesmo tempo e espaço.

Chiquinha Gonzaga e da FLP, que nesse momento reavaliou o apoio à nova ocupação, e as reuniões foram retomadas. Foi nesse momento, que eu e Aruana nos incorporamos ao processo. “Eu fui procurada como ‘moradora’, entre aspas, da Chiquinha Gonzaga, e convidada para fazer parte do segundo processo de ocupação, tentar organizar um segundo processo” (Depoimento da Aruana, 18/04/2017), ela foi convidada por Elaine Freitas, a quem já nutria uma certa admiração política. “Confesso que tive medo, mas não tive como recusar. E aí começamos a participar das reuniões que eram feitas na Chiquinha, que eram feitas na Zumbi, que eram feitas no campo de Santana, reuniões por comissões, reuniões com coletivo inteiro” (Depoimento da Aruana, 18/04/2017).

Figura 10 - “Ocupação de um dia só” - Matéria sobre a ocupação do prédio na Rua Alcindo Guanabara



Fonte: JORNAL DO BRASIL, 15 de novembro de 2005

Os amigos convenceram Rudá a não desistir, o avisaram que já tinha um outro prédio à vista, conforme ouviram na reunião. A segunda tentativa de ocupação do coletivo da Quilombo Guerreiras foi em julho de 2006, em um prédio privado abandonado, propriedade do advogado Paschoal Scofano, na Rua Estrela, número 43, no bairro do Rio Comprido. Ele lembra que os moradores foram divididos em grupos e que se encontraram na Praça do Rio Comprido, de lá deram um sinal para as pessoas que estavam na Praça e eles seguiram e ocuparam o imóvel. A localidade era cercada de favelas, Rudá relata que começou achar que “iam meter bala em todo mundo” (Depoimento de Rudá, 07/08/2016).

E participando dessas reuniões, aí surgiu, de novo, a outra, uma próxima ocupação, que seria a Rua Estrela, aqui no Estácio, no Rio Comprido, e confesso que eu fiquei muito, muito com medo, bastante tenso. Minha pressão estava extremamente alta, porque eu sinto quando a minha pressão fica muito alta, porque eu tenho problema de pressão desde garoto. E tinha ficado muito alta, eu me lembro que estava tomando remédio. Muito tenso, porque estaria prestes a acontecer uma outra ocupação. Mas eu tentava saber das pessoas que estavam, que tinham essa estratégia de escolher o local, verificar, como é que é, como é que entra, como é que sai (...) E perguntar: “Mas você não pode me dizer onde vai ser?”. Eu ficava muito curioso para saber onde ia ser. Mas, de fato, essa questão de eu saber ou não foi colocada, porque eu não soube mesmo. Só fui saber. Enfim, tomei a coragem e lá fui eu. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Ele relata detalhes daquela noite:

Nós nos dividimos em grupos específicos. Um grupo em tal lugar, um grupo em tal lugar. Aí, nós nos encontramos todo mundo naquela praça principal ali do Rio Comprido. Bem, partindo do princípio que nós estamos no Rio Comprido, deve ser por aqui. É por aqui por essa área, é aqui por esse entorno aqui. E, enfim, parece que já tinha uma outra equipe que já estava preparada, eles já sabiam. Quer dizer, a equipe que organizava como entrar, como seria a entrada. Já tinha tudo organizado, quem iria entrar, quem iria cortar as correntes, já tinham passado, já tinham visto que era uma corrente. E foi assim que isso aconteceu. Esse pessoal foi na frente e abriu. Parece que teve um sinal via celular. Alguém deu o sinal, porque era muito próximo, que deu sinal para outra pessoa. E esse sinal foi dado para a gente na praça. E o grupo foi aquela carreira, aquele tumulto. A gente entra e bota tudo pra dentro: com bolsa, com criança, enfim, aquela coisa toda, entrou e tranca o portão de novo e ficamos lá dentro. Aquele prédio ali da rua da Estrela que, por acaso, está vazio até hoje. E a princípio, estava tudo muito bem, tinha muito cachorro ali na área, e a gente ficou meio tenso. E eu mais ainda, porque estava muito próximo aos morros ali do entorno. Mineira, Turano, estava muito ali naquela área. Sei lá, de repente, isso na minha cabeça, de repente, os vagabundos vão estar aqui e vão meter bala em todo mundo. E então eu ficava muito tenso quando acontecia isso. E enfim, ficamos lá, já tinha as divisões: limpeza, comida, portaria, aquelas coisas, já existia esse processo. E eu me lembro que eu fiquei fazendo comida, porque eu sempre gostei de cozinhar. Eu estava na equipe de comida, e, a princípio, estava tudo certo. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Dentro do prédio formaram as comissões, ele se lembra que fazia parte da equipe de cozinha. Logo depois da ocupação, chegou o dono do imóvel com a documentação do imóvel toda regularizada. Apesar do prédio estar abandonado há 15 anos, o proprietário estava em dia com o IPTU, razão suficiente para que o juiz aceitasse imediatamente o seu pedido de

reintegração de posse e, como no caso do imóvel da Alcindo Guanabara, ignorasse a informação que o prédio não cumpria sua função social. Também como no caso da Alcindo Guanabara a ocupação não durou nem 24 horas. Rudá lembra que chegaram a passar a madrugada lá e que na hora do despejo todo mundo saiu cantando o hino nacional. E, hoje, “jamais sairia de algum espaço cantando o hino nacional (...) eu já tenho outro entendimento (...) esse processo de alienação em nome da pátria (...) que não me representa.” (Depoimento de Rudá, 07/08/2016). O que demonstra amadurecimento do olhar político a partir da vivência/experiência.

E logo em seguida, chegou o dono, que era até um português, um senhor. Chegou dizendo que o prédio era dele, que ele estava com a documentação do prédio toda regularizada, não estava com débito nenhum, que nós teríamos que sair, que nós iríamos sair e o prédio iria continuar vazio. Como, de fato, até hoje o prédio ainda está vazio. E nisso, nós conseguimos passar a madrugada toda lá, e, de manhã, ele chegou e mais alguns policiais, mas não teve nenhum processo de violência. Chegou ele - o dono e o advogado do dono. Eram dois ou três, enfim, e nos convidou a nos retirar do prédio dele, porque não tinha como, ele apresentou as documentações todas regularizadas, e, então, tivemos que sair. E aí, eu me lembro de uma coisa muito interessante que, sei lá, hoje eu não faria mais isso, por entender um pouco, por não compactuar com essa questão de um patriotismo, assim, de uma pátria que é a mãe. Porque todo mundo saiu cantando o hino nacional, tipo “Ouviram do Ipiranga as margens plácidas”. E hoje, eu jamais sairia de qualquer espaço cantando o hino nacional, por ter um outro tipo de entendimento. Por esse processo de alienação que, em nome da pátria, você até se mata. Em nome de uma pátria, que acho que não me representa e acho que não representa muitas pessoas. Enfim, aí saímos. Saiu até na televisão. Acho que no RJ-TV. No dia seguinte, saiu essa reportagem. E aí tudo bem. O povo dispersou. Eu fui embora pra Penha (Depoimento de Rudá, 07/08/2016).⁵³

Seu Peri também participou dessa ocupação:

Nós conseguimos entrar naquele prédio do Rio Comprido, que nós não conseguimos. Nós fomos caminhando até lá no Rio Comprido lá pelo... no prédio, chegamos lá era meia-noite e pouco. Então nós dividimos a turma que não era pra ir todo mundo junto, era pra dividir pra não chamar atenção. Aí nós fomos, a gente tinha que chegar todo mundo junto com hora marcada pra gente invadir o prédio, e nós conseguimos, invadimos o prédio só que deu complicações, nós ficamos lá só dois dias, porque o dono do prédio apareceu lá com a manda de... de posse, né? Documento em dia e tal, e ele deu a ordem. E chegou no dia de nós sair, nós saímos com aquele processo de todo mundo saindo, cantando hino nacional um atrás do outro, em fila, com as panelas na mão, os mantimentos, saco, nós botamos nas costas que tinha lá de fazer comida (Depoimento de Peri, 20/03/2017).

Aruana também lembra que ficamos só uma noite e reavalia as estratégias usadas, “foi um desgaste (...) depois analisado que a logística foi completamente errada. A polícia isolou a ocupação com nossa própria corda” (Depoimento da Aruana, 18/04/2017). Durante a

⁵³ Eu e Rudá temos narrativas diferentes. Lembro que o prédio foi cercado por policiais. Apoiadores de movimentos de luta por moradia chegaram a ser acorrentados no portão do imóvel para dificultar e/ou impedir a entrada da polícia. O dono do imóvel chegou só de manhã. Dezenas de moradores do bairro também foram acompanhar o desenrolar da Ocupação. Até os alunos de uma escola pública da região foram liberados para acompanhar. Uma senhora levou café para a gente. Foi um evento no bairro.

entrevista, ela me convoca, fala da necessidade de elaborarmos nossos fracassos. Aruana lembra que tivemos um “confronto” com a vizinhança, algumas pessoas que moravam na região acharam um desaforo a gente vir “de outros lugares” para ocupar um imóvel no “bairro deles”, enquanto eles que moravam ali não tinham casa “própria” e não ocupavam.

As minhas são mais afetivas e acolhedoras, lembro de uma vizinhança que ou apoiava o processo ou estava interessada no que estava acontecendo. Além disso, muita imprensa. Eu fiquei do lado de fora, uma senhora apareceu lá com café pronto para nos dar, e a escola municipal que ficava numa praça do Rio Comprido, bem próxima à ocupação suspendeu as aulas. De repente a grande notícia do bairro era a “invasão”, como o povo se referia (meu relato, 30/07/2017). Aruana considerou o processo vitorioso no sentido de que as pessoas saíram de lá cantando. “É uma coisa que me marcou, quando os próprios moradores resolveram que tinham que ir para um terceiro processo” (Depoimento da Aruana, 18/04/2017). Eu achei curioso que todos relembrou da cantoria do hino no despejo como um ato político, mesmo com ressalvas nesse momento. Eu já não lembrava mais desse episódio que marcou a memórias de quem estava dentro do prédio.

O Instituto de Cartografia e Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) intermediou a negociação para a retirada das famílias do imóvel, cadastrou os moradores e sinalizou a possibilidade de realocação das famílias em moradias populares. Foi um momento muito difícil. Tanto pelo despejo quanto para todo o coletivo. Era o segundo despejo, com forte aparato policial, em menos de 24 horas após a ocupação e sem nenhuma abertura de diálogo do Estado em relação aos prédios ou uma alternativa de moradia imediata para os sem-tetos. Também apontava a forma que o Estado encarava esse tipo de ação. Após o despejo, o dono do imóvel mandou arrancar as janelas, destruindo o próprio imóvel.

Fomos para a Praça do Rio Comprido, lá ficamos por um tempo, sem saber que rumo tomar. Marcamos um novo encontro. Eu estava bem cansada. Depois do despejo a gente fica meio perdido, sem saber pra onde ir, mesmo tendo lugar para voltar (meu relato, 30/07/2017). Eu lembro que a escolha por um prédio privado, depois do despejo, gerou muitos questionamentos entre os moradores. A proposta do movimento era a superação da propriedade privada, os moradores queriam a garantia da habitação e achavam que ocupar um prédio público abandonado poderia ser mais fácil de negociação com o governo. Segundo David Harvey (2008), vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito. Elaine Oliveira (2009) também discute essa noção e aponta que os movimentos sociais têm um papel na formação de um novo imaginário sobre os limites entre o público e o privado:

Quem fará estas mediações simbólicas são os grupos populares, a partir de seus movimentos de resistência, em suas lutas e acomodações no território da cidade, inicialmente fora dos marcos da propriedade – da qual têm sido constantemente alijados -, apropriando-se do espaço através da força da coletividade, tomando a cidade como patrimônio a ser compartilhado, contribuindo para a alteração da correlação de força no imaginário social em relação ao conflito entre a legitimação da propriedade e o direito à moradia (...).” (OLIVEIRA, 2009, p. 105-106)

Aruana lembrou também de um fato curioso na primeira reunião após o despejo: propuseram mudar o nome “Quilombo das Guerreiras” da ocupação porque era um nome que não estava dando sorte, “eu acho que tem que mudar esse nome”, “já teve duas tentativas” (Depoimento da Aruana, 18/04/2017). Aruana reproduziu o discurso do morador que interveio no sentido que o nome da ocupação continuasse o mesmo:

Foi uma fala de um morador que mudou isso. Acho que a gente chegou ao diagnóstico de que era uma falsa polêmica, quando um morador falou: “Eu sou sem-teto, eu não tenho casa, eu não tenho trabalho. Então, eu vou chegar à conclusão que o meu problema é o meu nome? E eu tenho, então, que agora sair daqui, agora e ir no cartório e mudar meu nome, que eu não posso chegar à conclusão que o fracasso é meu, que existe desigualdade de fato.”. Eu acho que todo mundo a partir daí dessa reunião viu que era uma falsa polêmica, falou que ia para um terceiro processo com esse nome, ia defender esse nome. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

E após o despejo, novamente, as reuniões retomaram:

Aí começou o mesmo processo. Outras reuniões. Acho que foi muito perto, de Rua Estrela pra Quilombo, acho que foram 4 meses, 3 meses. Nós entramos, acho que foi abril, no mês de abril de 2006, mais ou menos, em Rua Estrela. Quilombo aconteceu em outubro. Então, nesse período teve esse mesmo processo de reuniões, de estratégias explicando. Pois é. Então, muito interessante que aquele medo que, a princípio, eu estava tendo... Aquilo, “Cara, é essa a ideia, eu já estava mais respeitando, que deveríamos, sim, tomar esse tipo de atitude, que era uma atitude bastante coerente”. E aí, começaram de novo as questões das reuniões, e eu comecei a participar. E, mais interessante isso, porque eu já estava me adaptando a todo este processo. Nós estávamos na Chiquinha Gonzaga agora, já na Chiquinha. E, mais uma vez, as pessoas que estavam lá na frente falaram: “Olha, essa noite, nós vamos ocupar o espaço”. E aquele medo voltou de novo, eu suava, eu sentia que a minha pressão subiu de novo. E eu: “Meu Deus do Céu, mas de novo?”. Enfim, puxa, já estou... Minto, na realidade, eu tinha que ir em casa, eu tinha que ir na Penha buscar algumas coisas. De fato, eu fui mesmo buscar lençol, algumas coisas, assim, básicas, porque eu já tinha alguma coisa na mochila, e então fui buscar mais. E avisar meus pais: “Olha, eu estou indo ocupar outro espaço.”. Minha mãe muito apavorada com essa questão, minha mãe ia pra Angélica, muito ocupada e completamente contra essas coisas. Eu: “Oh, não adianta, porque eu vou, e fim de papo”. Fui, peguei e voltei pra Chiquinha. Eu me lembro que algumas pessoas também desistiram de ocupar naquele dia também. Enfim, foi feita toda essa organização de novo (Depoimento de Rudá, 07/08/2016).

Rudá disse que foi convencido que estava fazendo a coisa certa, mas durante uma reunião na Ocupação Chiquinha Gonzaga, quando anunciaram que a ocupação seria naquela madrugada, ele disse: “Meu deus do céu!”. Foi em casa buscar algumas coisas para ficar no prédio e avisar aos pais da ação. “Minha mãe é evangélica, era contra essas coisas”. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016). Mas acabou que na hora que todo mundo entrou, ele

ficou do lado de fora. Ficou com medo do trabalho descobrir que ele estava envolvido em ocupação e ser punido.

Na madrugada de 9 de outubro de 2006, 70 pessoas ocuparam um imóvel abandonado da Companhia Docas do Rio de Janeiro na Avenida Francisco Bicalho, número 49. Nascia finalmente a Ocupação Quilombo das Guerreiras. A Francisco Bicalho era um lugar inóspito, várias estratégias foram pensadas para garantir a permanência dos moradores. Docas tinha polícia própria, o que representou uma ameaça e dificuldade na efetivação da moradia. Nos primeiros dias de ocupação, a polícia de Docas proibiu a entrada de água e comida no imóvel. Rudá colaborou na mobilização no lado de fora da ocupação. Segundo ele, isso durou uns 10 dias, foi aí que ele decidiu entrar no prédio. Ali ele entendeu que “a moradia é um direito e não abrange só a habitação, tem outras vertentes” (Depoimento de Rudá, 07/08/2016). Foi um longo trajeto de luta, mobilizações por água e luz, depois da ocupação estabelecida.

Enfim, no primeiro momento, eu não me lembro se teve polícia no primeiro momento. Eu acho que teve, mas muito pouco. Polícia Militar, num primeiro momento. Minto, a Guarda de Docas logo veio saber o que estava acontecendo. Eles nunca estiveram lá, mas vieram saber o que estava acontecendo. No dia seguinte, eu me lembro que teve... Enfim, aconteceu, meti o pé, peguei o 350 e fui embora pra Penha. E, no outro dia de manhã, era dia de trabalhar. Eu não fui trabalhar e fui de novo pra posse da Quilombo. E eu fiquei assim. Teve aquela turbulência toda, de sermos privados de entrar comida, de entrar água. Muitas pessoas nesse processo desistiram. Eu ouvindo as pessoas falando que não tinham entrado ainda. Não podia sair. O pessoal ficou em cárcere privado. E eu ali na porta fazendo o que eu podia, comprando pão, na rua, comprando algumas coisas, fazendo o que eu podia, mas ainda com muita dúvida se eu entraria ou não. Já tinha passado a questão do impedimento das pessoas entrarem.

Eu vi quando. Não sei se foi Rafael, esqueci o nome dele agora. Eu fui em São Gonçalo buscar uma caixa d'água que tinha sido doada. Era uma pessoa que tinha carro, pegamos a caixa d'água para trazer pra Quilombo. Mesmo assim, aconteciam essas coisas, eu fazia tudo pelo lado de fora, comprava comida, a gente angariava coisas de amigos meus que me davam e a gente levava. Querer entrar, eu não queria, eu ficava relutante se eu entrava ou não. Acho que esse período demorou, sei lá, 10 dias, 15 dias, mais ou menos. Aí, a coisa já estava um pouco mais calma, a turbulência. Eu vivenciei tudo, mas do lado de fora. Toda essa questão de ter que subir água por corda, ter que subir fogão pela corda, de não estar podendo entrar ninguém. E depois, quando começou a entrar e sair, as pessoas tinham que anotar seus nomes. Acho que foi nesse momento que eu comecei a entrar. As pessoas tinham que... Eles não conseguiam identificar todo mundo, então, quando você saía, os Guardas de Docas anotavam o nome. Enfim, acho que foi nesse processo que eu consegui entrar.

E aí, num momento, quer saber de uma coisa? Eu acho que é isso que eu quero e não sei o quê que vai ser. E eu resolvi, de fato, assumir o meu posto, digamos assim, e entrei. Entrei. O prédio continuava sujo, porque não tinha dado tempo de fazer limpeza, porque era muito sujeira, era muito sujo, era muito podre, tudo muito esquisito. Aquele mesmo processo: sem água, sem luz, sem aquelas histórias todas. Eu falei “Cara, eu decidi: é essa a vida que eu quero. É isso que eu quero para a minha vida. Minha vida vai ser isso a partir de agora”. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

É necessário destacar a última frase deste fragmento da entrevista com o Rudá para análise “eu decidi: é essa a vida que eu quero (...) Minha vida vai ser isso a partir de agora.” Aqui Rudá já rompeu com o medo da criminalização e transcende - se emancipa das amarras de controle e passa a entender a ocupação para além da habitação, como instrumento de militância política, de efetivação de direitos, de libertação.

Nesse processo, como a gente já estava (...) Independente do espaço ser completamente insalubre, a gente já tinha bastante informação, não cursos, mas bate-papos, de formações políticas, de entendimentos. Então, eu absorvia muito daquelas coisas e, em algum momento, eu falei: quer saber de uma coisa? Minha mente começou a clarear muito mais. E eu trabalhava num lugar completamente, sei lá, inóspito, se eu posso assim chamar. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Relato de Aruana sobre o início da ocupação:

Com muita dificuldade, ocupamos o prédio no dia 08 de outubro de 2006, na Francisco Bicalho, 49. E aí batizada com o nome de Quilombo das Guerreiras. Foi uma ocupação, eu acho assim, é difícil falar de uma ocupação que você morou. Mas teve mais envolvimento, mas assim, eu acho que a Quilombo teve um diferencial em relação às outras ocupações muito... foi uma ocupação muito desgastante com um processo bem mais dificultado, porque ocupar aquele prédio, que era prédio de docas enfim, que era uma companhia mista, que possivelmente teria que ter seguranças ali, e 70 famílias que entraram e segurança nenhum viu. Foi um processo de denunciar que pessoas recebiam seus salários sem trabalhar, então, foi um processo meio doentio em relação a esses servidores, que perseguiram mesmo pessoas dali ameaçaram moradores de morte. Então a gente vivia com uma guarda, uma guarda federal que cerceavam os direitos muitas vezes de ir e vir e não deixava entrar água, não deixava entrar comida, enfim. Era um prédio que já havia sido ocupado, portanto era um prédio já tinha quebrado várias pias, vários banheiros, para... arrancaram toda a fiação, todo... encanamento para dificultar que as pessoas ocupassem de novo. Então, foi muito difícil um processo muito difícil, instalar água, instalar luz, porque um ponto de luz era a 300 metros do prédio e assim como a água, então a gente teve muita dificuldade no começo com a guarda. Só depois de quase sete meses é que a guarda saiu, foi saindo gradativamente do prédio, mas eu acho que isso também fortaleceu muito o coletivo, muito. Porque era um coletivo que sabia de antemão das suas dificuldades. Acho que toda dificuldade que teve foi um processo de dizer sim para aquele prédio. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

Acho importante dizer que, tanto Chiquinha Gonzaga, quanto Zumbi dos Palmares, quanto Quilombo das Guerreiras, quanto à própria Machado de Assis que surgiu depois, Manoel Congo surgiu depois e Machado de Assis enfim. Não foram prédios ocupados para barganhar alguma coisa. Foram prédios ocupados com objetivo de se tornarem moradia de fato, prédios ocupados para serem requalificados, para servirem de moradia, acho importante dizer que esses processos de ocupação que ocorreram no Rio nesses tempos foram processos que exigiam moradia na área central, e exigiam porque entendiam que o trabalhador foi expulso dessas áreas, desde reforma... Passos, desde lá atrás, Rio de Janeiro capital, nesse processo de expulsão mesmo da classe trabalhadora do Centro, então foram ocupações que exigiram morar no Centro. Que o trabalhador constrói o centro e o direito de morar no centro. Acho importante dizer isso porque no meio de tantos processos que às vezes as pessoas... são processos só políticos para exigir uma política habitacional e essas políticas, e esses processos, essas ocupações que partiram de uma ação direta, partiram de uma ação direta justamente porque não existe essa política, não existe essa boa vontade do governo de resolver o problema habitacional. Enfim, não existe boa vontade do governo para nada, a gente não tem abrigo no Rio de Janeiro, a gente não tem nenhuma política que realmente atenda à população de rua e à condição de sem-teto. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

Novamente, aparece a reflexão do lugar dos pobres na cidade e, mais do que isso, a exigência do direito à cidade, a partir do entendimento do direito ao acesso à cidade. Aruana aponta a perspectiva da moradia contra a especulação, que casava com a ideia da ocupação no prédio privado da Rua Estrela, que já era um prédio residencial, ao contrário dos prédios das ocupações, em sua maioria prédios comerciais onde os banheiros são coletivos e as cozinhas improvisadas.

Então, eu vou tentar ser bem sucinta, então o começo da Quilombo como eu falei, a Quilombo era um prédio, Francisco Bicalho, 49, era um prédio atípico bem diferente de Chiquinha Gonzaga que tava pronto, bem diferente de Zumbi dos Palmares, o que a gente se aproximava da Zumbi era que os banheiros eram coletivos, os banheiros eram nos andares, mas bem diferentes, por conta da luz e da água. Mas tinha mais uma diferença em relação a Zumbi, que a Quilombo não tinha parede, era um prédio sem parede, e, por conta dessa guarda, primeiro quero dizer da arrogância do, mas quando a gente ocupou o prédio então veio guardas de Docas, veio advogados de Docas, enfim, não deixava entrar nada e tinha um fogão lá fora e eu me lembro que o advogado falou, “não, vocês tem que sair”, e a gente “não, mas as pessoas não tem para onde sair”, enfim tinha uma comissão de diálogo externo, “a gente não tem para onde sair”, tinha que deixar as pessoas passarem o final de semana aqui, “cara, as pessoas saem, mas tem que deixar entrar o fogão porque enfim, segunda-feira a gente sai, porque a gente vai fazer comida para as crianças se não tem fogão, se não a gente vai ter que tacar fogo na lenha aí para fazer comida”, e aí ele achando que a gente era um coletivo com uma sugestão, com arrogância, que é peculiar dessas pessoas, voltou segunda-feira, então nós combinamos sair, “vocês combinaram sair, então vamos sair e tal”... e eu me lembro da Miriam nesse momento, que ela falou uma frase dela para ele, “pô, a gente disse que ia sair, a gente disse que ia sair de fato, mas a gente não disse nem que dia nem que ano”, e ele ficou puto, enfim. A partir daí a guarda foi mais incisiva ainda, não deixava entrar comida, não deixava entrar água, entrava direitos humanos, entrava água os Direitos Humanos ia embora, não podia entrar água nem comida, enfim a gente trabalhou muito com Teresa com cordas subindo coisas pelas cordas, pelo terraço, a guarda acho que não ficou só 8 meses, acho que ela ficou um ano e dois meses, e a gente teve que garimpar madeira, não podia entrar tijolo, então a Quilombo também não pode ser uma moradia dentro de uns padrões dignos que cada morador queria que fosse. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

Além de não terem direito à cidade formal, o próprio Estado proibiu a entrada de comida, botijão de gás, medicamentos e outros itens básicos, violando todos os direitos fundamentais. Nesse momento, foram feitas articulações e protestos pelo direito básico à alimentação e água. Tudo em vão, o que entrava era escondido. O que também não é novidade, na Ocupação de Guerreiros do 234, a Polícia Militar também proibiu a entrada de comida. Durante as Olimpíadas, os movimentos de pessoas em situação de rua denunciavam que o poder público estava impedindo que instituições religiosas e de apoio às pessoas em situação de rua entregassem quentinha nas ruas. Uma das punições usadas contra as pessoas escravizados no Brasil era a Máscara de Flandres, para impedir que os cativos ingerissem alimentos ou bebidas. Hoje, só não colocaram a máscara, mas a punição é a mesma. Desde o primeiro dia da ocupação com a proibição de circulação de pessoas e

alimentos e sem água e luz no imóvel, um acampamento foi organizado na Francisco Bicalho em frente ao prédio da Quilombo das Guerreiras, que servia para dar suporte à ocupação. Eu morei lá na rua por uns dias, até a gente conseguir entrar e sair do imóvel. Seu Peri entrou na Ocupação a partir do apoio do acampamento:

Aí, quando chegou à noite, tinha um buraco lá, um buraco pequeno, que não dava nem pra entrar um cachorro lá. Nós conseguimos entrar. Chegou era meia-noite e pouco, o cara mandou, nós entramos, aí nós entramos, chegamos lá, tudo escuro, não tinha luz, não tinha água. E nós nos juntamos ao pessoal que já tava lá. Fizemos a limpeza geral no prédio e fomos... uma luta tremenda. Tinha rato, tinha barata, tinha de tudo, mas só que nós conseguimos fazer a limpeza geral. (Depoimento de Peri, 20/03/2017)

Além de dar suporte à Ocupação, do acampamento desembocaram várias iniciativas de solidariedade às novas ocupações. Numa noite, um grupo de punk e anarquistas saíram de lá para ocupar o que se tornou a Flor do Afasto e também os militantes que lá estavam participaram do 1º Encontro do Movimento dos Tamoios, quando ocuparam o antigo prédio do Museu do Índio, assim nascia a Aldeia Maracanã. Sem-tetos, punks, indígenas, ocupações, um ano antes dos jogos pan-americanos no Rio de Janeiro. Uma fluidez de movimentos e pensamentos contra-hegemônicos, como novas plataformas políticas e de intervenção, transformando a cidade. Se articulando. Se apoiando. Construindo redes e formas de habitar a partir de novos valores (ou de valores próprios), debatidos e construídos no cotidiano (a partir de uma coletividade). Diferentes, mas que se visitam e a cidade é o palco para esses encontros e o resultado deles é concreto. Transformando os restos da velha cidade, que estava à venda, em uma vida repleta de sentidos - ancestral, político, rebelde. Me lembro que na noite de ocupação da Quilombo das Guerreiras, nós passamos em todos os quartos [apartamentos] da Ocupação Chiquinha Gonzaga pedindo um prato e uma colher ou garfo e alimentos. Todos os apartamentos doaram. Assim o Quilombo foi sendo construído.

Foi tudo dividido com tijolo, carrinho, pegamos muito vasos na rua, muito vaso na rua. Uma vez teve um hotel no Rio Comprido que jogou 8 vasos fora, um hotel que estava sendo reformado, fomos lá no Rio Comprido, foi muito garimpo, a Quilombo foi criada através do lixo, e era uma brincadeira nossa dizer também, para fugir da tangente, ocupação, invasão, dizer que a gente não era nem ocupante, nem invasores, que a gente era descobridores, que se era a verdade que na escola ensinavam para gente que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, a gente tava passando por ali e viu um prédio embaixo da poeira e descobriu ele. Várias coisas que a gente vai aprendendo assim. Mas assim a água veio primeiro que a luz, e a água foi uma loucura assim, porque a gente procurava água, não achava, lá atrás enfim, a gente quase perdeu um companheiro lá atrás, a gente tentou negociar várias vezes com o Docas, Direitos Humanos da Alerj, Direitos humanos da OAB, enfim, fomos a toda parafernália que podíamos ir, todos os ofícios que podíamos ir, protocolar, enfim, baseados na 406 do Estado que diz que ninguém pode ficar privado da energia, que é um direito, mesmo que não possa pagar, fomos na Light, pedimos esses órgãos para mediar isso, não conseguimos e procuramos lá atrás em Docas tinham, uma alta tensão, uma alta que jogava para baixa, tinha uma potência ali, para enfim, pedimos a Docas que fornecesse luz, fomos lá conversar com docas pedimos que... o ITERJ

ofereceu, na época forçamos o ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro) a oferecer um aluguel a Docas, para que Docas, através desse aluguel que ele pagaria pelo prédio, deixasse instalar luz e água, que assim a gente instalava a luz eles cortavam, instalava, eles cortavam, a light vinha e cortava, eles mesmos cortavam os guardas. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

A Quilombo foi se transformando por dentro e a cidade, por fora. Rudá já não lembra da rodoviária antiga (antes da obra de ampliação). No início da Quilombo das Guerreiras ia lá diariamente carregar o celular e usar o banheiro, já que não tinha luz e água na Ocupação. Ele mesmo analisa que isso faz parte de um processo de esquecimento e não pertencimento com aquilo que faz parte da sua vida. Ele também não lembra mais como era a Praça Mauá⁵⁴. A apropriação da cidade pelos sem-tetos produz significantes que transformam o espaço urbano, mas o significado ainda está em disputa. É a participação ativa dos habitantes da cidade que transforma o urbano, pois “Na cidade renovada por estas modificações em sua estrutura organizacional e dinâmica sócio-espacial nasceriam um humanismo novo e uma nova democracia” (OLIVEIRA, 2009, p. 21). Os processos de requalificação ou revitalização reaparecem como se não houvesse qualidade ou vida naquele espaço e, de fato, há.

Segundo Lefebvre (apud TONUCCI FILHO, 2015, p.140), “só o proletariado pode investir sua atividade social e política na realização da sociedade urbana. Só ele também pode renovar o sentido da atividade produtora e criadora ao destruir a ideologia do consumo”. Ele, portanto, produz um novo humanismo. Lefebvre também aponta que a autogestão não surge em qualquer lugar. É necessária uma conjuntura, e ela se opõe à construção de um poder estatal. E leva o habitante da cidade à participação, o controle e a gestão do espaço urbano, dada a necessidade das pessoas. Nesse mesmo período, nas diferentes regiões da cidade, eclodiam mobilizações por moradia e pautando o direito à cidade, em decorrência das ameaças de remoção e despejos devido à preparação do Rio de Janeiro para a Copa do Mundo e Olimpíadas. Intensificaram as disputas pelo espaço público. Como podemos ver no comunicado “A ocupação Quilombo das Guerreiras encontra-se sob perigo de reintegração de posse” (Anexo A). O primeiro contato do Seu Ubiratã com a Quilombo das Guerreiras foi para prestar solidariedades, “eu estive no dia da ocupação. Estive eu, Oséias, Bezerra e mais alguns companheiros da 17 de Maio. Nós fizemos uma caravana e fomos prestigiar a Quilombo” (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017).

Todo esse movimento de organização e resistência dos moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras é uma forma da população negra de transformar as circunstâncias

54 A Praça Mauá que eu conheci era uma praça com barracas de comida e fim da linha de vários ônibus, lembro que nos idos de 2005 frequentávamos com os moradores da Ocupação Zumbi dos Palmares para confraternizar.

nas quais eles vivem, esse processo, segundo Abdias do Nascimento (1980), é uma forma dos negros e negras recuperarem a capacidade de conduzir seu próprio destino conforme suas necessidades e, portanto, reaver sua história roubada.

De um lado, é necessário reafirmar nossa tradicional integridade presidida pelos valores igualitários de nossa sociedade pan-africana: cooperação, criatividade, propriedade e riqueza coletiva. Ao mesmo tempo, torna-se imperativo transformar a tradição em um ativo, viável e oportuno ser social, fazendo passar pelo crivo crítico seus aspectos ou valores anacrônicos; em outras palavras, atualizando a tradição, modernizando-a. Tornar contemporâneas as culturas africanas e negras na dinâmica de uma cultura africana mundial, progressista e anticapitalista, me parece ser o objetivo primário, a tarefa básica que a história espera de todos nós. Como integrar um instrumento de uma contínua luta contra o imperialismo e o neocolonialismo, forjada junto com as efetivas estratégias econômico-políticas, essa cultura progressista africana será um elemento primordial da nossa libertação. (NASCIMENTO, 1980, p. 44-45)

A partir dos relatos é possível perceber que a cooperação, a criatividade e a riqueza coletiva são imperativos da Quilombo das Guerreiras e é através do coletivo dos moradores que são reatualizadas as formas de organização comum à população negra. Abdias aponta ainda que a experiência das pessoas negras é uma ação de resistência, inspirada nos negros que fugiam contra a escravidão, mas que é resgatada por todo e qualquer grupo negro que sustenta e dá continuidade à tradição africana. O quilombismo é um movimento político dos negros com o objetivo de criar uma nova sociedade. Um “comunitarismo da tradição africana”, “quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO, 1980, p. 263).

A constatação fácil do enorme número de organizações que se intitularam no passado e se intitulam no presente de Quilombo e/ou Palmares testemunha como o exemplo quilombista significa como valor dinâmico na estratégia e na tática de sobrevivência e progresso das comunidades de origem africana. Com efeito, o quilombismo tem se revelado fator capaz de mobilizar disciplinadamente as massas negras por causa de profundo apelo psicossocial cujas raízes estão entranhadas na história, na cultura e na vivência dos afro-brasileiros. (NASCIMENTO, 1980, p. 3)

A Ocupação Quilombo das Guerreiras se estruturou e se manteve a partir dos seus próprios esforços, a partir de uma organização democrática e descentralizada, construída no cotidiano, com dificuldades e desacordos, mas que a partir de processos coletivos, que foram descritos e avaliados pelos moradores durante as entrevistas, como veremos adiante, modificou a cidade e seus ocupantes. Na Quilombo das Guerreiras todos os moradores tinham que dedicar horas de trabalho para o coletivo, participavam das reuniões e das mobilizações para garantia do imóvel. Num exercício visível de democracia direta e empoderamento popular, como veremos no próximo capítulo.

Figura 11 - Acampamento em frente à Ocupação Quilombo das Guerreiras, em uma das faixas "Lula, cumpra sua palavra. Prédio abandonado deve ser ocupado. O povo precisa de moradia"



Fonte: CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE, 2006.

2 O Coletivo

Quilombos, meus sonhos
 Sofro de uma insônia eterna de viver vocês
 Vivo da certeza de renascê-los amanhã,
 Se um distinto senhor vier me dizer
 Para não pensar nessas coisas
 Vou Ter de matá-lo, confesso:
 com um certo prazer.
 Por menos que conte a história
 Não te esqueço meu povo
 Se Palmares não vive mais
 Faremos Palmares de novo

José Carlos Limeira

Neste capítulo, tenho como objetivo entender como foram estabelecidos os mecanismos internos de organização, cooperação e controle da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Refletir sobre as suas funções e usos diferentes do espaço interno. Durante as entrevistas, percebi que esses mecanismos marcaram a identidade do grupo. Milton Santos (2012) diz que a partir do lugar, estamos condenados a conhecer o mundo pelo que ele já é, mas, também, pelo que ainda não é. Na Quilombo, lugar e ocupante são transformados e transformadores a partir das práticas adotadas, num movimento perpétuo. Construindo um espaço particular. “Diferente do projeto dos atores hegemônicos” (SANTOS, 2012, p. 163). Daí, então, o que se pode ser é o almejado. “O futuro, e não o passado, torna-se a nossa âncora” (SANTOS, 2012, p. 162). O que diferenciava a Ocupação Quilombo das Guerreiras de outro espaço de moradia coletiva era a sua forma organizativa, baseada inicialmente em experiências como a da Ocupação Chiquinha Gonzaga e da Ocupação Zumbi dos Palmares, mas que no decorrer do processo ganhou uma forma própria. Desde o início, essas ocupações foram constituídas a partir de comissões trabalho e com combinados coletivos. Funcionava assim, as primeiras reuniões eram com o grupão, com todos os inscritos para morar no imóvel a ser ocupado, onde se debatiam assuntos como o direito à moradia e formas e normas de convívio no coletivo, depois esses assuntos eram refinados nas comissões, que se reuniam em lugares e dias distintos. Por exemplo, eu participava da Comissão da Cozinha, que ficaria responsável pela alimentação nas primeiras horas ou dias de ocupação.

Normalmente, nós nos reuníamos aos domingos, à tarde, no Campo de Santana. Nesse processo, os espaços e monumentos da cidade, lugares de memória, são apropriados pelos movimentos sociais com outros significados. Além da Comissão de Cozinha, existiam também as comissões de Limpeza, Elétrica e Hidráulica. Essas divisões eram no intuito de organizar as tarefas e funções para o ato da ocupação. Após a entrada no prédio, era orientado ao ocupante participar de todas as comissões. Esse grupo inicial era dissolvido, e os integrantes de cada comissão eram tirados em assembleia, para as tarefas mais urgentes eram convocados mutirões. Ainda no período que antecede a ocupação, tínhamos moradores responsáveis pelo cadastro, caixinha, doações, mas que não chegavam a formar uma comissão. Quando cheguei à Ocupação Chiquinha Gonzaga, todo mundo dormia onde, hoje, é a sala de reunião. Aos poucos foram limpando os andares de cima e ampliaram os quartos coletivos. Nessa época, fizeram um "quarto do apoio"⁵⁵, depois os quartos foram divididos entre os moradores, para isso, foi formada a Comissão de Quartos, responsável pela locação das pessoas. Lembro que os mais idosos foram alocados nos primeiros andares, a Comissão criou os critérios e apresentou à assembleia que acatou as propostas. Um dia, quando eu já morava lá, um vizinho me disse que tínhamos resistência⁵⁶ a transformar aquilo em um condomínio. Ele defendia que tivesse uma pessoa responsável para a administração do local, propunha uma síndica, o que descaracterizaria aquele processo de comissões, que era o espírito da Ocupação.

No aniversário da Ocupação, fazíamos uma comissão de festa. Quando a bomba de água queimava, era tirada uma comissão para cuidar do reparo. Sempre mais que um. A partir das comissões, da construção coletiva do espaço e das assembleias, as ocupações Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras foram se construindo. Tudo baseado na cooperação. Abdias do Nascimento (1980) aponta que esses mecanismos são transformadores. Além de estabelecer a soberania roubada, de domínio e organização do local de habitação, os ocupantes reafirmam valores de uma sociedade negra, coletiva. E sua importância vai além, atualizando a tradição, como instrumento de uma contínua luta. Na ocupação, o espaço influencia o pensamento e vice-versa. Está tudo imbricado. É possível fazer uma analogia com a expressão do sociólogo Robert Park “ao fazer a cidade, o homem refez a si mesmo”. Na Ocupação, o morador modifica e é modificado pelo espaço. A ideia de

55 O apoio era formado por pessoas ligadas aos movimentos sociais ou a pessoas solidárias que participavam da Ocupação, mas não se tornariam moradoras.

56 Ele se referia ao movimento do qual eu pertencia, a Frente de Luta Popular, que atuava para o fortalecimento do coletivo.

coletivo desenvolvida na Ocupação Quilombo das Guerreiras tem como princípio “a negação do personalismo e da autoridade”, como apresentado no capítulo 1, não existiam modelos já consolidados, do início da Ocupação Chiquinha Gonzaga à Ocupação Quilombo das Guerreiras foram apenas dois anos de diferença, portanto, tudo era passível de ser decidido, re-combinado, transformado pelo coletivo.

Figura 12 - Entrada da Ocupação Quilombo das Guerreiras



Fonte: AGÊNCIA BRASIL, 2013

2.1 O espaço coletivo

Na Quilombo das Guerreiras, “foi dado o livre arbítrio para cada indivíduo escolher os andares” (Depoimento de Rudá, 07/08/2016). O imóvel abandonado por Docas tinha cinco andares, foi um prédio comercial no passado. Tudo isso orienta para a divisão do espaço. Por exemplo, as ocupações Chiquinha Gonzaga e Vito Giannotti, no Morro do Pinto, são antigos hotéis, então todas as casas têm banheiro individual, no caso da Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras, o banheiro era coletivo. Na Chiquinha Gonzaga, todos os quartos têm a mesma metragem, independe do número de pessoas da família. Na Quilombo das Guerreiras, segundo o relato de Rudá, as pessoas solteiras ficaram com os quartos menores e as pessoas casadas e/ou com filhos, em quartos maiores. As normas criadas para alocação das

famílias não estão orientadas na meritocracia - quem estava desde a primeira ocupação, por exemplo, mas sim na necessidade. O que já aponta uma posição contra-hegemônica na organização do espaço.

Muitos espaços já estavam praticamente prontos, já estavam lá. A estrutura do prédio oferecia isso, muitos espaços já estavam prontos. Outros espaços, as pessoas tinham que, os possíveis moradores, dar um jeito, colocar madeira, foi usado muito, madeirite e outras coisas mais. Pra fazer uma estrutura. Para dar mais privacidade. Quando chegou o processo de divisão de espaços, acho que foi bastante tranquilo. Agora, quando você fala com a convivência com o vizinho, aí que começam os atritos. Porque, sei lá, a gente ouvia nas reuniões: “O filho de fulano estava gritando do lado da minha casa, e eu não conseguia dormir, e tenho que acordar cedo pra trabalhar.”. Geralmente, em nossas reuniões, a gente escutava alguma coisa dessas. A gente escutava: “O fulano estava ouvindo rádio, meia-noite, ouvindo rádio, eu batia na porta dele, e ele falou que ia continuar”. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

No depoimento de Rudá é possível perceber que com a divisão do espaço surgiram os primeiros conflitos de vizinhança, a reunião dos ocupantes se torna um espaço para resolução desses conflitos, como veremos adiante, criando instrumentos para a organização interna. Rudá relata que assim que entraram no prédio, os moradores começaram a construir a cozinha coletiva, “com muita dificuldade porque não tinha água nem luz” (Depoimento de Rudá, 07/08/2016), as condições estruturais da Quilombo das Guerreiras impediam que cada um montasse a própria cozinha, mas a ideia da cozinha coletiva vai para além da alimentação, ele traduz como um espaço de “autoafirmação” do coletivo.

Nossa primeira cozinha foi no primeiro andar. (...) Era onde era aquele espaço ali entre Janine e Iraci. Já tínhamos conseguido fogão. Nesse período, muitas pessoas já haviam doado bastante estoque do básico: arroz, feijão, macarrão e óleo. A gente tinha essa equipe de cozinha, que foi dividida. Essa equipe de cozinha, mas, fatalmente, se eu cozinhava num dia, eu estava num segundo dia, num terceiro, no quarto e no quinto, todo dia. Eu nunca saía (...) Acho que as outras equipes trocavam, e eu permanecia nessa equipe, que é uma coisa que eu gosto de fazer. E, eu acho que foi bastante para a construção desse coletivo, para a autoafirmação desse coletivo. Duas coisas foram primordiais. A própria questão da vivência desse espaço coletivo onde a gente dormia, porque não tinha outro espaço. A gente dormia todo mundo junto. E a outra questão foi a questão da cozinha coletiva, porque, além de ser uma cozinha coletiva, havia uma certa sociabilidade. Porque, ali, cada um falava uma coisa, outro falava outra. Sei lá, tem que buscar uma doação, em tal lugar, assim assado. “Quem é que vai? Ah, você pode ir?”. E aí perguntava: “Como está sua mãe, como está seu pai?”. Tinha aquela interação entre as pessoas que ali estavam⁵⁷. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Rudá aponta a cozinha e os quartos coletivos como espaços de troca, esse papel que ele coloca na cozinha é muito familiar para mim, nas casas que morei a cozinha sempre foi o principal cômodo. O espaço tem valor de troca não mercantil, ele pode orientar as relações

57 No relato de Rudá, ele não circulava entre as comissões, mas desde o regimento interno da Ocupação Zumbi dos Palmares, que foi o mesmo acordado pelos integrantes de Quilombo das Guerreiras e só ganhou revisão após a ocupação, a aptidão foi levada em consideração no trabalho a ser desenvolvido no coletivo.

humanas, afetiva ou hostil. A cozinha - lugar onde se faz a comida - para a elite branca é um lugar social dos negros, que reafirma estigmas. Para a população negra, pode ser um lugar de reconstruir laços com a sua própria história e povo: a cozinha de axé, a feijoada, a festa passa por ela. Em meados do século XIX, mulheres negras escravas e livres vendiam angu em barracas instaladas em pontos como a Prainha, na Praça Mauá. Esse era o principal alimento dos homens negros escravizados e libertos. Os lugares onde o angu era vendido eram chamados de zungús, além de comida, era um ponto de encontro dos negros para conversarem, se divertirem e dali eram elaborados de levantes até esconder negros escravizados em fuga. Nos zungús também se organizava a coletividade negra. A luta pela moradia é a luta pela cozinha também, os valores de cooperação são centrais nela. Rudá segue:

Mas, eu acho, eu posso estar completamente errado, mas eu acho que uma das primeiras coisas que dá uma balançada numa ocupação é quando ela se desliga dessa cozinha coletiva. Não sei, é um pensamento meu. Acho que a cozinha coletiva é o coração de uma ocupação, aquele momento ali de interação. E quando ela acaba, acaba com cada um cuidando de si mesmo. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

A gente ouvia, nitidamente, as pessoas falando: “Eu quero ali, eu quero aqui, eu quero acolá, aquela coisa.”. E acho que foi justamente esse processo que foi quando começou essa questão do individualismo. De cada um por si e Deus pra todos. Eu acho que esse processo é muito danoso. Por isso, a gente sempre coloca que, essas questões da vida coletiva, ela é muito mais diversa, ela é muito mais eficaz em todos os sentidos. Quando você parte para a questão do individualismo, a coisa quebra, você quebra o encanto das questões. Isso não foi diferente em Quilombo, não. Aí, num primeiro momento, se acaba com essa cozinha coletiva, porque já existia a possibilidade de cada um dividir os seus espaços. Então uma das primeiras coisas que eu vou entender como desestabilizou mesmo foi a questão da cozinha coletiva. Como eu te falei, era um espaço que além de ser um espaço onde você se alimentava, era um espaço de interação e de sociabilidade. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

De sociabilidade e também formação sobre o que seria a conduta num espaço coletivo, o próprio Rudá me relata “não era na minha casa, que eu abria a geladeira e pegava o que eu quisesse. Fazia bolo uma hora da manhã, dez horas da manhã e batia a porta” (Depoimento de Rudá, 07/08/2016). A cozinha coletiva era um espaço comum a todos, logo deveria estar submetido às regras coletivas, mas, a princípio, não tinha regras predefinidas ou combinadas, segundo pude observar no local. Ela foi se dando no cotidiano, a partir de um entendimento comum do que seria o espaço coletivo e os limites dele. Conseqüentemente, a regra começa a mediar a experiência coletiva, ela é fruto da experiência acumulada no dia-a-dia. Rudá completa: “Então, entender esse espaço coletivo, no início, pra mim, foi muito pesado. Eu acho que, pra uma boa parte dos moradores de lá” (Depoimento de Rudá, 07/08/2016). A cozinha, de fato, tem um papel no imaginário do morador. A entrevista com o Iberê começou

assim: “Quando eu cheguei lá, a Quilombo tinha três meses de ocupação, já não tinha cozinha coletiva. Cada um já cozinhava na sua própria casa” (Depoimento de Iberê, 31/07/2016). A partir da leitura de Rudá, entendi o relato do Iberê, como "cada um já cuidava de si", mas Iberê também me deu pistas dos frutos deixados por esse espaço de cuidado e troca, como pude perceber em seu próprio depoimento de quando chegou à ocupação: “Eu pedi uma moradia, e o coletivo aprovou e me deu um quarto. Nesse quarto, eu fiquei três meses, três meses dormindo em colchonete de acampamento que Dona Míriam me deu. Depois que o coletivo me aprovou, Dona Míriam bateu no meu quarto me desejando boa sorte e me doou o colchonete” (Depoimento de Iberê, 31/07/2016). A construção do espaço é tão significativa para a construção do coletivo, enquanto grupo, que no relato de seu Peri primeiro são criados os espaços e depois o coletivo ganha nome.

Depois o pessoal foi entrando aos poucos e dali nós... foi o encaminhamento de faz... arrumar os quartos, que eu morei no terceiro andar (...) Depois da reunião cada um ia para o seu quarto. Tinha cozinha... aí, depois da cozinha, nós começamos a comprar as coisas que eram fogão, os materiais, de alimentos, e foi uma coisa... e dali nós fomos aguentando aquele vindo doações, encontrando os amigos também, dando força para as pessoas também entrarem, que estava sem casa, sem moradia. E ali nós fomos batizar o prédio como Quilombo da Guerreira. (Depoimento de Peri, 20/03/2017)

Além da cozinha, existiam na Ocupação outros espaços como os quartos coletivos, o salão de reunião e as áreas externas, mas, para Rudá, elas tinham propósitos diferentes:

O quarto de dormir (...) a pessoa batia ali e já apagava. Mas, na cozinha, não tinha esse propósito mesmo. Além de ser um espaço para se alimentar, tinha essa questão de interação, a gente batia papo sobre tudo e tinha essa interação quase permanente no espaço da cozinha. E, então, a partir disso, acho que houve uma das primeiras reuniões. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

2.2 O regimento interno

A Quilombo tem um "pé na cozinha"⁵⁸, mas o mecanismo que fornece características sobre os métodos de organização do grupo nasce na sala de reunião, nas assembleias, o Regimento Interno, que um conjunto de combinados, que se tornaram regras, passíveis de punição e expulsão do coletivo. Antes da ocupação, uma proposta de regimento foi apresentada e debatida com os futuros moradores, o adotado na Quilombo das Guerreiras foi similar ao da Ocupação Zumbi dos Palmares. A ideia do regimento é organizar a ocupação após a entrada no prédio e depois ele se readéqua às necessidades e demandas de cada local. É possível fazer uma comparação com qualquer conjunto de normas e lei, que podem ser

58 “Pé na cozinha” é uma expressão racista, mas trouxe aqui para reafirmar esse lugar de libertação a partir da afirmação da negritude e do papel desse espaço para a formação do coletivo.

revistas ao logo do tempo, e também sua aplicabilidade, umas pegam e outras não, e o desrespeito é passível de punição. Os casos excepcionais são analisados conforme os acontecimentos. Eu me lembro de que nos primeiros dias de ocupação o Rudá Carlos, um membro do coletivo, foi expulso por violência doméstica. Rudá Carlos participava da construção da Quilombo desde o início - da "primeira tentativa", era evangélico, trabalhava como catador, muito comprometido com a construção política da ocupação, participava de várias comissões, mas, em uma discussão, Rudá Carlos agarrou a sua namorada e ameaçou jogá-la pela janela do prédio. Na hora, um monte de gente interveio, e, num misto de confusão, indignação e reunião, tudo ao mesmo tempo, ele foi expulso da Quilombo das Guerreiras, seu cadastro passou imediatamente para a sua companheira. Ele saiu sem reclamar, sabia dos combinados, conforme pude presenciar.

O regimento interno é uma carta direcionada para a gente se organizar internamente. É uma regra da organização interna, é uma regra de condomínio, bom viver para ter uma boa convivência. Não podia roubar, não podia matar, não podia chamar polícia. A polícia na Quilombo não podia entrar, tinha que resolver no coletivo. Coletivamente. Tinha que levar para reunião, tinha que ser resolvido politicamente. Nós somos, nós éramos apartidários, não tinha partido, não tinha religião dentro da Quilombo, o coletivamente não, individualmente sim, cada um tem a sua crença. Tinha o Regimento Interno, era o norte da situação. Esse Regimento Interno foi votado pelo coletivo, organizado e votado pelo coletivo. Nada mais é do que regra de convivência. (Depoimento de Iberê, 31/07/2016)

Mas não é condomínio, como relatado anteriormente.

Para entender o Regimento Interno, pedi aos moradores que definissem o que era para eles o coletivo:

E quando eu me deparei a proposta de quilombo que era coletivo pensar no próximo e não pensar em si tinha uma ideia ao encontro do que eu pensava tanto que a minha casa era aberta, quem quiser chegar na minha casa chegava (Depoimento de Iberê, 31/07/2016)

Era um processo onde o coletivo era a base coletiva da autogestão. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

Você está num espaço, onde é todo mundo ali naquele espaço (...) o seu problema passa a ser o meu problema. O problema do outro passa a ser o meu problema também. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Que eu acho que a gente vai viver a vida inteira e não vai conseguir definir um coletivo, embora a gente possa falar por experiência e por sentimento que é um coletivo, uma palavra singular que é tão plural. É essa pluralidade onde muitas vezes está fadada ao fracasso, porque você tem que dialogar com a maioria, tem que chegar ao consenso, mas você não pode esquecer da subjetividade, não pode esquecer que cada ser é um indivíduo, então a grande dificuldade do coletivo é essa. É você propor encaminhamentos, encaminhar decidir coisas que esse coletivo decida, sem esquecer de quem são essas pessoas nas suas vidas individuais, ou seja como cada coisa atravessa a gente. Como cada ser ali é uma história, cada ser vem de um lugar. Houve vários trabalhos sobre esses coletivos, esse movimento, esse

pêndulo, esse movimento migratório de vir do Nordeste para cá, de vir do Nordeste para favela e descer da favela. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

Todos os problemas tinham que passar pela reunião, quase todos, inclusive problema ali que não passasse na reunião onde as pessoas davam seu parecer, davam o encaminhamento. E realmente muita atividade, as coisas funcionavam por comissões. Eu, sinceramente, fiquei deslumbrado com a organização da Quilombo das Guerreiras. (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017)

Realmente não existia diferença porque, nas duas formas, quem decidia era o coletivo. Tanto nas reuniões semanais na Quilombo quanto nas reuniões mensais que era feita na 17 de Maio. O coletivo determinava o que deveria ser feito naquele mês, que fosse a instalação hidráulica de uma rua ou a fiação de alguma outra. Tudo praticamente era resolvido nas reuniões. A plenária era soberana. Na Quilombo das Guerreiras também. Quem decidia era o coletivo. Não tinha diferença⁵⁹. (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017)

A partir dos relatos acima é possível dizer que o coletivo é um espaço aberto, autogestionário, plural e que se adequa a diferentes realidades, com a mesma proposta, onde política e coletivo se tornam sinônimos. “A Quilombo, eu sou suspeito de falar, eu já tive dor de cabeça com a Quilombo coletivamente, mas sempre resolvi, tentei resolver, politicamente. Coletivamente. Quando eu falo politicamente, é coletivamente” (Depoimento de Iberê, 31/07/2016).

O coletivo, ele trabalhava em comissões. Todas as pessoas participavam de alguma comissão. Tínhamos finança, tínhamos elétrica, hidráulica, outra que eu não estou lembrando. Tudo funcionava em comissão, e essa comissão prestava contas, essas comissões, através de um representante, ela prestava contas na reunião de avaliação. Trabalho de portaria. Chegava no dia de avaliação, era prestado contas. As pessoas que fizeram suas portarias, a finança a mesma coisa, a parte hidráulica que foi feita, a elétrica. (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017)

O Regimento Interno organizava essa experiência. Rudá descreveu como foi a experiência de construção do Regimento “mais definitivo”.

O pessoal que estava tentando organizar isso tirava uma coisa, colocava outra. Então, quando estava, mais ou menos, pré-desenhado para levar para o coletivo, para o coletivo discutir ponto a ponto, e aprovar ou não (...) acho que demorou alguns meses, sei lá, da entrada, sei lá, 6, 7, 8 meses, por aí, e que naturalmente, durante o percurso, ele também teve outras transformações, foi inserido, foi retirado alguma coisa. Mas, nesse primeiro momento da construção desse regimento interno, foi... ah, uma coisa bastante importante era que nós tínhamos reunião todos os dias. A gente tinha essa necessidade de ter reunião todos os dias pra saber o que estava acontecendo. Como é que estava o andamento do processo, se íamos ser despejados, se não íamos ser despejados, quem está do nosso lado, quem está contra nós, como está essa interlocução entre Companhia Docas do Rio de Janeiro. E, me parece, que eram também as meninas da Mariana Criola⁶⁰, que teve também uma participação, junto com o ITERJ, tinha todo esse emaranhado de pessoas que estavam envolvidas,

59 Seu Ubiratã faz uma comparação entre as experiências da Ocupação 17 de Maio e Ocupação Quilombo das Guerreiras.

60 Mariana Criola é o coletivo de advocacia popular que advogava para a Ocupação.

e estavam sempre trazendo informações pra esse coletivo⁶¹ (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

As reuniões também eram necessárias para a gente saber o que está acontecendo no prédio, o que está acontecendo com as pessoas. Porque as pessoas trabalham em horários diferentes, então nem todo mundo vê todo mundo todo dia, então é necessário uma reunião para saber o que está acontecendo com as pessoas. Eu achava bom, mas o ser humano que nem eu falei, é complicado, existem pessoas que seguem as normas e tem as que não, é complicado. (Depoimento de Yara, 19/03/2017)

Yara observa as disparidades nos espaços coletivos. “Nem todo mundo participava porque nem todo mundo gostava de falar. Porque também tem um certo problema, uns falam mais, outros falam menos, às vezes outros querem falar, os que falam mais aí inibe os que querem falar, e assim, e assim vai” (Depoimento de Yara, 19/03/2017). O direito à voz é diferente de todo mundo manifestar a voz. Yara não prolongou o debate sobre falas e silenciamentos, mas a partir dessa reflexão podemos registrar que isso não passava despercebido pelo coletivo. E foi nesse espírito se deu a construção do Regimento Interno, em reuniões, com falas, debates e acordos. Rudá se recordou que uma das proibições do regimento era não poder portar armas dentro do coletivo. O uso de drogas também era proibido. O documento determinava o uso do prédio para moradia exclusivamente e estabeleceu as comissões de trabalho e portaria.

A gente ouvia aquelas sugestões todas, íamos para os nossos travesseiros, dormíamos, e, no dia seguinte, ou dois dias depois, ou na semana seguinte, a gente voltava de novo com essas discussões da construção desse regimento interno. E, por isso que estou falando que demorou bastante tempo para a gente finalizar a construção desse regimento interno. Porque, às vezes, tinha uma coisa que estava meio discordante. Aí, aquilo saía e vinha uma outra coisa para substituir aquele item. Mas, o tempo, em si, eu realmente não me lembro. Mas, nos primeiros meses, eu sei que não foi. Ela não estava muito pronta nos primeiros meses. Acho que a partir do primeiro ano de Quilombo, primeiro ano, meio de 2007, por aí. Acho que já se tinha uma prévia do que seria um regimento interno, que acho que ele foi sendo adaptado ao longo dos anos. Ele foi tendo transformações ao longo dos anos. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Rudá relata que foi um processo demorado, com espaço para a divergência e tempo para pensar sobre as aplicabilidades das normas e que mesmo assim foi rediscutido diversas vezes. Aruana observa que esse instrumento marca a subjetividade do coletivo e diz quem era

61 Como na Ocupação Chiquinha Gonzaga, que influenciou a organização da Ocupação Quilombo das Guerreiras, além das reuniões que já acordadas, qualquer pessoa poderia solicitar uma, a depender da urgência que o assunto precisava ser tratado ou levar para a reunião geral alguma pauta, como podemos ver no relato abaixo do Rudá: “Eu me lembro muito bem do Sr. Paulo: “Reunião”. E a gente com sono. E eu me lembrava muito bem porque morava no andar da reunião. A gente levantava. Aí: “Fulano entrou com uma mulher de rua pra cá.” Era maior de idade? Ele leva pra casa dele quem ele bem entender. Poxa, me chamou pra uma reunião pra me dizer que o cara levou uma mulher de rua. O problema é dele. Desde que não traga prejuízo para o coletivo, ele leva pra casa dele quem ele bem entender. E então tinham essas coisinhas assim.” (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

o coletivo. Como apresentei no início do texto, cada morador vinha de experiências de moradia distintas. O Regimento Interno baliza as fronteiras.

Regimento na Quilombo por exemplo, ele foi rediscutido 4 vezes, é impressionante que todas as ocupações o primeiro regimento que caiu, o primeiro regimento que caiu em todas as que eu frequentei, Chiquinha, Zumbi e Quilombo, primeiro regimento que caiu era sobre criações de animais. É importante como as pessoas desenvolvem afetividade com seus bichos, e elas não pensam deixar na casa dos parentes, deixar... importante como o animal, ele passa a ser um membro familiar, então assim, na Chiquinha caiu, na Zumbi caiu e na Quilombo foi o primeiro assim. Primeira defesa do primeiro regimento era a proibição de animais desse espaço coletivo e aí, é um pensar esse coletivo com toda sua subjetividade, quem é esse coletivo que... e assim, 70 famílias imagina, agora vocês vão viver aqui e vocês vão se amar, mentira. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

Muito perguntava na portaria o que era isso uma invasão? Uma invasão? Não, uma ocupação, esse prédio estava abandonado há 20 anos, há 18 anos. Nós (...) vamos fazer moradia social, aqui tem regimento interno, não bando de maloqueiro. (Depoimento de Iberê, 31/07/2016)

Analisando o relato de Iberê, vemos que o Regimento Interno é o que marca a soberania daquele grupo e que esse instrumento os difere de outras ocupações não organizadas com apoio de movimentos sociais, nas próprias palavras de Iberê, eles se "organizavam politicamente". Afirmção de soberania, já que, o coletivo escolhia suas próprias formas de organização e resolução de conflitos. Tanto Rudá quanto Iberê relatam o mesmo caso para falar da aplicabilidade do Regimento Interno e a relação com agentes externos. Eu estava na ocupação neste dia.

O Lúcio⁶² tinha suas virtudes, mas ele era muito intransigente. Tinha que ser do jeito que ele quer. Eu lembro uma vez que roubaram um triciclo. Ele tinha um rapaz que andava com ele, e esse rapaz roubou o triciclo. E ele morava com o Lúcio, na casa do Lúcio e ele levou triciclo. Aí eu, inocentemente, passando ali por aqueles Camelódromo ali da rodoviária. Que nem existe mais, é outro lugar que sumiu do mapa. Ali tinha um camelódromo, que ia de ponta a ponta, debaixo daquela passarela até a frente da rodoviária. Eu ia comprar quentinhas ali, todas essas besteiras ali naquela área. Eu cheguei, juro por Deus, sem maldade, e falei com Lúcio: "Seu amigo está lá sentado na rodoviária." E aí, o Lúcio: "O quê?" Você não sabe o que aconteceu: o Lúcio pegou ele pelo pescoço e foi arrastando ele de lá até a ocupação. Nisso, começou a gritar: "Reunião, reunião." As pessoas que estavam no prédio desceram, era de dia. Ele pegou um pedaço de pau e falou: "Ele que roubou o nosso triciclo". E começou a bater nele e disse: "Olha, não vem não, quem vier vai apanhar também". (...) Ele só parou depois que a Aruana entrou e disse: "Então você vai ter que dar em mim." Aí, ele parou. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Lúcio foi expulso. Não foi a Quilombo que chamou a polícia, foi o Lúcio que chamou a polícia, que disse que não ia sair, mas quando o policial chegou lá e viu Regimento Interno na parede e leu o regimento interno, falou "Você está errado". "Você leu Regimento Interno? Entendeu o Regimento Interno? Aprovou o Regimento Interno? Então, você tem que acatar o regimento. Nós nunca tivemos trabalho com as pessoas que moram aqui no prédio." Na Quilombo, até os policiais

62 Foi um morador da Ocupação Quilombo das Guerreiras, ele participava desde a ocupação do imóvel da Alcindo Guanabara.

respeitavam a Quilombo, políticos respeitavam, porque sabiam o que era Quilombo. (Depoimento de Iberê, 31/07/2016)

O relato de Iberê demonstra uma funcionalidade prática do Regimento Interno, que proibia que a Polícia fosse chamada para resolver problemas internos da Ocupação, servia como uma fortaleza até os olhos do Estado, que reconhecia aquele instrumento de organização como legítimo, e se submeteu a ele. Iberê conta também quando os novos moradores chegavam à Ocupação Quilombo das Guerreiras eram apresentados ao Regimento Interno que ficava colado na parede e “tinham obrigação de entender. A regra ali apresentada é para a boa convivência” (Depoimento de Iberê, 31/07/2016).

A gente falava nas reuniões assuntos em gerais, o que fulano fez, se ele fez uma coisa certa, a pessoa se inscrevia, elogiava a pessoa. Se a pessoa fizesse alguma coisa errada, a outra pessoa que sabia que ela fez o errado, ela se inscrevia e falava o que a pessoa fez e depois a pessoa tinha voz para rebater o que ela falou e muitas coisas eram burladas. (Depoimento de Yara, 19/03/2017)

Nossa portaria começava às 4h da manhã, de duas em duas horas, até as duas horas. Nós tínhamos que tirar portaria. Tinha que lavar o prédio. Os moradores do segundo andar tinham que lavar o prédio do quinto ao térreo de 15 em 15 dias ou os moradores do terceiro andar tinham que lavar o prédio do quinto ao térreo. Aquele morador que não podia se encaixar naquele andar naquele dia, se encaixava em outra escala e era notado organizado. Tinha finanças. Quando o morador não participava, tinha comissões acumuladas. Eram 8 comissões de limpeza por mês, varrer o prédio lavar o prédio, cada morador da ocupação ficava responsável por anotar as suas comissões e dos moradores dos andares. (Depoimento de Iberê, 31/07/2016)

Então, nós tínhamos necessidade de termos reunião todos os dias. E também era muito interessante porque a gente conseguia entender um pouco dos anseios, das pessoas, das dificuldades, enfim, que, a princípio, uma das coisas bastante interessantes, nesse processo dessa vivência coletiva, é conseguir participar dessa vivência, no dia a dia. Entender um pouco do outro. Porque você está num espaço, onde é todo mundo ali naquele espaço. Não é que ninguém seja de ninguém, mas o seu problema passa a ser o meu problema. O problema do outro passa a ser o meu problema também. Então, naturalmente, algumas pessoas tiveram esse tipo de dificuldade. A própria questão da convivência coletiva. Ela tem esses desacertos, da questão mesmo da empatia, de você: “Ah, não gosto de fulano.”. Ok, você até pode não gostar de fulano, mas você não vai transformar isso num malefício para atingir todo o coletivo. Então, essa questão da empatia surgiu também nesse processo coletivo, mas eu acho que, ao longo do tempo, a coisa foi ficando mais suave, estava mais tranquila. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Através da reunião, os moradores se conheciam e construíam a Ocupação. Um processo dialético. De identificar e se identificar. De construir caminhos e saídas. Segundo Iberê, a reunião também servia de espaço de acolhimento das angústias e para a construção desse entendimento coletivo. Tudo cabe e o que não cabe é decidido naquele espaço também. Rudá lembra que os “apoios” também participaram da construção do Regimento Interno. Eu, na Quilombo, pertencia a essa categoria. A Quilombo, me lembro, ainda dividia o apoio em dois grupos: o interno e externo, internos eram os que participavam do cotidiano da ocupação. Nas primeiras semanas de ocupação, eu morei lá, íamos em casa raríssimas vezes. “E, no

processo de construção desse Regimento Interno, teve a participação daqueles que estavam apoiando a ocupação na época. Junto com os moradores, óbvio, porque, nada que era feito, não podia ser feito por ser feito, tinha que ser feito com o aval do coletivo”. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016). Para mim, essa marca a passagem da ocupação dos movimentos sociais, da FLP, CMP ou Farj, por exemplo, para a ocupação dos moradores. Eles se tornam donos do processo e fazedores da própria história, que pode ter sido impulsionada no início por grupos, mas que agora só diziam respeito a eles. “O coletivo sempre tinha que dar o parecer final”. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016) Eu mesma me lembro de um dia que propus alguma coisa no coletivo, já não me recordo o quê, e que não foi acatado pelo coletivo, na verdade não teve nenhum voto, só os moradores votavam. Lembro que fui até motivo de riso dos meus companheiros de militância, mas, nesse momento, consigo enxergar esse fato como a construção da autonomia daquele coletivo, ali eu não representava a FLP. Integrar um movimento que organizou a ação não me dava poderes diferenciados. Durante a minha militância no movimento de moradia, comumente falávamos: a Ocupação Carlos Mariguela, foi do MTST, a Manoel Congo, do MNLN, a Olga Benário, da Fist. A Quilombo foi dela mesma e marcou a identidade dos seus moradores. “Quilombo era um sobrenome de Aruana, de todos os moradores ali, nossos sobrenomes desapareciam, não era Aruana Silva, Rudá não era Rudá Souza enfim, Nildes não era Nildes Moraes, Ubiratã não era Bin, não era, não eram sobrenomes, era Ubiratã do Quilombo, era Regina do Quilombo, Rudá do Quilombo. Uma ocupação sem-teto, o nome dela passa ser teu sobrenome” (Depoimento da Aruana, 18/04/2017).

Quando eu entrevistei o Iberê, perguntei se ele lembrava de algum dos movimentos sociais que participaram da construção da ocupação, ele puxou da memória uma sigla, mas aquilo não fazia sentido para ele. A Quilombo constituía seu próprio movimento social, com suas bandeiras, carta de princípios e integrantes, que iam de libertadores do seu próprio povo a fazedores da cidade. Esse ponto é uma interseção entre o direito tradicional, das pessoas negras que lá vivem e constroem a sua história, e dos novos direitos, numa perspectiva ampliada de acesso.

Não é só a casa que está em disputa, é o espaço urbano, é onde estão alocadas escolas, hospitais, espaços de lazer na cidade e quem tem acesso a elas. Era um direito e implicava em outras questões. Quando a gente está na questão de uma moradia digna, ela não abrange só a questão da moradia. Ela tem diversas vertentes. Você se torna uma outra pessoa. Você tem um outro tipo de entendimento. Não é só a moradia em si. Você tem outros caminhos para percorrer nessa questão da moradia. A moradia está aqui, e vai saindo várias vertentes dessa moradia. E então, eu comecei a entender essas diversas, essa diversidade de possibilidades, a partir da moradia. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

O problema de moradia talvez seja o primeiro problema que a gente tem que resolver, mas se meu filho quebra a perna, eu preciso de um raio-X no hospital. Não adianta estar morando perto de um prédio que não tem uma professora na escola, não adianta eu não ter dinheiro para pagar a passagem, enfim. Não é uma coisa... e eu acho que a luta por moradia, ela se tornou isso, não só a questão da moradia, então as lutas dessas ocupações no Rio, elas sempre foram lutas plurais. E eu acho que esse é o ideal do coletivo, o coletivo ele não muda uma realidade, ele não atravessa uma realidade, ele não é um governo, ele não é o Estado que vai te dar e vai te dizer agora se fode aí sozinho. O coletivo ele precisa pensar junto, quais as outras coisas que têm que resolver na vida. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

David Harvey (2008) aponta que o tipo de cidade que queremos não está divorciada do tipo de laços e relações sociais que desejamos. O direito à cidade não se dá no acesso individual, ele é coletivo, como o processo em curso na Ocupação, portanto, quando os moradores se organizam para refletir e intervir nos seus cotidianos, eles estão transformando a cidade. O Regimento Interno não produzia apenas um coletivo organizado. Como todo conjunto de leis, produz injustiças e/ou descontentamentos, e isso aparece de forma recorrente na fala dos moradores. “Todos nós éramos obrigados a participar da mesma forma” (Depoimento de Yara, 19/03/2017).

As pessoas reconheciam que havia necessidade, serviço tem que ser feito. Então, a partir disso, as pessoas faziam com muita alegria, com muito empenho. Geralmente os mutirões eram um sucesso, um determinado serviço que a gente pensava que ia levar horas acabava naquele dia, o serviço era encerrado naquele dia mesmo. Até criança participava. Nós tínhamos um grupo de crianças muito grande que ia na limpeza do prédio era geralmente no sábado, era adesão quase 100%, poucas pessoas faltavam. Era bonito ver o empenho das pessoas, na limpeza, na lavagem do prédio, era animador. (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017)

É perceptível nos relatos dos ocupantes essa contradição: da importância desse instrumento, apontado como estruturante da Quilombo das Guerreiras. No entanto, seus efeitos nem sempre são interpretados pelo coletivo como justo, mesmo sendo retirado a partir de um encaminhamento coletivo, onde todos os envolvidos têm direito a fala, isto é, defesa e acusação. O descumprimento do Regimento Interno era passível de expulsão do coletivo, isto é, perderia a vaga na Ocupação, uma medida extrema se tratando de sem-tetos. Aruana analisou o que foi essa política:

É bem subjetivo essa fala, mas eu acho que a força da Quilombo partiu muito daí e foi um coletivo organizado com muitas dificuldades muitas brigas e, muita expulsão, muita expulsão. Quilombo, acho que foi a ocupação, que eu tenho conhecimento, que mais expulsou pessoas, foi um dos coletivos mais intolerantes de todos os coletivos que eu conheço (...) o coletivo mostrou que mandava e acabou mostrando por fim que ele que mandava, e aquilo tudo era... mas, assim, dentro dessa convivência e dessa intolerância mesmo, acho que por alguns fazerem parte de outros processos políticos vacilou. O regimento interno previa o seguinte, a pessoa era advertida na assembleia se ela fizesse alguma coisa que o coletivo julgasse errado, se ela insistisse ela tomava uma semana fora de advertência. Hoje a gente analisa o que é um sem-teto uma semana fora do prédio, mas, enfim, foram regimentos que foram criados anterior ao prédio, se aquela pessoa insistisse, ela tomava 15 dias fora, então ela ia ter que arrumar 15 dias a casa de alguém passar

fora da convivência coletiva, e aí a gente continua pensando se ela pega mais 15 dias fora convivência coletiva o que ela vai assimilar em relação a esse coletivo. E se ela insiste, um mês, e aí se ela insiste, expulsão. Eu acho que de todas as ocupações, a Quilombo foi a que mais expulsou. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

Para Iberê, o regimento funcionava. “Uns achavam que era rígido demais, para outros era correto. Eu achava que tinha que ter um bom senso. Para alguns casos sim tem que ter uma rigidez sim, depende da ótica” (Depoimento de Iberê, 31/07/2016). Tuane já relata uma injustiça contra a própria família produzida pelo coletivo “minha mãe já passou maior humilhação na Quilombo” (Depoimento de Tuane, 31/07/2016). Ela conta que seu irmão mais novo pegou um celular num passeio com as crianças da Ocupação. “Um telefone sem bateria para brincar” (Depoimento de Tuane, 31/07/2016), mas o menino foi acusado de roubo e a culpa recaiu sob sua mãe. “Fiquei com muita raiva”, me diz. Ela relata que alguns moradores “bateram no peito dizendo que tinha que expulsar mesmo” (Depoimento de Tuane, 31/07/2016). “Uma coisa que eu achava errado é que eles expulsavam por nada”. “O Regimento era respeitado, o horário de som ligado, não podia drogas lá dentro, era um prédio calmo” (Depoimento de Tuane, 31/07/2016). Tuane avalia o processo de expulsão: “Tinha muita intriga. Na hora de expulsar as pessoas ficavam de panelinha”. Já Yara justifica as punições e as regras impostas pelo Regimento. “É inadmissível uma pessoa que é envolvida com o tráfico morar aqui dentro da ocupação, e várias outras coisas que não têm cabimento essa pessoa morar dentro de um prédio com pessoas, com pessoas idosas e com crianças, então não há condições de morar com pessoas assim” (Depoimento de Yara, 19/03/2017).

Eu acho que o tema não é bem punição, porque ocupação é como se fosse a nossa casa, porque a gente vai morar ali. Então a gente tem que cuidar, zelar e não pode ter bagunça, porque existem pessoas que realmente não querem saber de morar em ocupação, querem morar dentro de uma ocupação para tipo, como fala? Na esperança de ganhar indenização, alguma coisa assim, ele não vai pelo fato dele morar em coletivo, ele não vai para brigar por moradia. Então eu acho que acontecia às vezes as expulsões, porque as pessoas mereciam, faziam coisas assim que não tinha como conviver com aquela pessoa. Então o que eu sempre disse no coletivo, como várias outras pessoas, o coletivo nunca expulsou ninguém, a própria pessoa é que se expulsava, porque eu acho que não há condição de um cara viver dentro de um coletivo se ele bate na mulher todo dia, se ele bate nos filhos, principalmente se não são filhos deles, se ele é padrasto. (Depoimento de Yara, 19/03/2017)

Aruana diz que, por exemplo, o artigo que proibia chamar a polícia ou outras forças para intervir nos conflitos era porque na Quilombo muitas pessoas já tinham morado em “comunidades” e “se negavam a ter a interferência do tráfico e do Estado”. Ela conta que o ponto do Regimento Interno referente ao uso de drogas no espaço também nunca foi questionado e argumenta “se você já é sem-teto, sendo drogado você legítima que a polícia entre ali e barbarize. Não que a polícia não possa entrar e barbarizar” (Depoimento da Aruana,

18/04/2017) . A própria Aruana, durante a entrevista, confidenciou que “é duro viver em coletivo” (Depoimento da Aruana, 18/04/2017). Essa face mais autoritária do coletivo, que, a princípio, se distancia dos valores quilombistas (NASCIMENTO, 1980) que eu tinha apontando como característicos da Ocupação, Fanon (1961) nos lembra que a descolonização é um fenômeno violento e processual e, então, a reprodução de práticas arbitrárias não deslegitima todo acúmulo histórico e político da Ocupação.

A descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo, é, está visto, um programa de desordem absoluta. Mas não pode ser o resultado de uma operação mágica, de um abalo natural ou de um acordo amigável. A descolonização, sabemos-lo, é um processo histórico, isto é, não pode ser compreendida, não encontra a sua inteligibilidade, não se torna transparente para si mesma senão na exata medida em que se faz discernível o movimento historicizante que lhe: dá forma e conteúdo. A descolonização é o encontro de duas forças congenitamente antagônicas que extraem sua originalidade precisamente dessa espécie de substantificação que segrega e alimenta a situação colonial. Sua primeira confrontação se desenrolou sob o signo da violência, e sua coabitação – ou melhor, a exploração do colonizado pelo colono – foi levada a cabo com grande reforço de baionetas e canhões. O colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que "os" conhece. É o colono que fez e continua a fazer o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial. (FANON, 1961, p.30-31)

2.3 Os mecanismos internos

Pensando nesse processo do Regimento Interno que se cria a ocupação e analisando as entrevistas, fiz uma analogia com a adinkra⁶³ Sankofa, que é um pássaro com sua cabeça virada para trás, que é traduzido como o olhar para o passado, o pássaro ao olhar para o passado olha para parte de si. O antropólogo Pedro Guilherme Freire (2011, p. 104) aponta que a construção de uma moradia democrática é um tema fundador dessas ocupações. “Todos os problemas tinham que passar pela reunião (...) onde as pessoas davam seu parecer, davam o encaminhamento (...) as coisas funcionavam por comissões. Eu, sinceramente, fiquei deslumbrado com a organização da Quilombo das Guerreiras” (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017). É perceptível que a organização coletiva de uma ocupação não é uma forma comunal perfeita em essência. Ela é construída e revista no seu cotidiano, que reproduz lógicas violentas, mas é um espaço para a resolução de conflitos coletivos, de pessoas que foram aliados da cidade formal e (re)constróem uma forma de organização própria, que nem sempre é consensual, como foi relatado pela Yara:

Depois que o Antônio foi expulso, aí ele ocupou o galpão lá nos fundos E nesse tempo, a nossa água já não era água encanada da frente, a gente já tinha instalado Mangueiras em cada andar e pegava a água da outra rua e passava pelos galpões do prédio atrás do prédio. Cortaram a nossa água nessa história, Antônio denunciou o nosso gato de luz. Ele marcou na calçada igual sangue de carneiro onde passava a

63 Conjunto de símbolos que representam ideias expressas em provérbios.

nossa luz e chamou pessoal da Light, e talvez quase ninguém saiba quando eu soube que ia acontecer foi na calçada e apaguei e chamei ele, irmã tá no prédio, seus sobrinhos estão no prédio. Aí ele disse: “Mas me expulsaram”. “Mas, vamos, Antônio, você pede uma coisa errada”. (Depoimento de Yara, 19/03/2017)

E passa por reavaliações como relatado pela Aruana num esforço de repensar dentro da coletividade a prática da justiça e colocando o coletivo num lugar de produção de injustiças, mesmo sendo todos os assuntos tratados por todos os moradores nas assembleias, democraticamente, é um exercício de deslocamento desse centro de poder. Todavia, ainda com seus muitos problemas, esta forma de organização se apresenta como uma experiência muito rica e não engessada no que diz respeito à participação e ao “direito coletivo de gestão”, que segundo o antropólogo Pedro Guilherme Freire (2011), esse tipo de movimento ao adotar a autogestão, mesmo sem esse nome, como prática, elas vêm afirmando outras possibilidades de realização da política e da democracia que não passam, necessariamente, pela reprodução do aparelho de Estado.

É numa assembleia de avaliação que a gente tinha assembleias que eram uma assembleia, uma semana era uma assembleia ordinária, uma assembleia comum e uma assembleia de avaliação, que era também uma assembleia vista em poucos espaços, que cada morador é citado, tipo uma lista de todos os moradores, e se alguém tivesse alguma coisa em relação àquele morador, destacava ele e falava porquê. Você podia destacar o morador positivamente e negativamente, e esse era um exercício pouquíssimo praticado em movimentos sociais, pouquíssimos, que às vezes a gente tem falhas, mas a gente não admite que ninguém destaque nossas falhas, e o morador não podia falar. As pessoas que destacavam aquele morador, elas falavam e naquele momento as pessoas tinham que ter disciplina de ficar em silêncio. Só podiam falar depois de todas as falas, e eu vi coisas que eu nunca pensei em ver, eu vi moradores que se autodestacavam, por condutas ruins para o coletivo. (Depoimento de Aruana, 18/04/2017)

Aruana relata que numa reunião de avaliação o coletivo chegou à conclusão de que foi muito duro com a resolução de alguns casos que levaram a expulsão de alguns ocupantes, e que esses efeitos levavam a perda de dignidade total do expulso.

O que que é um processo de ocupação, processo de resolução da moradia que a gente considerava sempre primeira dignidade, porque se você não tem um endereço que você tem, se você não tem endereço, você não matricula um filho na escola, se você não tem um endereço, você não pode ser internado, se você não tem um endereço, você não pode entrar numa universidade, enfim. A nossa vida passa por um endereço, e se você não tem endereço, você não fica nem sabendo dessas coisas porque ninguém pode te mandar uma correspondência, e o quanto a gente por um processo duro, duro, deixou muita gente fora desse endereço. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

Então, o coletivo reavaliou caso a caso e alguns expulsos foram reintegrados ao coletivo. Esse movimento marcou a memória dos ocupantes. Em todas as conversas sobre o Regimento Interno se relatou sobre o “Dia do Perdão”, nome dado por Rudá.

A gente falava nas reuniões assuntos gerais, o que fulano fez, se ele fez uma coisa certa, a pessoa se inscrevia, elogiava a pessoa. Se a pessoa fizesse alguma coisa

errada, a outra pessoa que sabia que ela fez o errado, ela se inscrevia e falava o que a pessoa fez e depois a pessoa tinha voz para rebater o que ela falou. (Depoimento de Yara, 19/03/2017)

A gente foi citando todas as pessoas que a gente havia expulsado, e, nessa assembleia de avaliação, as pessoas falavam “destaco” e aí pedia que voltasse aquela pessoa e aí ia avaliando que tinha sido, aquela expulsão tinha sido exagerada. Eu acho que foi a assembleia mais bonita que eu participei na minha vida, acho que eu não vou participar de outra assembleia assim, e chamamos essas pessoas. Chamamos essas pessoas de volta, foram 15 pessoas chamadas de volta, mas é duro, um processo de expulsão é duro, um processo de volta também, é duro viver em coletivo, é duro. Tem que existir uma sintonia muito grande dessas 10 pessoas que foram chamadas de volta até o final do processo de ocupação, apenas 2 ficaram. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

A questão de uma reunião que nós fizemos para perdoar as pessoas que a gente tinha expulsado. A gente chegou, expulsavam algumas pessoas. Elas mesmas se expulsavam, e o coletivo corroborou. Mas depois a gente entendeu e aí a gente se viu: "Poxa, isso não é justo. Vamos fazer uma reunião de perdão?". Fizemos uma reunião e chamamos algumas dessas pessoas, outras não quiseram voltar mesmo, para retornar ao convívio do coletivo. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Aceitavam. Elas estavam pagando aluguel, coisas assim. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Pedro Guilherme Freire aponta que nessas ocupações, um grande desafio é alcançar um tempo em que o autogoverno, uma experiência política que privilegia a democracia direta e que suas formas e acordos podem ser revistos coletivamente e não como uma coisa imutável (FREIRE, 2011, p. 104). A “dureza” do Regimento e a compreensão da importância desse instrumento pode ser lido também como peça para manutenção da coesão do coletivo. Os ocupantes relataram que durante seus 7 anos a Quilombo das Guerreiras manteve em funcionamento a portaria e as comissões. Bem diferente de outros processos correlatos. Quando em fui morar na Ocupação Chiquinha Gonzaga, em 2007, três anos após a ocupação, já não tinha mais escala de portaria nem comissões permanentes. Expulsões, também não me lembro. Aruana lembra que a orientação para não vender ou alugar o quarto nem transformá-lo em estabelecimento comercial nem religioso, do Regimento Interno, nunca caiu nem foi questionada nas reuniões.

Isso é um acordo, um acordo gentil entre as pessoas que sabiam que, por exemplo, se houvesse um culto no salão, as pessoas que eram de matrizes africanas iriam fazer uma sessão de descarrego ou ia ter uma sessão, uma consulta com uma entidade qualquer, a pessoa que era ateia teria o direito de organizar uma palestra para provar que Deus não existe, para não ter esse enfrentamento, as pessoas destinaram as suas fés para dentro de suas casas. (Depoimento de Aruana, 18/04/2017)

Segundo o relato, o cumprimento não era orientado pela punição, mas pela cordialidade. Aruana lembra que outras características do coletivo: não-discriminação e sentido de comunidade:

Foi um coletivo em que ser negro não era um problema, em que ser gay não era um problema, em que ser mulher solteira não era um problema. Onde as coisas são problemas para o mundo não foram problemas para esse coletivo, então foi um coletivo que conseguiu abrigar essa força, essas pessoas. Foi um coletivo que adotou as crianças do prédio como crianças suas, muitas vezes os pais iam, saíam para trabalhar, acreditando nesse coletivo, que aquele coletivo ia olhar, que aquele coletivo ia educar, que aquele coletivo ia zelar pela segurança daquela criança. Então assim foi um coletivo que teve sucesso, e sucesso que partiram desse regimento. No prédio existia muitas pessoas que usavam drogas, e todos sabiam disso. As pessoas saíam do prédio para fumar sua maconha na beira do valão, e assim não, não se trabalhou muito com uma questão moral, uma questão muito moral, tinha um reconhecimento de “fulano é gay, mas é meu companheiro”, “ciclano fuma maconha, mas é meu companheiro”, então essas diferenças que são muito pesadas socialmente elas foram, não foram diferenças dentro desse coletivo. Isso de alguma forma me encanta assim, porque não eram os evangélicos que não queriam que fumassem maconha dentro do prédio, sabe. Eram as próprias pessoas que eram usuários que diziam, “não, eu não posso fazer isso aqui dentro”, “eu tenho que respeitar o coletivo porque senão eu realmente vou trazer problema para dentro desse coletivo”. Entender que a droga não se vende na padaria também não se tinha um discurso moral em relação à droga, saber que é uma droga ilícita, enfim, são tantas coisas, mas que realmente foram coisas que foram cumpridas em um regimento. (Depoimento de Aruana, 18/04/2017)

2.4 Autoformação

Aruana relata que a partir da vivência no coletivo viu homens deixando de praticar violência contra as suas esposas, não por causa de medo de sanção do Regimento Interno, mas, porque entenderam que as mulheres não eram propriedades deles. Um processo similar da mudança da chave da luta por moradia para a luta pelo direito à cidade. “Eu acompanhei alguns amadurecimentos, assim que, que às vezes a gente não dava conta do que estava acontecendo”. (Depoimento de Aruana, 18/04/2017) E credita ao coletivo essa possibilidade de transformação da realidade, não diretamente, é uma compreensão própria sobre os efeitos “o coletivo, ele não muda uma realidade, ele não atravessa uma realidade, ele não é um governo, ele não é o Estado que vai te dar e vai te dizer agora se fode aí sozinho”. (Depoimento de Aruana, 18/04/2017). O regimento funciona como um instrumento de transformação de comportamentos.

O coletivo, ele precisa pensar junto, quais as outras coisas que têm que resolver na vida. Ele tem que pensar uma geração de renda, ele tem que pensar que aquela pessoa não teve possibilidade de estudar, ele tem que gerar naquele espaço uma biblioteca, ele tem que ter voluntários para dar uma alfabetização ali, ou fazer um preparatório para um concurso, enfim, aquele coletivo ele tem que ter essas demandas, ele tem que ser um coletivo. (Depoimento de Aruana, 18/04/2017)

Essa mudança que o coletivo provoca é recorrente nas falas.

Teve um período que tinha as mães da Quilombo fizeram um coletivo mães, elas iam nas escolas, elas discutiam as questões das escolas dos seus filhos dentro da Quilombo, e elas discutiam dentro da Quilombo e levavam essas demandas para as escolas, ou seja, essa interação que há com a vida, com o entorno, com tudo que

existe assim, então o coletivo, a diferença do coletivo para o Estado é essa. Não é pai, o coletivo não é o provedor, o coletivo é a ideia de fazemos nós, como é que a gente pode se ajudar, como é que aqueles tiveram mais possibilidade podem ajudar quem teve menos, enfim, como esse teve menos o que ele tem para trazer para ajudar porque não existe aquele que aprende, aquele que ensina, é troca. (Depoimento de Aruana, 18/04/2017)

Aruana define que essa transformação é produto de uma autoformação⁶⁴:

Autoformação é quando me vejo dentro do coletivo, como é que é esse coletivo, como é que é essa vivência coletiva, como é que eu consigo lidar com essas pessoas, se a gente tem dificuldade de viver na nossa primeira célula ali, pai, mãe, irmão, a gente tem dificuldade, imagina você viver com 120 pessoas, 200 pessoas dentro de um prédio. A autoformação é quando eu entendo que aquilo que eu penso não pode ser uma, não pode ser a verdade, que existem várias verdades ali, que a vontade do coletivo tem que prevalecer. E a formação humana para mim é entender as subjetividades que atravessam cada um de nós, é quando a gente muda mesmo como pessoa, quando a gente passa a ter um outro olhar para o companheiro, um olhar mais afetivo, um olhar procurando entender, enfim, porque aquela pessoa roubou, porque que aquela pessoa bebe ou porque aquela pessoa bate num filho, ou porque entender até os motivos de destaque político, sobre aquelas pessoas dentro da reunião. E essa proposta de mudar, que eu percebi também muitas mudanças, mas essa afetividade, esse respeito, sempre houve assim, um respeito. (Depoimento de Aruana, 18/04/2017)

A ideia de autoformação que Aruana apresenta é corroborada por Rudá quando diz “aquela vivência coletiva que nós tivemos em Quilombo das Guerreiras, ela foi essencial, ela é viva, ela não apagou. Esse estado de coletivo ainda está dentro de nós”. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Independente do projeto que a gente está inserido nesse momento. Então, é muito interessante quando você consegue ouvir isso, em um outro espaço, numa outra conjuntura de situação, num outro momento, você ouve a Iraci, do nada, falando “não, mas a decisão tem que ser coletiva, não é de a ou b ou c”. É muito interessante que teve essa construção, que, não deixa de ser, essa construção do ser coletivo. Ela ficou garantida. Ela está presente. E quando o Quilombo das Guerreiras entra em Quilombo da Gamboa, eles deixam – eles, que eu digo, o Quilombo das Guerreiras, deixa muito, deixa essa questão mais clara, de entender que tem de ser de forma coletiva. Nada de forma “tem que ser isso, isso e isso”, uma ou duas pessoas pra falar. Não, não tem que ser isso. “O coletivo aceita isso?”. “Sim.”. “Não.”, a partir desse entendimento coletivo. Ou seja, então, no início, voltando à questão do estranhamento, acho que boa parte de nós estranha essa questão do ser coletivo, do indivíduo coletivo. Ele deixa de ser um indivíduo individualizado e se torna um indivíduo coletivo. E foi muito difícil. Pra mim, também, foi muito difícil, eu sempre fui uma pessoa muito individual mesmo, e, depois, eu estranhei, eu mesmo me olhando, fazendo uma introspecção, falei: “Cara, eu não sou esse que tem essa fala coletiva, se eu sou um. Eu sou eu e ponto. Eu não quero saber quem está ao meu redor ou deixa de estar.”. Então, eu acho que foi mais um ganho, mais um processo de transformação quando você deixa de ser o indivíduo e passa ser o coletivo. Você é um ser humano, mas, é um ser humano coletivo, de pensamento coletivo e de atitudes coletivas. E você, mais. Nunca é você e você. Nunca, você menos. Você, mais. Você, vezes. Você, multiplicado com outros. Então, foi muito interessante esse

64 Ela define formação como o processo anterior que vivemos no início, antes da ocupação: “Formação é o processo anterior à ocupação, é porque que existe uma ocupação o porquê que a gente não é marginal porque que aquele prédio a gente pode ocupar, porque ele foi construído com recurso do trabalhador, porque ele não pode ficar vazio. Toda essa parafernália que a gente aprende de função social da propriedade isso é discutido antes da ocupação do prédio” (Depoimento de Aruana, 18/04/2017).

processo dessa construção da coletividade, que acho que perdura por toda eternidade. Amém. Porque eu não vejo outra forma de ser. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Segundo Fanon (1961), a violência é parte do processo de descolonização, e esta jamais passa despercebida porque atinge e modifica o ser. “Introduz no ser um ritmo próprio, transmitido por homens novos, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é, em verdade, criação de homens novos. Mas esta criação não recebe sua legitimidade de nenhum poder sobrenatural; a "coisa" colonizada se faz no processo mesmo pelo qual se liberta (FANON, 1961, p.31).

Aprendi com o coletivo dividir as coisas, a diferença das pessoas se unir com as pessoas, uma reunião, ponto de pauta, é que eu não tinha participado de movimento social eu não tinha aquela noção. Eu nunca critiquei quando as pessoas ocupavam eu não sabia o que era ocupar, e eu falava invadir agora a pessoa que fala perto de mim invadir eu falo “não, não é invadir, é ocupar. Tava vazio, não tava com ninguém.” Agora eu corrijo as pessoas, eu também não sabia de nada a ocupação como conviver com as pessoas que as pessoas tomavam banho, aí eu fui descobrir que tomavam um banho com 2 litros de água⁶⁵. (Depoimento de Tuane, 31/07/2016)

A Quilombo das Guerreiras vivia uma prática singular, e essa autoformação foi incorporada mesmo por aqueles que se opuseram à proposta de organização estabelecida, como Seu Peri, expulso, que continuou a luta por moradia, se utilizando das mesmas estratégias, conforme relatado:

Essa [ocupação] da Cruz Vermelha foi aquela que... que nossa colega ficou amarrada lá, a Débora, que ficou lá na... que aquela foi até... levou ela, a minha... também a nossa colega também levou, nós fomos lá na delegacia, depois soltou ela e chega lá com a maior ignorância mesmo, jogando jato de pimenta mesmo em nós lá, quem tava ali na barreira fazendo barreira jogaram, com a maior ignorância mesmo, jogando a gente no chão. Aí foi horrível cara. Aí nesse dia eu até parei no médico por causa de problema de jato de pimenta no meu olho, e dali nós saímos que não teve condições de ficar. Tá entendendo? E a nossa colega também foi jogada no chão também. E essa vida de... de ocupação é um negócio muito... é muito complicado, que não quer saber que você tem casa, não quer saber, quer saber que as pessoas ficam na rua aí dormindo no papelão, dormindo no relento, pegando comida na rua e não dá uma chance para as pessoas morarem. Então eu fiquei nessa mesmo até conseguir. Graças eu tô... consegui meu cantinho aí com muita luta e tô aí.

E depois da Quilombo, você... antes você já participava de movimento social?

R: Não, antes nunca... nunca participei desse movimento não. Mas...

P: E depois você começou a participar mais das lutas?

R: Aí depois... depois eu... com intermédio de umas colegas lá da faculdade, tinha um prédio assim, eu entrava, tinha vez que eu desistia, mas até hoje eu sempre... tô nessa luta também, mesmo que eu arrumei um cantinho para eu ficar, mas que os dias que tiver uma invasão também de prédio também, que for pra mim dar apoio

65 Tuane me relatou que apenas quando chegou à Quilombo das Guerreiras voltou a estudar. “Eu comecei a estudar com 9 anos e parei com nove anos e voltei com 15. Aos 15, eu não tinha muito a cabeça, eu ia voltar, aí voltei com 18, mas tava trabalhando, voltei agora isso eu credito a Quilombo e agradeço muito ou eu voltava ou morria. (Depoimento de Tuane, 31/07/2016)

também, eu dou também porque... porque as pessoas tem que ter um lugarzinho pra morar. (Depoimento de Peri, 20/03/2017)

O coletivo, o Regimento Interno produz a reflexão.

Depois que eu comecei a trabalhar de dia. Eu comecei em passeata, entender o que é uma ocupação, quais são os nossos direitos, que todo mundo tem direito à moradia, à luz e água, muitas coisas que eu não sabia eu passei a saber dentro da ocupação. Porque eu sempre fui zoeira assim, sabe? Eu nunca fui de ligar muito para essas coisas, mas sempre fui uma pessoa boa, sempre ajudei, mas não do jeito que eu sou hoje. De uma certa maneira, a Quilombo das Guerreiras fez eu enxergar as coisas de outra maneira, mais pelo lado social, mais pelo lado humano. Realmente foi isso. (Depoimento de Yara, 19/03/2017)

Segundo Pierre Nora, a memória é viva. Ela é um fenômeno atual, um elo vivido no eterno presente. A memória instala a lembrança no sagrado. (NORA, 1993) Nas entrevistas realizadas com os ex-moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras, é possível perceber que, mesmo após o despejo, a Ocupação, como forma política, ainda está presente no discurso. E o relato sobre a organização já é feita em forma de análise e sacralizada. Os ocupantes, mesmo sendo massacrados pela mídia, por um processo de criminalização, individualismo exacerbado, constroem uma estratégia política de organização que supera os padrões hegemônicos, sendo parâmetro até para servir de mediação com a intervenção do Estado. Não são mais passivas, elas demandam e escolhem, indicam as necessidades, se organizam em grupos. Elas se impõem na cidade, quebrando o círculo vicioso da segregação (LEFEBVRE, 2001, p. 123).

3 O Caso do Bairro 13

Vivo distante
de esperanças e ilusões.
Nos meus poemas
só escrevo as palavras
que as pessoas podem.
Não faço provocações
El Semog

A luta da população negra pela liberdade, vida, alimentação e moradia, entre outras possibilidades de sobrevivência, ou direitos, numa abordagem moderna, tem como dimensão da resistência a construção de outras formas de organização, que levem em conta seu passado histórico, cosmologia e zele pela sua integridade física, mental e coletiva. O quilombo foi um dos tipos de organização negra mais próxima a essa perspectiva e, ainda, em sua essência em oposição a qualquer sistema de opressão racial. Na contemporaneidade, a ideia de quilombo se espalha. Se amplia o significado. Nesse capítulo, debatarei as estratégias do Estado brasileiro para desarticular coletivos negros, que levou ao fim da Ocupação Quilombo das Guerreiras.

Os quilombos são uma das primeiras experiências de liberdade nas Américas, tinham uma estrutura comunitária baseada em valores culturais africanos e se opunham ao modelo colonial, com sustentabilidade e independência. Abdias do Nascimento (1980) aponta que o quilombismo, toda forma de resistência física e cultural da população negra, inspira modelos de organização desde o século XV e está em constante reatualização. Enquanto bandeira política, propõe que tenhamos o legado dos quilombos como referência para uma proposta de mobilização da população negra, levando em conta sempre sua própria experiência histórica e cultural. E mesmo com diferenças em suas formas organizativas, dado o tempo histórico ou geografia, eles se igualavam em essência. Abdias traz o pensamento de Beatriz Nascimento que afirmava ter o quilombo “um papel fundamental na consciência histórica dos negros” (NASCIMENTO, 1980, p. 68). No caso da Ocupação Quilombo das Guerreiras, esse efeito nas mentalidades pode ser observado desde o início da formação do coletivo, quando o nome da ocupação foi proposto e acatado pelos participantes, inspirado na luta das mulheres negras guerreiras, um quilombo.

A história da Ocupação se assemelha a outros agrupamentos negros em luta pelo direito a ter direitos que sofreram sufocamento por parte do Estado até findar, o que os caracteriza como legítimos focos de resistência. Aconteceu com Palmares, que é inspiração

para essa forma de organização, que os africanos escravizados, ao romperem os grilhões que os acorrentavam e fugiram para o seio das florestas, formaram uma comunidade de cerca de trinta mil pessoas. Estabeleceram o primeiro governo de africanos livres no continente americano, como descreve Abdias (1980), mas foi atacado e destruído. História análoga de ataque e destruição teve a Ocupação Quilombo das Guerreiras, quando em dezembro de 2012, os ocupantes receberam a notícia que, no segundo semestre de 2013, um consórcio de empresas, encabeçado pelo bilionário americano Donald Trump, construiria cinco torres do empreendimento Trump Towers Rio, na Avenida Francisco Bicalho, no terreno da ocupação. O anúncio foi feito do Palácio da Cidade, local de trabalho do prefeito do Rio de Janeiro, evidenciando ligações estreitas da Prefeitura com os empresários.

Nós recebemos essa notícia com temor muito grande que o Donald Trump estava próximo com projetos futurísticos ali na Francisco Bicalho. Mas nós não acreditávamos nisso não, nós, em momento algum, nós achávamos que íamos sair dali. (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017)

A notícia deixou os moradores da Quilombo das Guerreiras em situação de alerta, mas, a princípio, não era um risco eminente de despejo, já que desde a ocupação, em 2006, eles viviam com um pedido de reintegração de posse não executado e já tinham “sobrevivido” ao PAN, à Jornada da Juventude, aos Jogos Militares, e tudo mais que fosse oferecido e possível a cidade sediar. As torres com 150 metros de altura e 38 andares cada - a ocupação tinha apenas 5 andares – tinham previsão de ficarem prontas antes dos Jogos Olímpicos de 2016. Na ocasião, a região se tornou um ponto de atração de capitais, as obras de requalificação da Zona Portuária avançavam, o projeto do Porto Maravilha, que se se alinha a outros projetos de reestruturação de áreas portuárias pelo mundo, como Barcelona, Londres e Nova Iorque, com um potencial de renovação imobiliária possível pela presença de grandes terrenos vazios e galpões ociosos, ou aparentemente vazios e ociosos, ou que pudessem ser esvaziados.

As Organizações Trump escolhem se sediar no Porto do Rio, pois ali seria “o novo centro empresarial do Rio de Janeiro que está sendo construído com investimentos em infraestrutura de mais de 8 bilhões de reais (cerca de 4 bilhões de dólares) até os Jogos Olímpicos de 2016”⁶⁶ e o empreendimento se beneficiaria de toda rede de transporte que seria criada para os jogos, inclusive “a futura estação do TAV (trem-bala)”, as estações do novo VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e do metrô etc. Então, os megaeventos esportivos surgem como uma ameaça real aos moradores da Quilombo das Guerreiras, que agora com as obras

66 De acordo com levantamento da revista “Isto é Dinheiro”, com tudo o que foi gasto na construção do estádio João Havelange, o “Engenhão”, principal obra do Pan, que consumiu R\$ 166 milhões, seria possível construir 8,3 mil quadras esportivas em escolas de todo o país.

de infraestrutura e a melhoria física do espaço, eles não cabiam mais ali. Estavam à margem do Porto.

Então, quando surgiu essa questão dos jogos Pan-Americanos, a gente já ficou bastante assustado. A gente já estava há 1 ano. 2006, 2007. Praticamente, um ano. Essa questão surgiu desse imbróglgio desses megaeventos. Já se soltava alguma coisa de Copa do Mundo. Olimpíadas, nem tanto. Mas já se falava na Copa do Mundo, a vinda do Papa, os Jogos Militares ou outros eventos que iam ser aqui e iam dar uma bagunçada no Rio de Janeiro. Então, a gente já estava entendendo, mais ou menos, alguns entendidos, outros não, que a gente poderia ser... Que essa reintegração de posse poderia ser consumada a qualquer momento. Então, nós estávamos bastante atentos a essas questões e sempre quando tinha algo: “Vamos à Internet”, “Vamos não sei aonde”, “Vamos ao SPU”. A gente estava preparado para sempre estar avançando com relação à permanência da gente lá. Mas, quando foi 2010, que teve os Jogos Militares. Acho que já nesses Jogos Militares, que parecia uma coisa pequena, mas era uma coisa que bastante vulto depois. Tomou bastante volume depois. Aí gente estava meio tenso. Aí surge a questão da Companhia de Desenvolvimento, a CDURP. Foi aí que a CEDUP deu as caras. 2009. E começou um processo de visitas. A gente nem entendia que era prefeitura. Então, começaram visitas ao prédio, nesse período de 2010 a 12. Ia lá, pessoas na rua apontando. Obviamente, já estavam cientes de que a gente poderia sair a qualquer momento, porque isso tem lá desde 2006. Mas, quando chegou 2014... Ué, na Copa do Mundo, a gente já estava fora de Quilombo? Sim, nós saímos em 2013. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Rudá relata que o Pan deixou os moradores receosos, não era para menos. Foi a partir do Jogos Pan-Americanos que diversas favelas começaram a ser ameaçadas de remoção, como Canal do Anil, Arroio Pavuna, Metrô-Mangueira, Vila Autódromo, e até o Quilombo Pedra do Sal, que fica localizado nas imediações do Morro da Conceição. Para a Copa e as Olimpíadas, a Prefeitura anunciou a remoção de aproximadamente 120 favelas, apresentando, em certos momentos, o argumento de que as moradias estariam em áreas de risco, daí a necessidade de remoção⁶⁷. Depois, para a realização de obras de infraestrutura, principalmente de mobilidade urbana. As favelas sofreram também com a adoção de projetos de segurança pública com a finalidade de militarizar os territórios, como foi a partir de 2008 com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's), algumas favelas já tinham experimentado os efeitos da ocupação pelas Forças Armadas e pela Força Nacional, além disso, houve ainda uma expansão de grupos armados, como as milícias, por exemplo. Uma matéria do Jornal O Globo, publicada em 09 de dezembro de 2006, denunciava que elas avançavam pelo corredor do Pan 2007⁶⁸. Alguns meses antes o próprio prefeito, na época Eduardo Paes, elogiou na

67 BRITO, Diana. Prefeitura do Rio anuncia remoção de 119 favelas em área de proteção até fim de 2012. Folha de São Paulo, [s. l.], 8 jan. 2010. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/01/67646_0-prefeitura-do-rio-anuncia-remocao-de-119-favelas-em-area-de-protecao-ate-fim-de-2012.shtml. Acesso em: 9 set. 2017.

68 BOTTARI, Elenilce; RAMALHO, Sérgio. Milícias avançam pelo corredor do Pan 2007. O Globo, [s. l.], 9 dez. 2006. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/milicias-avancam-pelo-corredor-do-pan-2007-4541223>. Acesso em: 9 set. 2017.

televisão o trabalho feito pelas milícias “com ação, com inteligência, você tem como fazer com que o Estado retome a soberania nessas áreas”⁶⁹. Naquele momento, elas já se apresentavam como uma pedra no sapato para a organização da resistência à remoção, com uma ligação estreita com as estruturas governamentais, inclusive com representantes nas estruturas legislativas. Outro episódio que marca o período foi a política de extermínio, às vésperas do Pan-Americano, protagonizado pela “Chacina do Alemão”. A megaoperação em 26 de junho de 2007 matou 19 jovens e feriu 8 pessoas no Complexo do Alemão, mobilizando 1.350 policiais, entre civis, militares e soldados da Força Nacional. A Polícia havia ocupado o conjunto de favelas desde o dia 2 de maio de 2007, e foram mais de 43 mortos e 81 feridos em menos de dois meses. A partir da preparação da cidade para os megaeventos esportivos, estava claro a consolidação de um projeto comprometido com a especulação imobiliária, aceleração de investimentos econômicos, mortes e violências. Um projeto que não estava preocupado nem com a cidade nem com quem vive nela, mas do que poderiam arrancar dela.

Essa tem sido a tônica do desenvolvimento sustentado pelas esferas governamentais no Brasil, acelerando os grandes capitais e, para tal, incidindo em desrespeito aos direitos das comunidades tradicionais e populares. A recompensa provavelmente não será pequena: segundo estudo do Banco Mundial, em 2016, quando as olimpíadas forem realizadas no Rio de Janeiro, o Brasil poderá ser a quinta maior economia do mundo. (Justiça Global, 2013)

O legado dos jogos era mercantil, e isso afetava diretamente as favelas, mesmo aquelas que tinha documento de posse ou outro registro oficial teve o seu direito transformado em pó⁷⁰. Essa política perpassou Pan, Copa e ganhou força na preparação da cidade para as Olimpíadas, e aí o Centro da cidade, mais especificamente a Zona Portuária, é eleita como um local central, por isso a força do projeto Porto Maravilha⁷¹. Então, toda região sofre com

69 EDUARDO Paes elogia ações de milícias de PMs em Jacarepaguá. O Globo, [s. l.], 15 set. 2006. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2006/eduardo-paes-elogia-acoes-de-milicias-de-pms-em-jacarepagua-5000337>. Acesso em: 9 set. 2017.

70 De acordo com levantamento da revista “Isto é Dinheiro”, com tudo o que foi gasto na construção do estádio João Havelange, o “Engenhão”, principal obra do Pan, que consumiu R\$ 166 milhões, seria possível construir 8,3 mil quadras esportivas em escolas de todo o país.

71 Em meados de 2009, no despejo da Ocupação Guerreiros do 234, as famílias foram retiradas do imóvel abandonado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na Avenida Mem de Sá, 234, próximo à Praça da Cruz Vermelha, com muita violência, com uso de spray de pimenta e de bombas de gás lacrimogêneo. Participaram da operação policiais do 13º Batalhão (Praça Tiradentes), do Batalhão de Choque e da Polícia Federal. Foi armada uma operação de guerra para realizar a reintegração, isso já anunciava que o Estado não toleraria mais ações como essas naquele espaço, inclusive a decisão judicial expedida pela juíza Cláudia Maria Neiva previa, além da ordem de reintegração de posse, a identificação e notificação dos moradores numa tentativa de criminalizar e inibir outras ações. Além disso, quatro militantes foram detidos. O que apontava

intervenções. Para se ter uma ideia, na segunda-feira, do dia 26 de abril de 2010, o fogo lambeu o Camelódromo Central do Brasil. O atraso dos bombeiros e a falta d'água nos carros de socorro e hidrantes contribuíram para a destruição total do centro de comércio popular⁷². Dois dias após o incêndio, o governo começou a demolição das barracas comprometidas pelo fogo, sob protestos dos camelôs, e já anunciava o uso daquele terreno para outros fins, que a princípio seria para abrigar o Terminal Rodoviário Américo Fontenelle, mas o terreno virou uma estação do teleférico da Providência⁷³. Um mês antes do incêndio, os policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e do Batalhão de Choque invadiram o Morro da Providência para dar início à implementação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na favela⁷⁴. Logo depois, a Prefeitura divulgou o plano de reurbanização do Morro, que previa a remoção de 800 famílias para a instalação de dois teleféricos e um plano inclinado⁷⁵. Todas as ações fazem parte de um mesmo projeto que afetava toda a região. O processo de surgimento da Cedurp, que aponta Rudá, está articulado com um processo de esvaziamento das ocupações e de remoção do Morro da Providência. No próprio site de Donald Trump⁷⁶, ele vincula a obras do Porto à instalação do empreendimento, então a Ocupação se tornou um calcanhar de Aquiles no projeto da prefeitura.

Com certeza. Era uma pedra no calcanhar do Estado, da prefeitura. Nossa presença ali, com certeza, devia incomodar, só a presença física como da importância política que nós tínhamos. Então, com certeza, nós não éramos bem vistos nem aceitos pelos órgãos públicos. (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017)

Rudá relata quando souberam dos interesses das empresas de Trump:

Estou me lembrando de uma coisa, 2012, a gente estava na Rural ainda: eu, Angela e Cida. Foi quando a Cida começou a fazer a questão da horta, finalzinho de 2011 pra 2012. Ela estava fazendo a questão da horta. Aí que se ouve, um cara chegou na porta da ocupação, falando que os espaços seriam... Falou isso pra Cida. Falou o

para um processo de criminalização das ações, uma forma do Estado dizer que não toleraria mais as ocupações nesta região.

72 KAPPEN, Patricia. Incêndio em camelódromo no Centro já dura mais de duas horas. **G1**, [s. l.], 26 abr. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/04/incendio-em-camelodromo-no-centro-ja-dura-mais-de-duas-horas.html>. Acesso em: 9 set. 2017.

73 Obra anunciada como de mobilidade, que beneficiaria os moradores, mas se trata claramente de uma ação para promoção turística. O ponto que o teleférico leva, no Morro, já era feito pelas kombis. Ele liga a Central à Cidade do Samba passando pelo Morro da Providência.

74 Um fato curioso foi a escolha da data para a ocupação do Morro da Providência, que coincidiu com a abertura do 5º Fórum Urbano Mundial, da Organização das Nações Unidas (ONU), e o fórum paralelo, o Fórum Social Urbano que acontecia no Porto, bem próximo ao Morro.

75 DAFLON, Rogério. Morro da Providência será reurbanizado e ganhará dois teleféricos e plano inclinado. **O Globo**, [s. l.], 28 mar. 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/morro-da-providencia-sera-reurbanizado-ganhara-dois-telefericos-plano-inclinado-3032742>. Acesso em: 9 set. 2017.

76 Disponível em: <<http://www.trumptowersrio.com/pt-br/o-projeto/>> Acesso em 09/09/2017

nome de Donald Trump e das Trump Towers. E ela não entendeu muito bem. Foi muito interessante. Quando ela chegou na reunião, ela falou: “Olha”... A Cida é muito expansiva ao falar. Ela: “Olha, teve um cara aí da Prefeitura dizendo que aí vai ser um tal de dumb”. Nós: “Que dumb, o quê?”. Ela: “Eu não sei. Aqui vai ser derrubado. Vai ser um dumb pra aqui, vai ser um dumb pra ali.”. Eu me lembro como se fosse hoje: “Dumb, Dumb, Dumb, Dumb.”. Não sei o quê que era dumb, mas enfim. Gente, quem estava na reunião era até a Elaine. Elaine estava na reunião e ela assimilou: “Não é Trump, não?”. Ela: “É isso mesmo”. Aí, ligou o Dumb era, sei lá, de Donald Trump.

E havia essa possível derrubada do edifício para ser erguido 5 torres de 50 metros, sei lá, 3 torres, 4 torres, não sei o número ao certo, mas, é por aí, de 3 a 5 torres, ali, que seria desse bilionário Donald Trump. E durante esse... A coisa foi ficando cada vez mais difícil da própria convivência. Quer dizer, nesse momento dessa turbulência toda, dessas obras, que começou a acontecer já em 2011, 2012. 2012 pra frente. 2011, mesmo. 2011, já começou o quebra-quebra da Francisco Bicalho, quebra calçada, refaz calçada. E, em dado momento, a gente acorda, acho que quem tinha mais essa visão era a Angela, que morava de frente pra aquele lado, e Cida. A gente acorda com vários funcionários desse Porto Novo, já dentro do prédio, já dentro da parte externa, onde tem o estacionamento, colocando material de obra ali dentro, canos. E a gente não entendeu.

Começaram a colocar máquinas, tratores pesados, aquelas máquinas gigantes ali dentro, foi quando nós perdemos aquele espaço. E foi quando começou a destruição da horta que a Cida a duras penas conseguiu construir ali na Quilombo. Inclusive colher abóboras de 20 quilos, aipim, ervas medicinais (...) E aí já chegando no início de 2013, porque tem a questão da Copa que era em 2014. Era em 2014 e as coisas estavam sendo aceleradas, as obras (...) Justamente em 2013, logo no início, março, foi depois do Carnaval, março, abril, mais ou menos. A própria CDURP remove as famílias dali, da rodoviária Novo Rio, ali da Rua Equador, e despejam eles lá atrás nos fundos de Quilombo, já em abril de 2013. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Segundo o depoimento de Rudá, a Prefeitura não apresentou formalmente a proposta de projeto para o terreno, iniciou as obras de infraestrutura passando por cima, literalmente, das construções da ocupação, como a horta. Enquanto, os moradores da Quilombo das Guerreiras são encurralados no imóvel e tem parte do terreno destruída⁷⁷, a Prefeitura leva para atrás da ocupação sem-tetos despejados de uma outro imóvel nas redondezas. Portanto, enquanto abafava uma iniciativa de organização de sem-tetos, já estabelecida no local, criava condições para outras. Quais os interesses? E com o apoio de pessoas expulsas do coletivo da Quilombo das Guerreiras, iniciaram um processo de destruição daquele coletivo, conforme o relato da Aruana:

Então, é um dos erros, e aí quando eu falei que a Quilombo avaliou todo aquele processo de expulsão, um dos erros da Quilombo foi, é numa das expulsões que não teve jeito mesmo, assim, foi deixar algumas pessoas ficarem lá atrás do prédio, um dos erros do coletivo. As pessoas pediram para ficar um tempo lá atrás, e isso acabou, é óbvio que eu não vou dizer, que bairro 13 e todo o despejo que a CDURP jogou lá atrás é responsabilidade dessas pessoas, não é responsabilidade dessas pessoas, mas, enfim, talvez a gente pudesse ter agido de uma forma diferente, se não

⁷⁷ É importante destacar também que esse cenário de destruição promovido pela Prefeitura do Rio no estacionamento da Ocupação Quilombo das Guerreiras foi reproduzido em vários outros lugares, numa clara tentativa do Estado forçar a saída dos moradores a partir de um ambiente de guerra, que pode gerar acidentes e danos a vida. Eu mesma quebrei a perna nos entulhos da Prefeitura do Rio, na Vila Autódromo, em 2016.

tivesse ninguém morando lá atrás. Eu acho que ter pessoas que foram do coletivo morando lá atrás fez com que a gente não deixasse desembarcar caminhão ali, enfim, tá trazendo isso para cá, porque questionar. Ter pessoas, e essas pessoas geraram também uma autonomia para parte detrás, que era ex-moradores de coletivos, criou uma certa dificuldade para o coletivo da Quilombo. Agora, obviamente essas pessoas que estavam atrás, ali em quantidade de 3 pessoas, não foram responsáveis por isso, responsável por esse confronto, responsável por surgir um bairro 13, fazer uma apologia lá a Cidade de Deus enfim, é o processo de Cidade de Deus não é responsabilidade dessas pessoas, indivíduos. Foi responsabilidade mesmo dá CDURP, arquitetado pela Prefeitura e alguns de nós resistiram até o último momento. Alguns de nós saímos aos 46 do segundo tempo, assim sendo ameaçados, inclusive de morte e sem ter o que fazer, porque não se tinha mais espaço coletivo, só na portaria tinham 3 guardas. Biblioteca, salão não existia mais nenhum espaço coletivo, enquanto algumas pessoas foram indo as pessoas foram resistindo, outras pessoas não tiveram que sair um pouco antes. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

Em setembro de 2013, saiu na imprensa a autorização dada pela presidente Dilma Rousseff para a Prefeitura do Rio de Janeiro desapropriar 14 imóveis da União na Zona Portuária. O decreto dizia que as desapropriações serviriam para a “implantação do projeto de revitalização e urbanização da zona portuária”note, um dos imóveis era a Ocupação Quilombo das Guerreiras. A partir daí, a ocupação realizou uma série de atividades para denunciar a possibilidade de despejo forçado, mas os planos do poder público eram desmobilizar qualquer tentativa de resistência. Inclusive plantando uma comunidade com tráfico de drogas no mesmo espaço a fim de enfraquecer a luta dos moradores da Quilombo das Guerreiras.

Nós não, em nenhum momento nós acreditávamos que fôssemos sair dali. Sair, que a Quilombo fosse terminar. Nós soubemos que tinha um projeto de moradia para os moradores, mas as pessoas falavam que tinham muita confiança em ficar ali, porque nada, nada, já estavam habituadas. E nós não víamos empecilho nenhum. A quem estaria incomodando nossa presença ali? Até pelo contrário. As pessoas, aos poucos, foram se arrumando, arrumando seus trabalhos, seus serviços, nem que fosse ali pela proximidade, através do comércio. Boa parte dos moradores eram camelôs. Nós não acreditávamos que íamos sair dali. Mas aconteceu o que eu penso que foi um lamentável acidente que a prefeitura trouxe, remanejou uma comunidade de outro lugar, ficou próximo a nós. Foi quando começou a haver transtornos de toda espécie. Aí já passamos a conviver com polícias invadindo o local e praticamente a Quilombo, ela foi minada, essa questão aí. Os moradores foram saindo aos poucos devido a essa questão. (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017)

Foram os próprios caminhões da Prefeitura. Não estava escrito CDURP. Estava escrito Prefeitura. Os caminhões levaram as mudanças e jogaram todo mundo lá atrás. A gente entende que aquele pessoal lá também precisa de moradia. A gente sempre entendeu isso. Mas era um pessoal que não tinha organização nenhuma. Era um pessoal que não tinha nenhum tipo de organização e que de certa forma, trouxe essas atribulações pro prédio, pros familiares das Guerreiras. Aí, em 2014, em fevereiro de 2014, saíram as últimas famílias. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Ninguém suportava mais conviver num espaço que era um espaço que eu posso chamar de digno, e, depois, se transformou num espaço de transtornos. Não éramos puritanos, mas, quer usar sua droga, usa na rua. A gente não podia falar isso pra essas pessoas, porque a gente nem conhecia essas pessoas. Então, estava usando droga lá dentro, tinha envolvimento com o próprio morador, tinham uma certa aliança que tinha aliança com o pessoal lá detrás. E foi uma coisa muito silenciosa. Ela foi violenta? Foi. Eu não posso dizer que não foi um despejo violento. Porque a própria CDURP usou de uma tática, eu chamo de perfeita a tática deles: “Ok, eles

não querem sair, não? Beleza. Eu vou remover essas pessoas aqui. Eles já conheciam aquela Comunidade, que já trabalha a questão do tráfico, a coisa toda, a prostituição. Vou jogar lá nos fundos e dou tchau pra eles.” (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Rudá relata a participação direta da Prefeitura nesse plano de desarticulação da Ocupação Quilombo das Guerreiras, instalando as famílias de uma outra ocupação, que não se organizavam de forma coletiva, e foram plantadas ali estrategicamente para desestabilizar o coletivo, e a Prefeitura não seria responsabilizada diretamente pelo despejo da Ocupação. A tomada do espaço externo pelo Porto Novo e o interno pelos moradores do Bairro 13 levou a um sufocamento da Quilombo, então seus moradores começaram a abandonar o imóvel.

Aí, a partir daí, começa o grande processo. Porque, na realidade, quando começou a acontecer essas coisas, eu falei pra Angela: “Angela, oh, sinceramente, eu acho que agora a gente fez o que tinha que fazer.” Eu me lembro que eu falei isso com ela. “Eu acho melhor a gente pegar nossas trouxas, e meter o pé, porque eu acho que acabou.” Foi dito e feito. Porque você pega um grupo não organizado, bota o grupo lá atrás, que era aquele espaço dos galpões que a gente não usava. E aí, começou essa briga, não sei se posso chamar de briga. Os nossos adolescentes, crianças se envolvendo com as de lá. Aí já aproxima pai de mãe. Aí, já começa a frequentar o prédio, começa a observar a dinâmica do prédio, que não era igual a deles. De certa forma, eles não tinham uma dinâmica, eles não tinham uma organização. E começa todo o transtorno. A princípio, eles foram querendo usar alguns espaços nossos, não é que estavam vazios, mas que davam para ser dividido em 2 ou 3. Aí, começaram a pedir, pedir, pedir, pedir. Aí, nesse momento, se instaura a questão do tráfico ali dentro. E foi... de todo esse... Os moradores já começaram a sentir que o clima não estava mais propício pra deixar filho no corredor, porque os meninos estavam dentro do prédio usando drogas, andando armados dentro do prédio. A gente ficou bastante sem chão, triste, sem motivação. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Os integrantes do Bairro 13, que foram morar na Quilombo das Guerreiras, não se submetiam ao Regimento Interno, se estabeleciam mediante a força, assim, impossibilitando também qualquer tipo de reação dos moradores da Quilombo das Guerreiras. Outro ponto curioso apontado por Rudá foi o fluxo de pessoas entre as ocupações, que mesmo representando uma ameaça, as relações e trocas existiam. Rudá sai da Ocupação após ter sua casa invadida. Entraram no seu quarto e levaram tudo. “Levaram tudo, quebraram tudo, pisotearam, e furaram, e rasgaram. Enfim, levaram dinheiro e algumas coisas minhas pessoais” (Depoimento de Rudá, 07/08/2016). Ele lembrou também que “arrebentaram” a barraca da Cida, a moradora responsável pela horta, e ameaçaram matar Aruana. Rudá credita os ataques a uma leitura que eles seriam lideranças na Ocupação. “Eu fui uma das primeiras pessoas a sair. Eu e Cida, na realidade, porque a gente estava entendendo que não dava mais” (Depoimento de Rudá, 07/08/2016). Essa estratégia de despejo sem o uso da polícia e sem um mandado de reintegração de posse para a execução já havia sido usado na Ocupação Zumbi dos Palmares, como já relatado, com outra estratégia, lá o despejo também foi forjado pela

Prefeitura através de contrainformação e terror, provocado pelo medo do impacto da implantação do projeto Porto Maravilha.

A última pessoa do coletivo do Quilombo saiu de lá, na iminência do despejo, que foi assim, o que eles fazem, “nós temos um compromisso aqui com a Quilombo, as pessoas são as outras pessoas”. A gente escuta as pessoas da CDURP dizer barbaridades, tipo assim, “esse prédio foi condenado, não pode cair na cabeça de vocês, agora se cair na cabeça daquele pessoal lá atrás o problema é deles”. Enfim, a gente teve um desgaste muito grande, com uma pessoa que trabalhava na CDURP, “como assim tem mais de 50 crianças, está dizendo que as crianças podem morrer?”, “não, a gente não tem compromisso com esse pessoal ali detrás, tem compromisso com a Quilombo”, e a gente dizia, “não, tem que ter compromisso por todo mundo que quem jogou essas pessoas aqui atrás foram vocês”. Fato que a gente reconheceu, foi a Quilombo que reconheceu lá atrás como moradia, isso a gente decidiu em coletivo, porque se a Quilombo ter reconhecido aquelas pessoas como coletivo, elas não teriam recibo aluguel social, não teria sido cadastradas, não teriam enfim... algumas até receberam casa em Santa Cruz. A gente reconheceu que aquelas pessoas estavam lá e foram jogadas pela prefeitura ali e a gente precisava reconhecer isso politicamente, porque a gente entendia que tinha que separar a dor da gente tá sendo expulso dali pela própria convivência com aquelas pessoas, com entender que aquelas pessoas também são vítimas daquele processo, ser vítimas desse processo de exclusão. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

Aruana relata o jogo feito pela CDURP que, ao mesmo tempo que leva os moradores do Bairro 13 para o galpão de Docas atrás da Quilombo em carro oficial, se desresponsabiliza daquelas famílias conforme julga necessário. Segundo Aruana, depois de tudo, o ex-prefeito Eduardo Paes ainda disse nos jornais que negociou com os moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras e os reassentou. “A gente achou um absurdo ele dizer que tinha dado casa para gente e a gente fez uma manifestação e ocupou a CDURP e exigiu que eles escrevessem uma matéria se retratando que ele não havia dado casa para o movimento” (Depoimento da Aruana, 18/04/2017). Rudá relata que outra estratégia da CDURP era separar as ocupações: “Com a gente eles faziam reunião separado, dizendo que nós éramos a prioridade, éramos legítimos, a ocupação, o coletivo que ocupou o prédio, enfim. Falando mal do outro coletivo, com eles provavelmente falavam mal do coletivo da Quilombo, quando na realidade, só não falavam mal deles, promoviam essa discórdia” (Depoimento de Rudá, 07/08/2016).

Mesmo tendo afetação direta no processo de desmonte da Ocupação Quilombo das Guerreiras, seus moradores não responsabilizam o Bairro 13 diretamente pelo o fim da ocupação e fazem uma leitura do papel da Prefeitura nesse processo. Intimamente ligado aos interesses privados em detrimento da necessidade real de moradia e se aproveitavam da pobreza para manipular os moradores do Bairro 13. O que aconteceu com a Quilombo das Guerreiras me levou a fazer uma relação de como a polícia e o Governo Americano se infiltraram nos movimentos negros de luta pelos direitos civis para sufocar a mobilização, principalmente para desarticular o grupo político Panteras Negras. Foram realizadas ações de espionagem, intimidação e também se utilizaram do tráfico de drogas nos guetos para

desestabilizar as organizações coletivas. O governo americano tinha receio da ameaça que representava a organização da população negra exigindo direitos e reparação, como os processos de organização negra no Brasil, minar uma ocupação organizada como a Quilombo das Guerreiras era a possibilidade de minar a construção autônoma e soberana de uma moradia, que não estava centrada apenas em ter uma casa ou não, mas, sim, de acesso à cidade e tudo que ela pode oferecer. Foi devastador para os negros americanos, e tem sido para toda a comunidade negra brasileira, o uso desses instrumentos para arruinar qualquer tipo de organização contra-hegemônica. O fenômeno das drogas, da proibição, lucro e o aparato de guerra para mantê-la e combatê-la não é por acaso, é uma estratégia de controle da população negra, aprisionamento e desmobilização.

Eu acho que a Quilombo, o que fez a Quilombo, a resistência da Quilombo, que a quilombo não saiu do espaço enfim... que tava seu fracasso, saiu de um golpe da Prefeitura quando essa desocupa alguns coletivos e remove para a parte de trás do prédio que a gente não tinha ocupado, era um coletivo que chegou um tempo que era 5x maior do que o nosso coletivo, era um coletivo que também tinha alguns outros interesses, mas eram pessoas que tinham a real necessidade de moradia, nós mesmos fomos cedendo espaços que a gente não utilizava para aquelas pessoas por entender sua necessidade de moradia, mas por esses outros motivos, e essa migração de dentro desses coletivos para dentro do prédio, ameaças, alguns de nós fomos ameaçados mesmo até de morte, isso foi um processo implodido pela própria Prefeitura. Que a princípio o Doca já tinha sido chamado pelo juiz a comparecer 3 audiências, já tinha se recusado e posterior a saída da Quilombo eu fui na audiência que foi marcada, quando o juiz perguntou “tem alguém no prédio?”, e as advogadas tiveram que falar que “não”; e o juiz disse, “porque se tivesse, você sabe que eu teria que dar causa para eles”. Então a Prefeitura não fez isso à toa, eles têm informações privilegiadas, e eles sabiam que a gente ia gerar um fato político no Rio de Janeiro, que a Quilombo era uma ocupação que tinha um apoio, um apoio interno, um apoio externo, que conquistou um respeito, que revitalizou aquela área (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

Não revitalizou porque o centro, processo de revitalização das áreas centrais, porque “revitalizar” é uma palavra hipócrita, ela não existe. Revitalizar significa dar vida e o centro não tem falta de vida o centro ele tem falta de políticas, porque quando o centro do Rio de Janeiro era capital, essa população foi expulsa, e aí culparam os negros, os pobres e os desempregados pelas próprias pestes e posteriormente quando o centro deixa... quando o Rio de Janeiro deixa de ser a capital do Rio e volta a ser reocupado, vem aí um processo de revitalização do governo Paes. No primeiro governo do Eduardo Paes ele já disse ao que vinha, que era um processo mais uma vez de higienização dessa área, processo de expulsão dessas camadas populares do centro da cidade. Mais uma vez o centro é negado a essa população, esse trabalhador que constrói a cidade e teve esse choque de ordem teve duas vertentes, que foi o ataque diretamente às ocupações sem-teto e aos camelôs. E gerou também um fórum contra o choque de ordem que chegou a brigar 40 comunidades diferentes entre ocupações e favelas acho que foi um dos maiores movimentos que a gente fez nesse período. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

Essa confusão de Aruana sobre "quem revitaliza o que" é uma disputa da memória e do discurso sobre a revitalização. A adoção do nome de “revitalização” para as intervenções urbanísticas já pressupõe o Porto como um lugar esvaziado de vida. Logo, se tornariam legítimas as ações compreendidas naquela localidade, principalmente as que remetem à

higienização e desenvolvimento, dada a história do Porto, "seu abandono e esquecimento". As ocupações urbanas-sem-teto-de moradia revitalizam o Centro e o processo de "revitalização" promovido pelo Estado des-revitaliza, porque escolhe quem pode se estabelecer nesse território, a cidade deixa de ser de todos para ser de alguns, aqueles que podem pagar por ela. A revitalização proposta pela Prefeitura do Rio tinha cor e renda. Isso fica claro no seguinte episódio, enquanto os sem-tetos eram desalojados, na antiga Fábrica Bhering, no Santo Cristo, onde estão instalados 52 ateliês e 21 empresas de "profissionais criativos", descrição utilizada por eles, quando sofreram uma ameaça de despejo, logo a Prefeitura determinou o tombamento e a desapropriação do espaço, garantindo a permanência dos locatários no endereço⁷⁸.

Ah, sim. Enfim, na Copa, a gente não estava mais em Quilombo, não. Com certeza, já não estava mais em Quilombo, não. Aí, a Globo já estava mostrando as suas garras literalmente. Tipo, 2010, mais ou menos. Já havia essa grande proposta da tal revitalização da Zona Portuária, que a gente não entendia de onde eles tiraram esse nome de revitalizar um local que já tinha vida. É uma coisa que tem que ser questionado até os dias de hoje: esse nome "revitalização da Zona Portuária". Como se não tivesse história a Zona Portuária. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Seu Ubiratã já via a ocupação como esse lugar potencial de revitalização, apenas a presença deles no espaço já o modificava:

Eu via um lugar, assim, feio. Era de passagem, mas eu via Rua Rodrigues Alves um lugar muito esquisito, abandonado, sujo, de mau aspecto realmente. Um lugar de abandono onde eu via também tanto armazém fechado, as coisas esquisitas. Como uma área daquela, de repente, ficou daquele jeito? Por que aqueles armazéns todos fechados? Tinha essa impressão. Aos finais de semana, fica mais acentuado ainda esse abandono. E a Quilombo das Guerreiras era até um ponto onde as pessoas, de certa forma, encontravam apoio. Por não ter nada no lugar, até muitas vezes muitas pessoas procuravam ir ao banheiro. Até a própria questão da segurança, nós fazíamos um papel também, a nossa presença ali. Desempenhava um papel de segurança devido realmente ao abandono do centro da cidade, principalmente naquela região ali, a zona portuária. Foi se degradando de uma forma proposital. (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017)

O sucesso da ação da Prefeitura para retirar os moradores da Quilombo das Guerreiras do imóvel está fundada na operação da violência. Da infiltração até cortar a luz, água e se utilizar de um conhecimento técnico para ludibriar os sem-tetos: "O pessoal do (CDURP) falou, inclusive, foi um pessoal lá da prefeitura, foram os engenheiros dizendo que (...) não tinha como morar dentro do prédio, porque o prédio não estava legal", "uma mentira absurda somente para tirar a gente dali, porque eles não queriam a gente ali" (Depoimento de Yara, 19/03/2017). Segundo Fanon (1968, p.28), nas regiões coloniais, "o intermediário [entre o poder] não torna mais leve a opressão, não dissimula a dominação. Exibe-as, manifesta-as

78 Decreto disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Dsn/Dsn13667.htm> Acesso em 09/09/2017

com a boa consciência das forças da ordem. O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado”. Assim, aniquilando-o, mas as ideias permanecem, e todo processo vivido na ocupação não se esvai com o despejo.

Bom, é assim, para mim, em particular, eu tinha pouquíssimas esperanças de ficar naquele prédio, sempre tive, enfim... e é um prédio mais bonito, a ocupação, a estrutura de prédio mais bonita que tinha, tinha teatro imagino, era o prédio mais bonito, sonhava ali realmente em requalificar aquele prédio. Imagina um teatro para os movimentos sociais, mas assim, pelo próprio histórico, pelo próprio histórico de especulação imobiliária, pelo próprio histórico de poder judiciário, assim é pela própria lei de terras de 1850 que prevalece sobre a lei de função social da propriedade, pelo próprio reconhecimento disso. A gente tava com o Rio de Janeiro, quando ocupou o Quilombo ali, 2006 a gente achou o Rio de Janeiro já tinha o que, 5 anos, 5 ou 7 anos de discussão de plano diretor, de lei de função social da propriedade, quase 10 anos e nunca se aplicou imposto progressivo nenhum, algumas coisas vão levando a gente entender que é difícil para uma classe, é difícil para uma classe. Não se tinha histórico de nenhuma ocupação onde o terreno que a prefeitura tem aplicado imposto, nunca aplicou que tenha perdido e que aquele imóvel tenha passado a ser um imóvel destinado para moradia, não se tinha isso, se tinha Quilombo, se tinha Chiquinha que o INCRA assim que eles ocuparam falou que não tinham interesse no prédio, então assim, relativamente foi um pouco mais fácil do que quando o órgão não tem interesse no prédio, Quilombo não, como Docas era uma companhia mista, nunca abriu essa possibilidade da gente ficar com o prédio, então assim, já não tinha essa possibilidade, partindo de todos os contatos que a gente teve com a Companhia, com toda a diferença que era a Quilombo, toda ocupação do Rio de Janeiro. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

Figura 13 - Atividade realizada contra o despejo forçado

abraço na
Ocupação Quilombo
das Guerreiras

9/3 (sáb)
a partir das
15h

Av. Francisco Bicalho, 49
Próx. da Rodoviária
Novo Rio

PROGRAMAÇÃO

Shows:

- < DJ Castro >
[do BNegão
SoundSystem]
- < El Efecto >
- < Repper Fiel >
- < PH Lima >
- < Banda Corisco >

Lançamento do curta
"Mulheres Guerreiras"

Exposição de fotos
"Tudo isso é nosso"
(fotos de Alvaro Riveros)

>>> Caldos liberados
>>> Venda de bebidas

minha casa me abriga

minha casa minha briga

Fonte: BLOG PELA MORADIA, 2013

3.1 O porto novo

Aruana aponta que o projeto de “revitalização” das áreas centrais existe há mais de 30 anos e que com a Copa e as Olimpíadas foi uma oportunidade para tirá-lo do papel, contudo, ela denuncia que ao invés da SPU (Secretaria de Patrimônio da União) destinar seus imóveis para moradia popular, não foi essa iniciativa, muito pelo contrário, destinou imóveis públicos para o capital.

Eles iam ali para ver aonde se tinha imóvel, para disputar com os movimentos, e eu não posso me esquecer que a Dilma, governo Dilma ainda, destinou os prédios ociosos do Rio de Janeiro à supervisão da prefeitura, ou seja, aqueles imóveis de economia mista e tinha economia federal ali do SPU e enfim, que deixou para a administração da prefeitura. Isso deu um poder para a prefeitura extremo e portanto é óbvio que a gente culpe o despejo da Quilombo a prefeitura, que foi feito através da CDURP que foi um órgão criado para obra do porto e não foi à toa, quando Donald Trump diz “eu tenho interesse nessa área para construir Trump Towers, e aí 5 prédios de 50 andares”, é óbvio que a gente virou o cocô do cavalo do bandido, é óbvio que se tivesse, sei lá, um parquinho entre uma praça e um moradores sem-teto, a sociedade civil vai sempre querer uma praça, enfim, existe uma marginalidade que tá aí, é construída, é através da TV, através da manipulação midiática mesmo e a gente sofreu esse impacto todo, é óbvio que tudo piorou sim, quando Donald Trump teve interesse naquela área eu me lembro que eu pensei resumir em 5 letras, fodeu. Porque quem é Quilombo das Guerreiras em relação a Donald, ao interesse do Donald Trump, Quilombo das Guerreiras é varrida como uma poeira. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

Os moldes em que aconteceu a ocupação e você reconhece, os moradores reconhecem que eles estão ali por direito, que a Constituição, a Constituição é bem clara e todo imóvel deve ter uma destinação social, ele não pode ficar abandonado, largado. Então, ela foi feita dentro desses moldes que tem acontecido na primeira vez que eu citei lá atrás alguns companheiros que foram remanejados para Nova Iguaçu. Mas aconteceu a segunda vez e dessa vez com sucesso. As pessoas, de uma forma organizada, realmente precisando morar, sem ter onde morar, essa que é a causa: é a moradia. Quem está lá, não quer vender, não quer trocar, não quer permutar. A pessoa que está ali quer morar, precisa de morar, principalmente no centro da cidade onde o pobre também deve ter seu direito. O pobre também deve ter seus direitos. E infelizmente é triste, mas foi o único lugar que realmente se deu a ocupação e está lá ainda com suas dificuldades, lutando. O processo parece que ainda não terminou. Isso é uma vergonha para esses políticos, politiquinhos que nós temos aí. Uma vergonha que eles não reconheçam a organização do povo. (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017)

Aruana destaca ainda o trabalho da mídia contra os sem-tetos. A "nova Zona Portuária" com museus, aquário, boulevard precisava se desfazer de tudo que lembrasse seus tempos antigos, onde não existiam esses equipamentos turísticos, mas tinham ocupações, barracões de escola de samba, camelódromos e zonas de prostituição. E nasce também uma falsa ideia de preservação da memória local com a intensa criação de “mercados da memória”, que passam pela museificação, nesse período foram construídos o Mar e o Museu do Amanhã. O passado "toma um banho de loja" e tornado folclore é comercializado, são produzidas festas e feiras para exaltar uma história que o próprio poder público faz questão de apagar. Um

processo de memorialização do espetáculo. O espaço se torna um produto destinado àqueles que detiverem condições financeiras de consumi-lo. As relações de solidariedade, coletividade e trocas experimentadas por toda região por coletividades negras são sufocadas para que a nova mediação das relações seja a do dinheiro, mas para ter legitimidade usurpam antigos signos e os remodelam. Então, o que era possibilidade de pertença vira farsa. Hoje, a região portuária do Rio de Janeiro vive um boom de comércios voltados para quem é de fora e só consome o lugar. Esse processo promove um apagamento da história e das relações vividas naquele lugar. Rudá relata que não consegue mais lembrar de como era a rodoviária:

Eu não consigo mais lembrar. Incrível isso. Eu não consigo lembrar da rodoviária antiga. Por exemplo, eu até posso lembrar da rodoviária antiga, porque eu me lembro, há uns 15 anos atrás, que fui levar minha mãe na rodoviária, que ela foi para Cachoeira de Itapemirim, foi de ônibus, ela e meu pai, e eu tirei uma foto na frente da rodoviária. Mas, aí, engraçado, tudo bem, eu tenho essa foto guardada lá. Mas, aí depois, gente, como é que pode? Alguém me perguntou lá na cidade: “Como era a rodoviária, porque eu não estou conseguindo me lembrar?”. Aí eu fui puxar pela memória e não consegui lembrar. Mas, depois, agora, por esses dias, me veio novamente à memória, porque a rodoviária era muito próxima do Quilombo. Então, como a rodoviária tinha luz, o quê que a gente fazia? A gente levava laptop para carregar lá, celular para carregar lá, a gente usava o banheiro de lá, às vezes, então, tinha essa proximidade, porque aí me veio, mais ou menos, mas, não veio tudo, mas, veio, mais ou menos, como era anteriormente a rodoviária. Incrível, né, isso? Essas coisas se colocam justamente para você entrar nesse processo de esquecimento. De não pertencimento mesmo. Aí, você acaba esquecendo mesmo, é proposital. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Ele mesmo aponta que é proposital, uma estratégia do Poder Público de nos distanciar do lugar e da história. “Então, é uma coisa, eu chamo de muito bem feita, pois eles conseguem manipular você de tal forma que você não tem mais lembranças. Desses espaços, como era a Praça Mauá, que eu também não me lembro” (Depoimento de Rudá, 07/08/2016). Para Aruana, o “mais chocante” desse processo são os museus construídos que não fazem referência ao “porto por onde chegavam os navios negreiros, então assim era a negação da história, negação de um genocídio de um povo, é um processo letárgico de encobrimento de história” (Depoimento da Aruana, 18/04/2017), e que atinge desde o africano escravizado à força a nós que estabelecemos moradia mais de 300 anos depois. Ela lembra da Praça Mauá na época da Ocupação Zumbi dos Palmares:

Era um lugar onde trabalhador pegava seu ônibus, antes disso sentava bebia uma cerveja, onde a gente via é, classes mais populares. O que que é a praça Mauá hoje? Aonde tem um baile funk, que é um “baile funk”, não é baile funk, para burguesia que se cobra uma entrada de 100 reais, um projeto de revitalização, ai revitalizar para mim, é um processo de revitalização, é um processo de expulsão dessa classe, daquela área, então você vê, turistas de toda a parte do Brasil. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

Então, é um processo de letárgico, de apagamento de memória, todo esse processo de maquiagem de obras do Rio de Janeiro, é para mostrar um Rio de Janeiro que não existe, um Rio de Janeiro genocida, um Rio de Janeiro que não conta com a

população que construiu essa cidade, um Rio de Janeiro que expulsa essa população, um Rio de Janeiro para o turismo, e um Rio de Janeiro que daqui a pouco, não vai ser muito tempo, daqui a pouco vai estar fadado a novas ocupações, porque isso que me dá esperança, que uma cidade fantasma é uma cidade turística. O turismo ele tem seus picos, de ida e vinda, então os prédios continuam desocupados, ou seja, o que me dá esperança é isso, você tira é casarão azul, uma ocupação que só de crianças tinham 90, só de mulheres grávidas 30, você despeja aquelas pessoas, e tá lá o casarão azul fechado, você tira Zumbi dos Palmares com um coletivo de mais de mil pessoas e tá lá, Venezuela fechada, você tira Quilombo e mesmo as pessoas que moravam atrás da Quilombo e tá lá, a Quilombo fechada, você tira Machado de Assis e tá lá Machado de Assis fechada, qual a resposta que essa população vai dar? Essa população não conhece outra resposta, a resposta é ocupar de novo sempre, a resposta é tomar, tomar o que é nosso que tá ali fechado. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

Tuane me relata que passou outro dia na Quilombo das Guerreiras e deu para ver pelo lado de fora do prédio que a porta do quarto dela estava aberta e o prédio vazio. “Aquilo foi só desculpa” (Depoimento de Tuane, 31/07/2016). Ela ainda me dá outro marco para pensar o despejo: “Tiraram primeiro o Shopping Leopoldina, depois foi a gente” (Depoimento de Tuane, 31/07/2016). O Shopping Leopoldina era um espaço de comércio popular, onde ficam as paradas de ônibus na Leopoldina. Todas as análises dos moradores da Quilombo das Guerreiras são fundamentais para entender esse processo que a cidade passou e ainda vive os reflexos. Uma tentativa da Prefeitura de subestimar o povo, segundo Aruana:

Não adianta construir um museu lindo em cima daquilo, centenas de pessoas sabendo daquele espaço, centenas de pessoas podem pegar o teleférico sabem a realidade por onde passa o teleférico é uma, duas ruas depois é outra. As pessoas sabem, minha esperança é essa, as pessoas sabem e vão cobrar sua história, porque não... a gente não pode admitir enquanto indivíduo, enquanto pessoa, enquanto militante que eu ouvi de uma estatística recentemente que aumentou em 40% a população de morador de rua no Rio de Janeiro. A gente não pode enquanto militante cruzar os braços em relação a isso se a gente entende só através de ação direta e ação indireta, “ façamos pelas nossas mãos aquilo que o Estado nunca vai fazer por nós”. (Depoimento da Aruana, 18/04/2017)

Seu Ubiratã lembra que esse processo é cíclico. Não foi a primeira vez que aconteceu. Na verdade, minha tentativa nesse trabalho, desde o primeiro capítulo é apresentar histórias de apagamento, expulsão e silenciamento da população negra desse território.

É o interesse da especulação imobiliária, a história se repete e você vê que logo após veio a revitalização. Aí já com propostas diferentes, de grandes obras, de prédios conforme nós estamos vendo aí. Hoje lá tem seus prédios, a especulação imobiliária cada vez mais presente no lugar atraiu investimento de outras empresas. E hoje para, 15 anos atrás disso, mais ou menos, quem viu não imagina o que foi há 15 anos a região portuária principalmente pela questão da especulação imobiliária, onde muitos moradores perderam seus lugares e foram retirados para áreas mais distantes, periferia, Baixada. (Depoimento de Seu Ubiratã, 18/04/2017)

A história das ocupações sem-teto, do cabeça de porco, das tias quituteiras, do Valongo marcam não só as pessoas, marcam o território e criam uma identidade comum para aqueles que partilham da mesma memória. O processo de Revitalização da Zona Portuária tenta

enterrar a memória para construir uma nova história, nesse ínterim são resgatadas manifestações culturais, tradições e outros elementos que silenciam a história dos marginalizados, pessoas que estão à margem do Porto.

Então, vem esse rolo compressor chamado Porto Maravilha, Porto Novo, Revitalização da Zona Portuária, CDURP e passa por cima de tudo e de todos, em nome, naturalmente, do capital, desse processo insano, doentio de gentrificação da cidade, você acaba interferindo diretamente na vida dessas pessoas, que vivem nessas áreas, levando essas pessoas a abandonarem suas casas e irem morarem em outros locais, não porque elas querem, mas pelo encarecimento do entorno dela. Ela não se vê moradora dessa nova área. O próprio exemplo disso é o Morro da Providência, que acaba sendo arreatado por essas questões daqui da Zona Portuária. Então, infelizmente, é lamentável. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Infelizmente, não tem uma varinha de condão, ou não tem uma cartola que possa utilizar da mesma para retransformarem, deixarem da forma que estava, não desconfigurar todo Santo Cristo, Gamboa e Saúde. São bairros históricos, onde a cidade do Rio de Janeiro começa por aqui, começa por essa área. Hoje em dia, o que está acontecendo é um processo de gentrificação - como falei antes, um processo cruel de despejo daquelas pessoas que vivem nessa área e não tem onde morar, e está aí essa grande manifestação que é pertinente, que é o direito à moradia, mas, continua sendo negada, continuam inúmeros imóveis nessa região vazios, sem cumprir nenhum tipo de função social. (Depoimento de Rudá, 07/08/2016)

Rudá retoma o debate sobre a cidade a partir da perspectiva da luta por moradia. Os moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras desenvolveram uma forma própria de morar-viver na cidade e transformá-la, mas os interesses do capital na cidade mercantil, colonial, ainda conseguem sobressair às iniciativas do povo de recondução da sua própria história, e, para isso, o Estado se utiliza de ilegalidades. Um jogo sujo contra os verdadeiros fazedores da cidade.

Figura 14 - Trator da Porto Novo na Ocupação Quilombo das Guerreiras



Fonte: BALTAR, 2013

CONCLUSÃO

Franz Fanon (1961, p.34) descreve a cidade do colono como uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. Uma cidade de brancos, de estrangeiros. A cidade do capital carrega as mesmas características, quem anda pela região do Porto do Rio de Janeiro vê por toda parte construções de ferro, prédios enormes espelhados, tampando todo o horizonte. Pessoas de todo mundo desembarcando dos navios ancorados no Porto, caminhando pela Praça Mauá. Para a cidade do capital não cabem nesses prédios, nessas ruas e com essas outras pessoas, aqueles que vivem [viviam] e trabalham [trabalhavam] naquele local. A eles é negado até usufruir do mesmo espaço.

Mesmo com espaços vazios, abandonados e pessoas precisando de moradia, nada disso é motivador para adoção de projetos de habitação social na Zona Portuária pelo poder público (para além do discurso político). É mais interessante, para eles, deixar esses espaços vazios, para a especulação. Por isso, iniciativas autônomas ligadas a uma práxis dos movimentos sociais e com o compromisso do resgate e manutenção da memória do povo negro, comprometida na efetivação do seu próprio direito fundamental à moradia e à cidade é combatida. A Ocupação Quilombo das Guerreiras não é só rechaçada por ser considerada um "bando de arruaceiros", mas por ser uma mancha, uma marca negra, no processo de elitização da região. A estratégia para acabar com a Ocupação foi desarticular seus moradores, ligá-los a ilegalidades, a fim de que iniciativas como a da Ocupação Quilombo das Guerreiras sejam desacreditadas. O terror é implantando para que não se repita outro modelo como aquele.

Yara me confidenciou que até evitava passar perto do imóvel onde era a Quilombo, “eu tenho muita mágoa disso, mágoa porque a gente não saiu por vontade, a gente foi obrigado a sair, tenho muita mágoa, mas eu tenho saudade. Mas eu evito de passar para não ter lembranças, evito” (Depoimento de Yara, 19/03/2017). O relato dela evidencia o lado mais perverso das ações da Prefeitura contra o povo, o processo que os moradores da Quilombo das Guerreiras foram submetidos é de tanta violência que eles se privam de ter lembranças, essas ficam guardadas, esquecidas. Eu iniciei esse trabalho com uma frase de Abdias (1980, p. 21) que dizia que nós, os negros temos sido forçados a esquecer nossa história e a nossa condição por um tempo demasiadamente longo. Yara por preservação ainda faz isso.

Yara não passa pela Quilombo. Eu, como disse no Capítulo 1, passo cotidianamente por prédios que já foram ocupações, mas, hoje, estão vazios, todos com portas cimentadas, janelas arrancadas. Em um deles, o muro externo virou espaço para arte urbana, sem nenhuma referência à luta travada por habitação naquele local. Pierre Nora (1993) destaca que os

processos de mundialização, massificação e midiaticização causaram o desmoronamento da memória. A nossa história é o produto do passado construído pela nossa sociedade, que como nela o racismo é estruturante, não há esforços para preservar a memória dos grupos “minoritários”. Estamos condenados ao esquecimento. A história como é hoje é a deslegitimação do passado vivido.

Em 25 de novembro de 2016, o jornal O Globo publicou uma matéria sob o título “Pobreza crônica: Zona Portuária tem 18,2% dos moradores vivendo com até R\$ 206”note, o texto apontava que mesmo com uma parte da região “revitalizada”, contando com VLT e o Boulevard Olímpico, pouco se avançou no “combate a uma das chagas brasileiras”, a pobreza. E ainda trazia os seguintes dados: Em 1970, a região contava com 23,4% pobres. Em 2010, o índice era de 18,2%. Uma redução de apenas 5,2% nos últimos 40 anos. Uma pobreza crônica, afirmara o diretor da FGV Social Marcelo Neri para o jornal, mas o texto não trazia elementos para entender a raiz do problema, o que condenou os habitantes daquela região à pobreza, nem apresentavam quem eram aquelas pessoas. E para os que conseguiram ficar, a situação pode ser mais aterrorizante. Com o avanço do processo de elitização da região, fica mais caro viver no Porto. É necessário compreender as estratégias utilizadas pelas forças que nos exploram, oprimem, alienam e nos condenam ao esquecimento. Lefebvre (2001, p. 47) aponta que a cidade tem uma história e ela é a obra pessoas de grupos. A Quilombo das Guerreiras aprofundou as disputas espaciais na região portuária. As ocupações, como os cortiços, são considerados lugares que precisam ser exterminados, essa medida visa destinar para o grande capital nacional e internacional os lugares que eles desejam ocupar e que não tenha resistência ou oposição, enquanto a isso.

Ao povo negro e empobrecido é negado o direito de ter direito, essas estratégias adotadas pelo poder público também promovem o embranquecimento da região, através de reformas urbanas e da expulsão de quem lá vive. Uma disputa racial-espacial. Essa foi a forma que eu encontrei de explicar as questões que envolviam a Ocupação Quilombo das Guerreiras, que dão origem àquele coletivo e as forças que o destruíram. Contudo, é preciso destacar o que fica, a organização da Quilombo das Guerreiras produziu espaços de diálogo, elaborou uma forma própria de organização e de autoformação, instaurando um processo de formação de um novo sujeito coletivo, com práticas baseadas no cooperativismo, no apoio mútuo e voltado para a reconstrução da sua própria história. E uma prova disso foram os relatos dos moradores, analisavam a todo momento sua condição enquanto atores e atrizes do processo. Walter Benjamin (2012, p.221), no texto O Narrador – Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov, diz que narrar é intercambiar experiências, e destaca: [a narrativa] “não

está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada, como uma informação ou um relatório imprime-se na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso”. A narrativa é a memória e a experiência. Nesse percurso, os moradores da Quilombo das Guerreiras demonstraram, a partir da sua intervenção, como transformaram a cidade. E mesmo após o despejo a memória fica, pois ela que constituiu e marcou a identidade daqueles indivíduos e de toda comunidade, que partilha dela, se esta tiver de acordo com o construído.

A região portuária da minha lembrança é a recordação de um tempo vivido e revivido todas as vezes que cruzo seus lugares. Não sei até quando isso vai durar.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma única história. **TEDGlobal 2009** (18m49s). Disponível em <https://www.ted.com/talkschimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br>. Acesso em: 16 jul. 2017.
- AGÊNCIA BRASIL. **Entrada da Ocupação Quilombo das Guerreiras**. Rio de Janeiro, 2013. Fotografia.
- AMOROSO, Mauro. **Caminhos do lembrar**: a construção e os usos políticos da memória no morro do Borel. Rio de Janeiro: Ponteio, 2015.
- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis, Rj: Editora Vozes, 2000.
- AUGUSTO, Otavio. 33 milhões de brasileiros não têm onde morar, aponta levantamento da ONU. **Correio Braziliense**, [s. l.], 3 maio 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/05/03/interna-brasil,678056/deficit-de-moradias-no-brasil-chega-a-6-3-milhoes-sp-tem-a-maior-defa.shtml>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- BALTAR, Luiz. **Maquinário da Concessionária Porto Novo usado nas obras para desalojar a Ocupação Quilombo das Guerreiras**. Rio de Janeiro, 2013. Fotografia.
- BARROS, José Flávio Pessoa de. As Comunidades Religiosas Negras do Rio de Janeiro da Origem à atualidade. **Acervo Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.2, n.22, p.121-130, 2009.
- BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos, um Haussmann tropical**. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- BENJAMIN, Walter. “O Narrador”. In: Benjamin, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2012.
- BLOG PELA MORADIA. **Atividade realizada contra o despejo forçado**. Rio de Janeiro, 2013. Cartaz.
- BOTTARI, Elenilce; RAMALHO, Sérgio. Milícias avançam pelo corredor do Pan 2007. **O Globo**, [s. l.], 9 dez. 2006. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/milicias-avancam-pelo-corredor-do-pan-2007-4541223>. Acesso em: 9 set. 2017.
- BRASIL. **Decreto de 10 de Setembro de 2013**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Dsn/Dsn13667.htm. Acesso em: 09 set. 2017.
- BRITO, Diana. Prefeitura do Rio anuncia remoção de 119 favelas em área de proteção até fim de 2012. **Folha de São Paulo**, [s. l.], 8 jan. 2010. Disponível em:

<https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/01/676460-prefeitura-do-rio-anuncia-remocao-de-119-favelas-em-area-de-protecao-ate-fim-de-2012.shtml>. Acesso em: 9 set. 2017.

CANDIDA, Simone. No antigo prédio da Bhering, uma fábrica de arte de portas abertas no Porto. **O Globo**, [s. l.], 22 jun. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/no-antigo-predio-da-bhering-uma-fabrica-de-arte-de-portas-abertas-no-porto-12961897#ixzz4sB6eyq8s>. Acesso em: 9 set. 2017.

CARVALHO, Janaína. Conheça a história da 1ª favela do Rio, criada há quase 120 anos. **G1**, [s. l.], 12 jan. 2005. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html>. Acesso em: 23 set. 2016.

CARVALHO, Marcela Melo de. **Babel da crença**: candomblés e religiosidade na belle époque carioca. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. **Acampamento em frente à Ocupação Quilombo das Guerreiras, em uma das faixas "Lula, cumpra sua palavra. Prédio abandonado deve ser ocupado. O povo precisa de moradia"**. Rio de Janeiro, 2006. Fotografia.

CESAR Maia assina contrato para Guggenheim no Rio. **Estadão**, [s. l.], 30 abr. 2003. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,cesar-maia-assina-contrato-para-guggenheim-no-rio,20030430p3574>. Acesso em: 25 set. 2016.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CINCO dias após o assassinato do companheiro Oséias de Carvalho, justiça de Nova Iguaçu rejeita ação de reintegração de posse da Ocupação 17 de Maio. **Redecontraviolencia.org**, [s. l.], 26 mar. 2009. Disponível em: <https://redecontraviolencia.org/Noticias/443.html>. Acesso em: 8 jan. 2017.

COSTA, Camilla. 5 mapas e 4 gráficos que ilustram segregação racial no Rio de Janeiro. **BBC Brasil**, [s. l.], 10 nov. 2005. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151109_mapa_desigualdade_rio_cc. Acesso em: 8 set. 2017.

DA SILVA, Fabiano Soares. Para Padreco. In: **Sendeiro das Letras**. Rio de Janeiro, 12 fev. 2017. Disponível em: <https://sendeirodasletras.blogspot.com/2017/02/para-padreco-fabiano-soares-da-silva-rj.html?m=1>. Acesso em: 15 fev. 2017.

DAFLON, Rogério. Morro da Providência será reurbanizado e ganhará dois teleféricos e plano inclinado. **O Globo**, [s. l.], 28 mar. 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/morro-da-providencia-sera-reurbanizado-ganhara-dois-telefericos-plano-inclinado-3032742>. Acesso em: 9 set. 2017.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Tradução livre de Plataforma Gueto, 2013.

DO RIO, João. **As Crianças que Matam**. In: DO Rio, João. Cinematógrafo (Crônicas Cariocas). Rio de Janeiro: ABL, 2009. 290 p. (Coleção Afrânio Peixoto. v.87).

EDUARDO Paes elogia ações de milícias de PMs em Jacarepaguá. **O Globo**, [s. l.], 15 set. 2006. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2006/eduardo-paes-elogia-acoes-de-milicias-de-pms-em-jacarepagua-5000337>. Acesso em: 9 set. 2017.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Lisboa: Editora ULISSEIA, 1961.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Globo, 2008.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **O custo dos deslocamentos nas principais áreas urbanas do Brasil**. FIRJAN, 2015. Disponível em <<https://firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/o-custo-dos-deslocamentos-nas-principais-areas-urbanas-do-brasil.htm>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

FREIRE, Pedro Guilherme Mascarenhas. **Porto dos desterrados: morte e vida de uma habitação coletiva na área portuária do Rio**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2011.

FRENTE DE LUTA POPULAR. **Avisos na Ocupação Chiquinha Gonzaga: “Não existe verdade eterna, a única verdade eterna que existe, é que tudo está eternamente mudando”, “Reunião de 2º a 6º, de 20h às 22h e das 07h às 8h. Aos sábados e domingos de 08h às 09h e das 20h às 22h”, “Café da manhã de 06h às 07h, almoço das 12h às 13h30 e jantar das 19h às 20h”**. Rio de Janeiro, 2004. Fotografia.

FRENTE DE LUTA POPULAR. **Fachada da Ocupação Chiquinha Gonzaga**. Rio de Janeiro, 2004. Fotografia.

FRENTE DE LUTA POPULAR. **Mural da Ocupação Chiquinha Gonzaga, ao lado matéria de jornal com o título “Fábrica ontem, condomínio hoje”**. Rio de Janeiro, 2004. Fotografia.

FRENTE DE LUTA POPULAR. **Ocupação 17 de Maio. Faixas: 1) “Com paz e união conquistaremos nossa terra” 2) “Queremos nosso chão para construir nosso teto”. Cartaz: “Queremos paz e também queremos terra”**. Rio de Janeiro, 2003. Fotografia.

FRENTE DE LUTA POPULAR. **Ocupação 17 de Maio**. Rio de Janeiro, 2003. Fotografia.

FRENTE DE LUTA POPULAR. **Porta da sala das crianças da Ocupação Chiquinha Gonzaga**. Rio de Janeiro, 2004. Fotografia.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte, 2016.

GUGGENHEIM de Las Vegas fecha suas portas. **Folha de São Paulo**, [s. l.], 6 jan. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u17010.shtml?origin=folha>. Acesso em: 25 set. 2016.

JOGOS viram teste para Pan-2007, admite COB. **Folha de São Paulo**, [s. l.], 31 jul. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk3107200216.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

JUSTIÇA do RJ mantém condenação a Cesar Maia e Fundação Guggenheim. **G1**, [s. l.], 11 nov. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/justica-do-rj-mantem-condenacao-cesar-maia-e-fundacao-guggenheim.html>. Acesso em: 25 set. 2016.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo, Sp: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 29, p.73-89, jul/dez. 2012.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HONORATO, Cezar. Porto do Rio de Janeiro: entre o passado e o futuro. In: SANTOS, Flávio Gonçalves dos (org.). **Portos e cidades: movimentos portuários, Atlântico e diáspora africana**. Ilhéus: Editus, 2011. p.123-143.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>>. Acesso em: 08 set. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Proposta de Inscrição do Sítio Arqueológico Cais do Valongo na Lista do Patrimônio Mundial**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2016

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estudo mostra desigualdades de gênero e raça no Brasil em 20 anos**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_acymailing&ctrl=archive&task=view&listid=10-. Acesso em: 09 jan. 2017.

JORNAL DO BRASIL. **“Ocupação de um dia só” - Matéria sobre a ocupação do prédio na Rua Alcindo Guanabara**. Rio de Janeiro, 2005. Fotografia.

JORNAL O GLOBO. **Ocupação Zumbi dos Palmares**. Rio de Janeiro, 2005. Fotografia.

JUSTIÇA GLOBAL. **Na linha de frente: defensores de direitos humanos no Brasil: 2006–20012**. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2013.

KAPPEN, Patricia. Incêndio em camelódromo no Centro já dura mais de duas horas. **G1**, [s. l.], 26 abr. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/04/incendio-em-camelodromo-no-centro-ja-dura-mais-de-duas-horas.html>. Acesso em: 9 set. 2017.

LAGO, Luciana Corrêa do. (Org). **Autogestão habitacional no Brasil** : utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2012. 256p. : il. ; 23 cm (Habitação e cidade ; 2)

LEAL, Luciana Nunes. Depois do Guggenheim, Maia quer o Pompidou no Rio. **Fórum Permanente.**, [s. l.], 25 fev. 2005. Disponível em: http://www.forumpermanente.org/administ/arquivo_hibernante/guggenheim/pompidou. Acesso em: 25 set. 2016.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Tania Andrade; SENE, Glaucia Malerba; SOUZA, Marcos André Torres de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 24, p. 299-391, 2016.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Memória, experiência e narrativa. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, v. 12, n. 29, p.4-17, jul./dez. 2011.

LOBIANCO, Bianca. Cinco mil imóveis estão abandonados no Rio: 300 deles somente no Centro. **O Dia**, [s. l.], 6 set. 2014. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-09-07/cinco-mil-imoveis-estao-abandonados-no-rio-300-deles-somente-no-centro.html>. Acesso em: 27 ago. 2017.

MACÊDO, Marluce de Lima. Estudos Africanos e Ensino De História e Cultura Africana e Afro-Brasileira: Digressões e Encruzilhadas. In: ENCONTRO DE ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH/BA, 6, 2013, Ilhéus – BA. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <<http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2013/12/Marluce-Macedo.pdf>> Acesso em: 08 set. 2017.

MACHADO-MARTINS, Maíra. Os “Condomínios Populares” da Avenida Brasil: Uma nova resposta às antigas questões sobre a habitação informal no Rio de Janeiro. In: 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. **Anais**. São Paulo: ANPOCS, 2014.

MARINHO, Glaucia. **Mapa das ocupações urbanas que foram organizadas por movimentos sociais ou estavam articuladas contra os despejos na região central e portuária**. Rio de Janeiro, 2017. Mapa.

MASCARENHAS, G. Ordenando o espaço público: a criação das feiras livres na cidade do Rio de Janeiro. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (62). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-62.htm>> Acesso em: 24 mar. 2017.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

MOURA, Rudá. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1995.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 01 out. 2016.

OCUPAÇÃO CHIQUINHA GONZAGA. Acordos de funcionamento. **Centro de Mídia Independente**, [s. l.], 28 jul. 2004. Disponível em: <https://midia independente.org/pt/blue/2004/07/287347.shtml>. Acesso em: 29 jun. 2017.

OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS. **Apoio à Ocupação Urbana Quilombo das Guerreiras**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2006.

OCUPAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES. **Regimento Interno da Ocupação Zumbi dos Palmares**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2005.

OLIVEIRA, Elaine Freitas de. **Revitalização dos centros urbanos**: a luta pelo direito à cidade. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2009.

PENNA, Mariana Affonso. **Socialistas libertários e lutas sociais no Rio de Janeiro**: memórias, trajetórias e práticas (1985 - 2009). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO Maravilha: o fracasso de um projeto bilionário que excluiu os menos favorecidos. **Jornal do Brasil**, [s. l.], 4 jul. 2017. Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2017/06/04/porto-maravilha-o-fracasso-de-um-projeto-bilionario-que-excluiu-os-menos-favorecidos/>. Acesso em: 25 jul. 2017.

QUINALHA, Renan. Lugares de fala, lugar de escuta. **Revista Cult**, [s. l.], 10 nov. 2015. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/lugares-de-fala-e-urgencia-da-escuta/>. Acesso em: 26 set. 2016.

R.D.P. Choque de desordem: desemprego, despejo e assassinato de militantes dos movimentos sociais do Rio de Janeiro. **Passa Palavra**, [s. l.], 30 mar. 2009. Disponível em: <https://passapalavra.info/2009/03/2191/>. Acesso em: 8 jan. 2017.

REINTEGRAÇÃO de posse provoca confronto no Rio de Janeiro. **Revista Época**, [s. l.], 11 abr. 2014. Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/04/reintegracao-de-posse-provoca-bconfrontob-no-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 8 set. 2017.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2012.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAULE JÚNIOR, Nelson; UZZO, Karina. A trajetória da reforma urbana no Brasil. **Diálogos, propostas, histórias para uma cidadania mundial**, [s. l.], 9 set. 2012. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>. Acesso em: 9 jan. 2017.

SILVA, Maria N. O negro no Brasil: um problema de raça ou de classe? **Revista Mediações**. Londrina, v. 5, n.2, p. 99-124, jul/dez. 2000.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A Pequena África: Um portal do Atlântico**. 1ª edição, CEAP, Rio de Janeiro, 2011.

TONUCCI FILHO, João B. M.. O direito à cidade na urbanização planetária, ou: Henri Lefebvre por uma nova cidadania urbana. In: COSTA, Geraldo M.; COSTA, Heloisa S. M.; MONTE-MÓR, Rudá L. de M. (Orgs.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. v. 1. 556p.

TRUMP TOWERS RIO. Simulação das Trump Towers Rio. Rio de Janeiro, 2017. Projeção.

VARGAS, João H. As lutas por territórios negros do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Reinaldo José de. (Org.) **A cidade e o negro no Brasil: Cidadania e território**. São Paulo: Alameda, 2013.

ANEXO A - Apoio à Ocupação Urbana Quilombo das Guerreiras

A ocupação Quilombo das Guerreiras encontra-se sob perigo de reintegração de posse: para evitar que a decisão judicial seja negativa ao movimento, diversas organizações da sociedade se unem neste manifesto em defesa do direito a moradia e pela resolução negociada do embate.

1. As ocupações de sem-teto em geral, e a Ocupação Quilombo das Guerreiras em particular: a lógica da luta pelo direito a moradia.

Existe hoje, no Rio de Janeiro, uma luta organizada pelo direito à habitação que tenta remediar as desigualdades na divisão do espaço urbano e trazer à tona as discrepâncias do esquadramento das cidades através da ocupação de prédios públicos abandonados. Sua expectativa é reverter tais construções em locais de moradia popular, oferecendo soluções temporárias à escassez de residências, de forma a chamar a atenção de toda a sociedade e a convocá-la para um enfrentamento conjunto em prol de direitos básicos constitucionalmente garantidos. Trata-se, assim, de um enfrentamento duplo. Traz-se os sem-teto para os olhos da sociedade, na medida que se troca provisoriamente a favela, a rua ou os abrigos públicos por edifícios originalmente não planejados para uso doméstico, que carecem totalmente de estrutura, mas que servem como soluções pontuais a problemas estruturantes. Ao mesmo tempo, por tornar visíveis as condições de vida de toda uma parcela da população e demonstrar as poucas opções a ela disponíveis; por questionar a lógica contraditória da divisão do espaço e exigir do Estado que participe da solução de tais embates, traz-se a sociedade até os sem-teto, e faz-se com que tais ocupações se apresentem como o que realmente são: um movimento político que demanda que cada entidade e cada cidadão tome partido neste enfrentamento.

É no intuito de demonstrar o apoio de diversas organizações sociais que este documento busca apresentar, de forma sucinta, as principais questões em jogo em tal luta, explicitando para o público o embasamento mais amplo sobre o qual o movimento se sustenta. Seu desdobramento mais recente é a ocupação, na madrugada de 9 de outubro, do nº 49 da Avenida Francisco Bicalho – construção abandonada sem luz ou água propriedade da companhia Docas do Rio, tomada por cerca de 60 pessoas e rebatizada de Quilombo das Guerreiras. Nele estão presentes, como num micro-cosmo, todas as questões que repercutem na luta pela moradia em sentido mais geral. Afinal, a sociedade brasileira vive um momento ímpar no que diz respeito a movimentos urbanos que apresentam de forma clara todas as contradições presentes na transmutação do espaço nas cidades: de direito inalienável à mercadoria passível de ser livremente negociada. Num movimento semelhante ao que já fora feito com a propriedade rural, ao desnudar a concentração de terra no interior do país, os sem-teto, como os sem-terra, apresentam reforma agrária e reforma urbana como faces de uma mesma moeda, momentos distintos de um embate comum, resolvido na tomada de terra improdutiva e de prédios sem uso.

Este é a terceira tentativa de constituir uma ocupação com este nome. As duas primeiras, em julho de 2006 e novembro de 2005, falharam após a retirada de seus ocupantes por policiais instruídos por uma ordem legal de reintegração de posse. Nada impede que tal fato volte a transcorrer. Caso isto não aconteça, o prédio da Leopoldina será o terceiro produto deste movimento organizado a gerar frutos em pouco mais de dois anos: anteriormente, já se destacavam os edifícios nº 110 da Rua Barão de São Félix, que se transformara na ocupação Chiquinha Gonzaga; e o prédio nº 53 da Avenida Venezuela, que passara a se denominar

ocupação Zumbi dos Palmares. Tais conquistas de espaços físicos, quando realizadas, tornam-se elos de uma corrente mais extensa: em todos estes casos, mais do que ocupar um prédio, o que está em jogo é a luta por se ocupar a consciência da sociedade brasileira para dilemas essenciais da cidade contemporânea.

O prédio do Quilombo deve passar, nos próximos dias, por um processo de reintegração de posse, apresentado na tarde de segunda-feira pelas Docas junto à 10ª Vara Civil. É imprescindível que a decisão não seja tomada de forma unilateral, como transcorreria em outras ocasiões: o reconhecimento da legitimidade da ocupação, baseado na necessidade humana essencial de morar, ao ser resguardado, abre espaço como um foco de debate e construção coletiva, junto à sociedade organizada, sobre o problema do direito à habitação digna e universal.

2. Uma notícia sobre o cotidiano das ocupações.

As ocupações de sem-teto mantêm-se a partir dos esforços depreendidos unicamente por seus moradores; trabalho, em alguns casos, direcionado à quase que completa reconstrução do edifício. A infra-estrutura de água, luz e esgoto de Chiquinha Gonzaga e Zumbi dos Palmares teve de ser refeita: caixas de gordura, depósitos de excrementos e tubulações em geral foram praticamente remontadas para que pudessem suportar as demandas de um prédio residencial. As tarefas para limpeza e higiene tiveram como oponente detritos acumulados durante o longo período em que tais construções permaneceram seu uso: no caso da Chiquinha Gonzaga, 21 anos; para a Zumbi dos Palmares aproximadamente dez.

O que não quer dizer que novos esforços sejam desnecessários no dia-a-dia: afinal, a permanência em tal espaço demanda atividade constante. Sua forma de organização é necessariamente democrática e descentralizada. É impossível encontrar em qualquer das ocupações alguma direção concentrada. O modelo de gestão é por comissões temporárias para assuntos específicos; aliados a turnos que dão conta de questões repetitivas, no qual é obrigação de cada morador oferecer duas horas diárias de seu tempo para manter a ocupação em funcionamento. Todas as decisões são tomadas em assembleias coletivas semanais, num exercício visível de democracia direta e empoderamento popular.

ANEXO B - Regimento Interno da Ocupação Zumbi dos Palmares

- 1) Um membro de cada família (maior de idade) deverá estar diariamente presente na ocupação;
- 2) Em caso de falta justificada, um voluntário maior de idade apresentado ao coletivo deverá substituir o ocupante que faltou, durante sua ausência. A presença do voluntário ou apoio não lhe dá direito a moradia.
- 3) Em caso de doença deverá ser apresentado ao coletivo um atestado médico; em caso de difícil comprovação da doença, abrir discussão no coletivo;
- 4) Caso a família tenha 5 (cinco) faltas consecutivas justificadas, a mesma deverá encontrar junto ao coletivo uma forma de reparar as faltas dentro do mês;
- 5) Em caso da família faltar cinco vezes seguidas, ou 10 (dez) vezes no mês, a ocupação sem justificativa, poderá ser expulsa do coletivo; essa decisão deve ser tomada na assembléia semanal;
- 6) O movimento de ocupação organizará assembléias, reuniões e discussões para planejar com o conjunto dos ocupantes todos os passos da ocupação; é obrigatória a participação nelas de, pelo menos, um membro da família. Deve haver um livro-ata para as reuniões e assembléias;
- 7) Cada família se comprometerá a cumprir um determinado número de tarefas (variando de situação para situação de acordo com a aptidão, saúde, idade, etc) por dia para o coletivo;
- 8) O ocupante deverá seguir a orientação de um encarregado pelo grupo de trabalho (tirado entre coletivo em assembléia) e da assessoria técnica sendo que as discordâncias deverão ser discutidas e extintas pelo coletivo, em reunião, de acordo com a coletividade.
- 9) As famílias não podem vender ou alugar as casas ou apartamentos; aquelas que fizerem isso, ou revelarem intenção de fazê-lo, perderão o direito de permanecer na ocupação, de acordo com a coletividade.
- 10) A casa é para moradia e não para estabelecimento comercial, “industrial” ou igreja; exceto em caso aprovado pelo coletivo;
- 11) É proibido o uso de bebidas alcoólicas e demais drogas na ocupação, de acordo com a coletividade;
- 12) O ocupante que se apresentar embriagado, com atitudes inconvenientes ou alterado na ocupação, ficará impedido de trabalhar e permanecer na ocupação naquele dia, ficando em débito com as horas; para 3 (três) casos consecutivos, e no caso de dependência se não houver

tratamento, tal situação deverá ser avaliada pelo coletivo e o ocupante não poderá permanecer no coletivo;

13) As questões afetivas não devem interferir no andamento da ocupação;

14) Não será permitida a entrada de pessoas estranhas ao coletivo na ocupação;

15) As visitas deverão ser feitas em horário marcado até a solução das tensões relativas à ocupação;

16) Não é permitido a relação de qualquer ocupante com parlamentares, governos e representantes de partidos políticos, forças repressoras e/ou patronais, dentro da ocupação, para tratar de assuntos relativos à mesma;

17) Não é permitida a presença de animais na ocupação;

18) O não cumprimento desse regulamento será passível de punição pelo coletivo. Será que não era mais bacana colocar em anexo?

ANEXO C - Tributo ao companheiro Carlinhos

PARA PADRECO

Quem disse que o eterno é atributo exclusivo do divino?

Veja esse meu amigo querendo nos dar adeus. De nome Carlos Alberto. Foi Carlinhos para muitos. Foi Padreco para camaradas de longa data. Pois não é que esse amigo quis escapar das garras da eternidade, morrer e ser apenas um simples mais um que um dia se vai.

Bobagem, amigo Carlinhos! Gente como você, faz que vai, mas não vai. Fica por aqui, povoando memórias de quem, como você, lutou e luta por uma vida menos besta do que a oferecida pelos homens do saber mercantilizado. Gente teimosa, como teimoso foi você, camarada Padreco. Teimosia em girar mundo, ir para terras distantes e retornar cheio de sonhos por um país melhor, erguido por mãos lutadoras, como lutadora foi tua mão, meu irmão!

Estivemos juntos na inusitada e saudosa Frente Revolucionária. Isso se deu no início dos anos noventa. Nos debates, você encantava pela ironia mordaz de suas palavras, pela doçura do abraço sincero a cada encontro. Pela ternura ao falar das crianças. A ministrar o Manifesto para sua filha de apenas nove anos.

Técnico em instalações de segurança. Tornou-se pedagogo, o que sempre foi de fato.

Pedagogo para além das quatro paredes duma sala de aula que nos ensinou que o homem é ser inconcluso, ser galáctico que ao se expandir toca no outro, ombreia-o e faz o mundo acontecer. Sua vida militante nos mostrou que o homem é a pontinha feliz do universo, pois neste introduz os sonhos. E o que é o universo sem os sonhos? Um amontoado de estrelas frias e mortas e nada mais.

A Frente Revolucionária sucumbiu aos sectarismos próprios duma esquerda fratricida e despreparada para a tomada do poder. Carlinhos continuou mestre pela vida afora..., mestria que se eterniza em cada rebeldia que se desponta hoje e amanhã por ruas, praças, favelas e ocupações dos empobrecidos em meio às bonança.

Desde Sampa, receba essas calorosas palavras, camarada Padreco!

Do seu, sempre, camarada Carlos. Ou seria Antunes?

DA SILVA, Fabiano Soares. Para Padreco. In: Sendeiro das Letras. Rio de Janeiro, 12 fev. 2017. Disponível em: <https://sendeirodasletras.blogspot.com/2017/02/para-padreco-fabiano-soares-da-silva-rj.html?m=1>. Acesso em: 15 fev. 2017.